

**PROPOSTAS DE AÇÃO LEGISLATIVA – PLEs
PPAG 2012-2015, REVISÃO 2014, PARA EXERCÍCIO 2015**

PLE	Autor	Rede	Programa	Ação	Descrição da Proposta	Decisão Relator	Emenda PPAG	Emenda LOA
2055	Prefeitura Municipal de Nova Lima (Nova Lima) - João Baptista Santiago Neto	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	143 - Formação Profissional Para o Mercado de Trabalho	Formação Técnica Profissional para Inserção no Mercado de Trabalho	(Outros) Alteração da Ação 4254 - Formação Técnica Profissional para Inserção no Mercado de Trabalho - do Programa 143 Levar cursos técnicos para alunos nos cursos do Ensino Médio em convênio com o Ministério da Educação para ampliar os cursos técnicos e de formação continuada, multiplicando o orçamento de R\$ 5 milhões para R\$ 25 milhões e atendendo 5.600 alunos em todo o Estado. Justificativa: É urgente a capacitação técnica da juventude com vistas a melhorar sua empregabilidade.	REQUERIMENTO		
2106		1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - Educação para Crescer		(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: IMPLEMENTAÇÃO DO PNE. Inclusão de Ação: Implementação do PNE no Estado AUTOR: Diego Rossi Justificativa: Justificativa: Implementação da Lei Federal n.º 13.005/14 que se refere ao Plano Nacional de educação, no âmbito estadual para o cumprimento das metas estabelecidas e consequentemente, para a melhoria da educação estadual mineira.	REQUERIMENTO		
2100		1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - Educação para Crescer		(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Inclusão: Programa 015 Educação para Crescer: Valorização dos Trabalhadores em educação AUTOR: Diego Rossi Justificativa: Justificativa: O governo de Minas Gerais não cumpre a lei 11.738/08 que prevê o pagamento do Piso Salarial Nacional Profissional como vencimento base, segundo a jornada padrão vigente (24hs semanais).	REQUERIMENTO		
2062	23ª Promotoria de Justiça da	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - Educação para		(Outros) Propomos a permanência da ação 4034 - Rede de Acompanhamento Social nas Escolas, e a mudança do produto e da meta financeira, conforme transcrito abaixo:	EMENDA AO PPAG (impacto financeiro: R\$100.000,00) AÇÃO NOVA (informações da Ana Conegundes, em 28/11)	47 (CPP)	507-0

	<p>Infância e da Juventude Cível (Belo Horizonte) - Celso Penna Fernandes Júnior, 23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível (Belo Horizonte) - Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema</p>	<p>mento Humano</p>	<p>Crescer</p>	<p>Rede de Educação e Desenvolvimento Humano Programa Educar para crescer Ação: 4034 - rede de acompanhamento social nas escolas Finalidade: promover o acompanhamento social nas escolas, de forma integrada aos centros de referência de assistência social - Cras - e ao programa saúde da família - PSF Produto: programa implantado Regionalização: Estadual meta financeira 2015: R\$ 1.000.000,00</p> <p>Justificativa: A ação foi excluída para o ano de 2015, com a justificativa de que o acompanhamento social dos alunos é feito pela ação 1025 - Professor da Família. Entretanto, observa-se no PPAG 2012-2015 que a ação Professor da Família tem por finalidade o trabalho com os alunos do ensino médio, visando a melhoria do desempenho escolar e a diminuição da evasão. Já a ação 4034 - rede de acompanhamento social nas escolas, que foi excluída, tem por finalidade "promover o acompanhamento social nas escolas, de forma integrada ao Cras e ao PSF". Portanto, trata-se de ações diferenciadas e que devem permanecer no PPAG, pois se complementam no propósito de contribuir para o desenvolvimento escolar dos alunos. Ademais, ressalta-se que a ação 4034 "Rede de Acompanhamento Social nas Escolas" tem como referência a Lei Estadual nº 16.683, de 10 de janeiro de 2007, que autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do Estado. Esta lei estabelece que as ações a serem desenvolvidas poderão ser implantadas no âmbito de programa governamental que tenha por objetivo o atendimento de alunos com necessidades especiais, ou o desenvolvimento social de jovens pertencentes a comunidade que apresentem baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - ou vulnerabilidade social intensa. Ressalta-se, também, a recente Lei estadual nº 21.457/2014, que acrescentou o inciso V ao art. 2º da Lei nº 16.683/2007, compreendendo mais uma ação do acompanhamento social na escola, ou seja, a identificação de alunos cujo desempenho escolar abaixo do esperado justifique o encaminhamento aos órgãos de saúde para o diagnóstico de possíveis disfunções relacionadas com distúrbio de aprendizagem ou com déficit auditivos ou visuais (...).</p>	<p>- restaurar a Ação 4034 - Rede de Acompanhamento Social nas Escolas -, no programa 015 - educação para crescer - Unidade orçamentária: SEDESE Finalidade: Promover o acompanhamento social nas escolas de forma integrada aos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. - Meta física e financeira conforme o previsto para 2014 (Meta física 2 / Meta Financeira: 100.000,00) (impacto financeiro: R\$100.000,00)</p>		
--	--	---------------------	----------------	--	--	--	--

					Pelo exposto, é imprescindível a permanência da Ação 4034, com o objetivo de fomentar a interlocução entre gestores da educação, da saúde, da assistência social, dentre outros, visando ao desenvolvimento de ações integradas e de agilização do atendimento a demandas que afetam a situação escolar das crianças e adolescentes.			
2047	Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem) - Dalcira Pereira Ferrão Fiori	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - Educação para Crescer		<p>(Outros) Proposta 14: Ações 1086 e 1087 - Magistra EF e EM</p> <p>Contemplar temas das políticas transversais - gênero, raça, etnia, diversidade sexual - nas formações continuadas para professores da rede de ensino do Estado.</p> <p>Produto: professores capacitados nas temáticas</p> <p>É importante que esta ação esteja explícita</p> <p>Proposta 15: Contemplar temas das políticas transversais - gênero, raça, etnia, diversidade sexual - nas formações continuadas para professores da rede de ensino do Estado.</p> <p>Produto: professores capacitados nas temáticas</p> <p>É importante que esta ação esteja explícita</p> <p>Justificativa: Proposta 14: Gostaria de saber sobre o Peas Juventude - Programa de Atenção ao Jovem</p> <p>Proposta 15: Gostaria de saber sobre o Peas Juventude - Programa de Atenção ao Jovem</p>	REQUERIMENTO		
2097		1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - Educação para Crescer	Educação em Tempo Integral - Alimentação Escolar	<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: AÇÃO: 1085 - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR</p> <p>Alteração finalidade: Articulação com o Programa Mais Educação do Governo Federal e ampliar a participação do governo estadual.</p> <p>Alteração meta: Universalização do atendimento na educação básica, em tempo integral e duplicar o valor do per capita aplicado, progressivamente até 2018.</p> <p>AUTOR: Diego Rossi</p> <p>Justificativa: Justificativa: Ampliar o volume de recursos do governo estadual para o programa, articulando com os demais entes federados, para garantir a meta. E como a Ação 1077 estima</p>	REQUERIMENTO		

					atender 140.000 alunos em tempo integral, logo, 4.200 alunos deixarão de ser atendidos no tocante a alimentação escolar			
2101		1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - Educação para Crescer	Professor da Família	(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: AÇÃO: 1025 - PROFESSOR DA FAMÍLIA - Exclusão da ação 1025. AUTOR: Diego Rossi Justificativa: Justificativa: A ação 1025 possui caráter assistencialista e não condiz com as determinações legais do art. 70 da LDBE federal e delega a sua implantação a profissionais leigos, sem a devida qualificação docente infringindo as funções dispostas no plano de carreira vigente da educação.	REQUERIMENTO		
2102		1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - Educação para Crescer	Programa de Intervenção Pedagógica - Ensino Fundamental - Pip/Ef	(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: AÇÃO: 4187 - PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA - ENSINO FUNDAMENTAL - PIP/EF - Exclusão da ação 4187 AUTOR: Diego Rossi Justificativa: Justificativa: O PIP acabou gerando uma rede "paralela" na sua execução, no estado e municípios, segundo a lógica de terceirização da execução, e tampouco foi debatido com os profissionais da educação básica pública estadual e também não cumpre os resultados e objetivos propostos	REQUERIMENTO		
2098		1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - Educação para Crescer	Reinventando o Ensino Médio	(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: AÇÃO: 1008 - REINVENTANDO O ENSINO MÉDIO Exclusão da ação 1008 AUTOR: Diego Rossi Justificativa: Justificativa: Esta ação não construída democraticamente junto a comunidade escolar e compreende na sua essência a uma lógica de mercado de trabalho, do empreendedorismo dispostos nos currículos ofertados. Não precedeu a uma devida qualificação e habilitação dos professores para o ensino dos conteúdos relacionadas ao programa. Em 2013 foram executados 14% da despesa autorizada e até 28/10/14 a execução do programa estava em 10% do valor autorizado. A baixa execução demonstra que o programa não atende a todas as escolas estaduais e nem aos seus objetivos propostos.	REQUERIMENTO		
2099		1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	15 - Educação para Crescer	Simave - Ensino Fundamental	(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: AÇÃO: 4590 - SIMAVE - ENSINO FUNDAMENTAL AÇÃO: 4591 - SIMAVE - ENSINO MÉDIO Exclusão das ações 4590 e 4591	REQUERIMENTO		

		Humano			<p>AUTOR: Diego Rossi</p> <p>Justificativa: Justificativa: Com a existência do sistema de avaliação federal, Saeb, Provinha Brasil, Enem e Encceja, não há necessidade da manutenção de um sistema própria de avaliação do ensino, além do SIMAVE possuir em média uma execução de 45 e 41% da despesa autorizada e estes recursos para outros programas prioritários.</p>			
2176		1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	151 - Educação Profissional para Inserção no Mundo do Trabalho	Elevação de Escolaridade	<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL Outra proposição, ação 4323 Elevação de escolaridade, necessita de aportes financeiros e metas físicas específicas para os diversos seguimentos do mundo do trabalho, inclusive ao do Campo. (DESMEMBRADO DA PROPOSTA Nº 94) AUTOR: José dos Reis Pereira - Formação Sindical Fetaemg</p> <p>Justificativa:</p>	REQUERIMENTO		
2103		1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	17 - Pró-escola	Gestão da Infraestrutura do Sistema Estadual de Educação - Ensino Fundamental	<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: AÇÃO: 4593 - GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL / AÇÃO: 4594 - GESTÃO DA INFRAESTRUTURA DO SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - ENSINO MÉDIO. Inclusão: Programa 017 - Pró-escola: Melhoria do atendimento dos alunos e condições de trabalho AUTOR: Diego Rossi</p> <p>Justificativa: Justificativa: Incluir os padrões de infraestrutura para as escolas disposto no Resolução n.º 08/10 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.</p>	REQUERIMENTO		
2104		1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	23 - Jovens Mineiros Protagonistas	Poupança Jovem	<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: AÇÃO: 4174 - POUPANÇA JOVEM. Alteração de metas: Universalização do programa. AUTOR: Diego Rossi</p> <p>Justificativa: Justificativa: A ação abrange apenas 11% do total de alunos no ensino médio que estão compreendidos em apenas 9 municípios do estado (ou 1% dos municípios) ampliando a cobertura para 100% dos alunos, nos 853 municípios</p>	REQUERIMENTO		

					mineiros, até 2018, em parceria com o Governo Federal (Pro-Jovem).			
2046	Associação Mineira das Escolas Família Agrícola - Amefa (Belo Horizonte) - Gilmar de Souza Oliveira	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	232 - Escola Família Agrícola	Atendimento às Escolas Família Agrícola	<p>(Outros) Proposta 10: Alteração da Ação 4587 - Atendimento às EFAs Ampliar a meta financeira da Ação 4587 para R\$ 6.836.000,00, do seguinte modo:</p> <p>- 2015: Mata / 8 / R\$ 1.801.800,00 Sul / 1 / R\$ 189.000,00 Noroeste / 1 / R\$ 346.500,00 Norte / 2 / R\$ 1.055.250,00 Jeq. Mucuri / 8 / R\$ 3.471.300,00 TOTAL / 20 / R\$ 6.863.850,00</p> <p>- 2016: Mata / 9 / R\$ 2.048.760,00 Sul / 1 / R\$ 226.800,00 Noroeste / 1 / R\$ 415.800,00 Norte / 3 / R\$ 1.530.900,00 Jeq. Mucuri / 9 / R\$ 4.430.160,00 TOTAL / 23 / R\$ 8.652.420,00</p> <p>Proposta 6: Implantar os laboratórios virtuais para todas as EFAs de Minas Gerais.</p> <p>Proposta 11: Restauração da Ação 4364 - Melhoria da Infraestrutura das EFAs Meta física: 20 / Meta financeira: R\$ 600.000,00</p> <p>Proposta 12: Apoiar a reforma e ampliação das unidades produtivas na rede/propriedade das EFAs de MG no valor de R\$ 50.000,00 por EFA em 2015. Crescendo em 20% no valor do repasse por EFA nos anos subsequentes.</p> <p>Proposta 13: Programa 232 - EFA Apoio financeiro à Amefa para execução de assessoria técnica e pedagógica às EFAs e assessoria gerencial às suas mantenedoras.</p> <p>Justificativa: Proposta 10: Tendo em vista que em 2014 foram acessados pelas 20 EFAs de MG valor da ordem de R\$ 4.995.000,00, mas levando em consideração a criação de mais 3 novas EFAs e uma previsão natural do aumento do número de estudantes, pois temos previsão de atender 2.000 jovens em 2015.</p>	<p>EMENDA AO PPAG E À LOA (impacto financeiro: R\$993.081,00 [ação 4587] + R\$200.000,00 [restauração da ação 4364]= R\$1.193.081)</p> <p>AO PPAG (2 emendas)</p> <p>(1) AÇÃO NOVA - restaurar a ação 4364 – Melhoria da Infraestrutura das Escolas Família Agrícola - ,com os mesmos valores e atributos de 2014 (R\$ 200.000,00)</p> <p>(2) Ação 4587: mudança de regionização e ampliação do valor em R\$993.081,00 da ação 4587 à LOA</p> <p>- acréscimo de R\$993.081,00 na Ação 4587</p>	37 (CPP)	427-0 428-0 429-0 430-0 431-0
							38 (CPP)	503-0

					<p>Proposta 6: Tendo em vista que além de atender a mais de 2000 jovens camponeses de diferentes regiões de MG, atende também suas famílias, educadores e comunidades de vários municípios, abrangendo mais de 180 municípios mineiros, e estas unidades escolares muitas vezes estão em regiões distantes de sinais de celular e internet, instrumento este fundamental na realização de pesquisas e na construção do conhecimento.</p> <p>Proposta 11: Se dividirmos R\$ 300.000,00 por 20 EFAs, cada uma teria direito a apenas R\$ 15.000,00. Este montante ficaria apenas para pagar a mão de obra qualificada que é cara e exigida por lei. Nossa proposta é aumentar para pelo menos R\$ 30.000,00 por EFA para permitir e compensar minimamente a contratação de serviços arquitetônicos qualificados e permitir o mínimo de reforma na rede que é muito precária.</p> <p>Proposta 12: Sabendo que a formação em alternância na EFA parte das vivências práticas da experiência produtiva para o teórico, integrando assim família, comunidade e escolas. Nesse sentido, reformar e ampliar estas unidades na EFA, apoiar a incentivar a prática de aprendizado nas EFAs são essenciais para o crescimento e manutenção das práticas educacionais do campo.</p> <p>Proposta 13: A Amefa tem o papel de assessorar, motivar e representar as EFAs, suas equipes e mantenedoras a fim de garantir os princípios da metodologia de ensino em alternância e seus quatro pilares de sustentação (a pedagogia da alternância, a associação, a formação integral e o desenvolvimento do meio) a fim de garantir uma formação integral e contextualizada do jovem e de seus familiares.</p>			
2048	23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível (Belo Horizonte) - Celso Penna Fernandes Júnior, 23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível (Belo	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	233 - Cooperação Estado e Município na Área Educacional	Atendimento aos Municípios	<p>(Outros) Desmembrar a Ação 4191 - Atendimento aos Municípios - criando uma área exclusiva para a educação infantil.</p> <p>- Ação: Apoio aos municípios para universalização da ed. infantil</p> <p>- Finalidade: disponibilizar recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros aos municípios de forma a garantir a universalização da educação infantil</p> <p>- Produto: município atendido</p> <p>- Meta física: 853</p> <p>Justificativa: Os municípios carecem de apoio e colaboração do Estado</p>	REQUERIMENTO		

	Horizonte) - Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema			<p>para o cumprimento das metas dos Planos Estadual e Nacional de Educação.</p> <p>Ressalta-se a importância da referida ação, considerando a obrigatoriedade constitucional da universalização do atendimento, até 2016, às crianças a partir de 4 anos de idade, conforme EC 59/09, que alterou o art. 208, I, de modo a estabelecer "educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, assegurando inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria".</p> <p>Considerando, também, o art. 4º, I, da Lei 12.796/13, que estabelece "a educação básica obrigatória e gratuita dos quatro aos dezessete anos de idade".</p> <p>Considera-se também, o Plano Decenal de Educação de MG para o período 2011/2020, que estabelece como meta o aumento da taxa de atendimento escolar para 30%, em até cinco anos de vigência do plano, para crianças de 0 a 3 anos.</p>			
2096		1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	271 - Melhoria da Educação Básica	<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Considerando o que foi apresentado pela REDE Educação e Desenvolvimento Humano, bem como os questionamentos e repostas oriundos das apresentações, propomos portanto que a Educação do campo e dos povos tradicionais integrem o macro processo de Educação do Estado com metas físicas definidas em todas as ações, programas e processos, desenvolvidas pelo SEE. O temário deve ser intrínseco aos processos que hoje tem foco urbano. Portanto, o programa 271 (melhoria da Educação Básica) deverá apresentar ações, diagnóstico, descrições, metas, atividades, beneficiários e metodologias específicos para Educação do Campo e dos Povos tradicionais, formando assim seu macroprocesso (Esta proposta foi desmembrada e gerou a proposta nº 229) AUTOR: José dos Reis Pereira - Formação Sindical Fetaemg.</p> <p>Justificativa: Justificativa: As proposições justificam-se mediante ao detrimento que sofre a realidade das comunidades camponesas e dos povos tradicionais, no que tange aos seus meios de produção, culturas e principalmente sua condição de empreendedores rurais. Desta forma, a lógica/ação de temáticas especiais deverá ser superado, afim de conciliar metodologias, parâmetros, conceitos, diagnósticos dentre</p>	REQUERIMENTO		

					outros com as especificidades do campo e urbano.			
2044	Federação Mineira de Xadrez (Belo Horizonte) - Luciana Sepúlveda Viana	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	271 - Melhoria da Educação Básica		<p>(Outros) Restauração da Ação 4068 - Xadrez na Escola</p> <p>Justificativa: Desenvolver por meio do xadrez o autocontrole psicofísico, a criatividade, a capacidade de pensar de maneira lógica e ágil, estimulando-se a tomada de decisões com autonomia, melhorando a capacidade de aprendizado e de integração social.</p>	<p>EMENDA AO PPAG (impacto financeiro: R\$80.000,00) AÇÃO NOVA - restauração da Ação 4068 - Xadrez na Escola com os mesmos atributos de 2014 FINALIDADE : DESENVOLVER, POR MEIO DO XADREZ, O AUTOCONTROLE PSICOFÍSICO, A CRIATIVIDADE, A CAPACIDADE DE PENSAR DE MANEIRA LÓGICA E ÁGIL, ESTIMULANDO-SE A TOMADA DE DECISÕES COM AUTONOMIA E MELHORANDO-SE A CAPACIDADE DE APRENDIZADO E DE INTEGRAÇÃO SOCIAL. Produto: aluno participante UNidade de medida: aluno Meta Física: 20.000 Meta Financeira: R\$80.000,00 (impacto financeiro: R\$80.000,00)</p>	36 (CPP)	502-0
2045	Prefeitura Municipal de Nova Lima (Nova Lima) - João Baptista Santiago Neto	1 - Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	3 - Melhor Emprego	Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional (Pep)	<p>(Outros) Proposta 9: Alteração da Ação 4605 - PEP Dobrar o nº de alunos atendidos no PEP mediante convênio com o Pronatec, com vistas a ampliar os cursos técnicos como escola integral no Ens. Médio.</p> <p>Proposta 76: CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Sugiro a criação de escolas técnicas rurais a fim qualificar os jovens residentes no interior para realização das atividades agrícolas e consequentemente combater o êxodo rural. AUTOR: Fábio Guimaraes da Silva</p> <p>Proposta 88: CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Construção de Unidade de Ensino Profissional, através do Programa Brasil Profissionalizado (governo federal) em parceria com o estado. Financiamento do governo federal e custeio do governo estadual, valor da construção de R\$14.000.000,00 (catorze milhões), com projeto padrão do governo federal. AUTOR: Samuel Gazolla Lima Proposta</p> <p>Proposta 95: CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: AÇÃO: 4605 - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (PEP)</p> <p>Alteração da finalidade: promover a articulação das políticas</p>	REQUERIMENTO		

					<p>públicas de trabalho e emprego de Minas Gerais, visando a oferta de serviços integrados e a excelência no atendimento ao cidadão, potencializando a geração de renda" sob responsabilidade do estado com vistas a garantir o acesso gratuito, em articulação com os demais entes públicos.</p> <p>AUTOR: Diego Rossi</p> <p>Justificativa: Proposta 9: É necessário identificar a demanda empresarial por técnicos nas diversas áreas e incluir os cursos técnicos nas escolas estaduais abrindo o mercado de trabalho aos jovens. Proposta 76: Justificativa: São muitos os jovens que deixam a casa de seus pais para estudar fora, pois não tem condições de estudar em suas localidades e muitos não acabam voltando para o interior. Este fato aumenta o êxodo rural. Proposta 88: Justificativa: A qualificação da mão de obra é um item importante para o desenvolvimento do estado e suas regiões. A cidade de Ubá possui um importante polo moveleiro e de confecções, em segmentos que geram um grande número de empregos e possuem, cada vez mais, a necessidade de qualificação da mão de obra. Proposta 95: Justificativa: O estado criou a rede mineira não observou-se que a participação dos entes públicos perde diante dos parceiros privados, fato que tem provocado a elevação do valor per capita / aluno PEP e redução de vagas. A rede federal gratuita poderia suprir essas vagas.</p>			
2167	Junior José da Silva	10 - Rede de Infraestrutura	209 - Aumento da Capacidade e Segurança dos Corredores de Transporte	Fiscalização de Transporte e Trânsito	<p>(Outros) Como é possível o executivo gastar R\$ 4,5 milhões em 2012 e R\$ 4,6 milhões em 2013 num setor que não funciona? Não há fiscalização, controle e monitoramento do transporte público metropolitano há anos. O serviço tem uma qualidade péssima. Sugiro um serviço de monitoramento detalhado e que se descubra os erros e corrija-os</p> <p>Justificativa: O setor de fiscalização precisa justificar a sua existência. O trabalho de fiscalização deve ser realizado nas ruas e não nas salas do DER, pois é nas ruas que as irregularidades acontecem aos montes todos os dias, as semanas, os meses e anos. O número de fiscalização nas ruas é muito baixo, é preciso aumentar muito.</p>	REQUERIMENTO		
2168	Junior José da Silva	10 - Rede de	293 - Planejamento		<p>(Outros) A mudança do programa, onde retiramos das mãos da Setop, onde a maioria dos servidores não utiliza o</p>	REQUERIMENTO		

		Infraestrutura	o e Gerenciamento de Serviços e Infraestrutura de Transportes e Obras Públicas		<p>transporte metropolitano, como podem ser destinados a essa função? Na visão da Setop tudo está uma maravilha e na visão dos usuários o transporte público metropolitano é péssimo.</p> <p>Sugiro o nome do programa de: Fiscalização de concessões de serviços de infraestrutura de transporte público metropolitano pelos usuários.</p> <p>Justificativa: É uma grande incoerência com o programa que tem como finalidade a gestão e fiscalização de concessões comuns, patrocinadas ou administrativas, permissões e autorizações com o objetivo de consolidar a estrutura de regulação dos contratos de serviço e infraestrutura de transporte. Como será a avaliação na visão da Setop, onde a grande maioria anda de carro? quem utiliza os serviços de transporte público metropolitano, no caso o usuário, é que deve avaliar o serviço.</p>			
2169	Ong Trem (Belo Horizonte) - Andre Tenuta, Ong Trem (Belo Horizonte) - Francisco Augusto de Moura Oliveira	10 - Rede de Infraestrutura	35 - Minas Logística		<p>(Outros) Proposta 205: Investir na implantação de linhas e operações ferroviárias para atender cargas de varejo e passageiros. Diversas operações poderiam ser implantadas com investimento mínimo utilizando linhas ociosas ou subutilizadas. Entre as possibilidades cita-se Varginha-Três Corações-Lavras-Oliveira-Divinópolis, Uberaba-Uberlândia, Corinto-Pirapora, Curvelo-Montes Claros, e outras. Algumas linhas também deveriam ser recuperadas, como a BH-Ouro Preto.</p> <p>Proposta 206: Criação do DEF - Departamento Estadual de Ferrovias - na Setop, com alocação de recursos operacionais para mão de obra e despesas correntes.</p> <p>Proposta 207: Reduzir em 10% a dotação orçamentária para rodovias e direcionar este percentual para ferrovias.</p> <p>Proposta 208: Reforma e implantação de vias permanentes de menor custo para o transporte de carac e passageiros regulares e de turismo.</p> <p>Justificativa: Proposta 205: O transporte ferroviário é capaz de desafogar rodovias, diminuir a poluição atmosférica, diminuir acidentes e baratear custos. O Estado de Minas se omitiu por décadas neste assunto e deixou as ferrovias nas mãos das</p>	REQUERIMENTO		

					<p>concessionárias para atender apenas as suas cargas de minério e soja. O Estado investe em rodovias, mas não se interessa pela ferrovia. Por exemplo, BH-Ouro Preto poderia ser atendida por ferrovia, mas o Estado fala em duplicar a rodovia, a um custo muito maior.</p> <p>Proposta 206: Aumento da competitividade de Minas Gerais, redução da emissão de poluentes por automóveis e caminhões e redução de acidentes. Proposta 207: Aumento da competitividade de Minas Gerais, redução da emissão de poluentes por automóveis e caminhões e redução de acidentes. Proposta 208: (não apresentou justificativa)</p>			
2095		10 - Rede de Infraestrutura	35 - Minas Logística	Caminhos de Minas	<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Promover o asfaltamento da sede do município de Ubá aos distritos de Ubari e Miragaia. Valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões) AUTOR: Samuel Gazolla Lima</p> <p>Justificativa: Justificativa: É cada vez maior a necessidade de integrar os distritos às sedes municipais. Uma das formas de integração se dá através do sistema viário e, neste caso, o asfaltamento da via de ligação entre a sede municipal e os distritos de Miragaia e Ubari que irá contribuir para o desenvolvimento destas importantes comunidades do município de Ubá.</p>	REQUERIMENTO		
2087		10 - Rede de Infraestrutura	35 - Minas Logística	Caminhos de Minas	<p>(Outros) Proposta 83: CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Programa: 4670 Construção de ponte rua Alcobaça no Bairro Nossa Senhora das Graças em Aguas Formosas - MG Valor R\$ 90,000,00 AUTOR: Ronildo Vaqueiro</p> <p>Proposta 84: CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Programa 4670 Ponte Zona Rural Estrada Municipal propriedade do Sr. Jovane Pinto em Aguas Formosas - MG. Valor R\$ 300.000,00 AUTOR: Ronildo Vaqueiro</p> <p>Justificativa: Proposta 83: A ponte está em péssimas condições devido a grandes chuvas que caíram na região de danificou a mesma. No local e de grande trafego de pessoas e veículos, e a ponte não tem segurança para pedestres e veículos que por ali trafegam. Proposta 84: Justificativa: A ponte está em péssimas condições devido a grandes chuvas que caíram na região de danificou a mesma. No local e de grande trafego de pessoas e veículos inclusive transporte escolar e a ponte não tem segurança para pedestres e veículos que por ali trafegam</p>	REQUERIMENTO		

					contento buracos e madeira em péssimas condições.			
2085		10 - Rede de Infraestrutura	35 - Minas Logística	Caminhos de Minas	<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Escadaria ao bairro Roseira em Aguas Formosas. Valor da proposta R\$ 100.000,00. AUTOR: Ronildo Vaqueiro</p> <p>Justificativa: Justificativa: O bairro Roseira em Aguas Formosas é localizado em um grande morro com aproximadamente 500 residências, destas em dois locais não tem nem pavimentação da rua devido a dificuldade de acesso á maquinas. com aproximadamente 60 famílias com várias crianças e idosos, se com o tempo bom já é difícil o acesso imaginem com chuva, ninguém entra nem sai de casa. O município não tem como fazer por conta própria devido a grandes dificuldades financeiras, dai a necessidade apoio do nosso Estado.</p>	REQUERIMENTO		
2083		11 - Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz	175 - Qualidade e Produtividade do Gasto	Governança em Rede	<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Governo Integrado: Que a cada ano os setores do GOVERNO DO ESTADO presente nos Municípios pudessem ser ouvido, em uma reunião tendo por base o Município - Ou seja, cada município se apresentar para o governo do estado, pelos olhos dos funcionários do estado que trabalham dentro do município. (EX: setores: Polícia Militar, Escola Estadual, COPASA, EMATER, onde tem: CEMIG, IMA, IEF, RECEITA ESTADUAL). O Governo teria um perfil melhor dos municípios se isto fosse feito por quem vive dentro dos municípios. E, neste tipo de reunião procurar saber as potencialidades e as dificuldades de cada município. AUTOR: Claudilene Henrique de Souza</p> <p>Justificativa: Justificativa: Ter o conhecimento governamental do Estado de Minas Gerais, que é rico em diversidades, e muitas vezes elas não são assim vistas, existindo políticas públicas que tem alcance pequeno, quando seriam de grande alcance se estas particularidades fossem observadas, como foio o caso do PCPR, do Programa Travessia.</p>	REQUERIMENTO		
2163	Junior José da Silva	11 - Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz	45 - Governo Eficiente	Governo Digital	<p>(Outros) A necessidade do Distrito de Ravena em Sabará ser contemplado pelo Fundo de Acesso a Serviços de Telecomunicações, pois os serviços de telefonia de todas as operados funciona muito precariamente, pois faltam antenas na região, assim como o compartilhamento de antenas. Ter acesso ao básico que é poder fazer e receceber ligações é o</p>	REQUERIMENTO		

					<p>básico que a população não dispõe. Com isso somos prejudicados há anos, reclamações nas operadoras e Anatel não resolveram o problema. Que o fundo possa ser direcionado e disponibilizado em Ravena.</p> <p>Justificativa: Fazer e receber ligações e mensagens com qualidades - estes serviços não estão disponíveis em Ravena, por isso a necessidade de inclusão do Fundo para que tenhamos o mínimo, poder fazer e receber ligações e mensagens, pois a qualidade dos sinais das operadoras é muito precária.</p>			
2041	Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual - Cellos (Belo Horizonte) - Bruno Alves Chaves	2 - Rede de Atenção em Saúde			<p>(Outros) Ação Nova Nome da Ação: Elaboração e Implementação do Plano Estadual de Atenção à Saúde Integral a População LGBT Finalidade: Elaboração do Plano Estadual a partir de diagnósticos regionalizados para priorização das demandas e desenvolvimento das ações, com contratação de consultoria especializada. Meta física: 1 Plano Meta financeira: 400.000,00</p> <p>Justificativa: A elaboração do Plano e sua implementação vai ao encontro das normativas legais que preconizam a saúde como direito universal, integral e equitativo a ser operacionalizado pelo Estado, garantido no texto constitucional e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.</p>	REQUERIMENTO		
2039	Junior José da Silva	2 - Rede de Atenção em Saúde	2 - Saúde Integrada	<p>Aquisição, Armazenamento e Distribuição de Medicamentos Básicos</p>	<p>(Outros) Monitorar a distribuição de medicamentos no município de Sabará.</p> <p>Justificativa: Apesar dos investimentos financeiros em ações de produção, armazenamento e distribuição de medicamentos em todo o estado, constata-se que muitos medicamentos não estão sendo adequadamente distribuídos para a população, como no caso da região de Ravena no município de Sabará.</p>	REQUERIMENTO		
2086		2 - Rede de Atenção em Saúde	2 - Saúde Integrada	<p>Gestão Da Política Hospitalar - Fortalecimento e Melhoria Da Qualidade dos Hospitais do</p>	<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Apoio Financeiro ao Hospital São Vicente de Paulo de Águas Formosas. Necessidade de ajuda de custo para aquisição medicamentos essenciais a nível hospitalar para manutenção e apoio aos pacientes internados, Apoio financeiro para manutenção e equipamentos. Valor da proposta 200.000,00 medicamentos, e 200.000,00 para manutenção e equipamentos. Total R\$ 400.000,00 Programa: 4299 Medicamentos Programa Novo: Equipamentos e Manutenção.</p>	<p>EMENDAS À LOA E REQUERIMENTO (impacto financeiro - R\$200.000,00)</p> <p>EMENDAS À LOA (2) - acrescentar R\$200.000,00, na ação 4388, especificando o objeto do gasto para o apoio ao Hospital São Vicente de Paulo, em Águas Formosas, para manutenção e apoio aos pacientes internados, e para aquisição de equipamentos. (100 mil para custeio e 100 mil, para equipamentos - capital)</p>	133-0 (emenda apresentada pela FFO para receber as alterações promovidas pela	446-0 447-0

				Sistema Único de Saúde (Pro-hosp)	<p>AUTOR: Ronildo Vaqueiro</p> <p>Justificativa: Como sabemos vários hospitais estão em total desespero para manter suas portas abertas ao SUS. Lembrando que na revisão do PPAG 2014, conseguimos colocar emenda de 100.000,00 porém mesmo publicada a verba não chegou. Aguas Formosas é cidade polo de microrregião e necessita urgentemente de apoio financeiro para aquisição de medicamentos. O hospital passa por grandes dificuldades a população vêm ajudando de forma que lhes convém doando, talheres, Perecíveis, Verdura, Arroz, Feijão, etc. Este é o único Hospital que temos para atender mais de 70.000 habitantes da micro que conta com 9 cidades.</p>	(impacto financeiro - R\$200.000,00)	emenda à LOA, apresentada pela CPP)	
2042	Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - Rômulo Luiz Campos	2 - Rede de Atenção em Saúde	239 - Gestão do Sistema Único de Saúde		<p>(Outros) Criar índice de chamada e atendimento da saúde - lcas -, para medir a eficiência e eficácia nas ações de atenção e resolutividade e objetivar o fornecimento de dados para acompanhamento e monitoramento, bem como melhorar a gestão da saúde. Esse índice pode ser criado com código por áreas do atendimento, a ser implantado no SUS e Samu.</p> <p>Justificativa: Vários países disputam entre si uma diminuição no tempo entre chamada e atendimento. A maior competitividade para superar recorde médio tem sido positivo e gerado maior resolutividade na gestão. O Brasil precisa ser um líder na América Latina e Minas Gerais pode dar a sua contribuição.</p>	REQUERIMENTO		
2052		2 - Rede de Atenção em Saúde	246 - Segurança Alimentar	Manutenção das Atividades do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais (Consea/Mg)	<p>(Outros) Proposta 20: Aumentar a meta financeira da Ação 2046 para R\$ 800.00,00 para que o Consea-MG possa realizar a Conferência Estadual e as 25 pré- conferências regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.</p> <p>Proposta 26: Alterar a meta financeira da Ação 1140 para R\$ 150.000,00 com o objetivo de capacitar os conselheiros estaduais e municipais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, bem como os gestores públicos, a fim de qualificar a participação popular no controle social da Política de SANS e fortalecer a organização do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan - no Estado.</p> <p>Autor: Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável da Zona da Mata 1, Baixo Jequitinhonha, Alto e Médio São Francisco e Vale do aço.</p> <p>Justificativa:</p>	<p>EMENDA à LOA (impacto financeiro: R\$330.000,00)</p> <p>- acrescentar R\$330.000,00, na ação 2046, especificando o objeto do gasto para apoio à realização da conferência estadual e das conferências regionais de segurança alimentar e nutricional.</p> <p>(impacto financeiro: R\$330.000,00)</p>	107-0 (emenda apresentada pela FFO para receber as alterações promovidas pela emenda à LOA, apresentada pela CPP)	466-0

					<p>Proposta 20: O Consea-Mg é órgão de deliberação da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, além de ser mecanismo de proposição das diretrizes, programas, ações e prioridades, conforme art. 5º da Lei nº 15.982/2006 e Decreto nº 44.355/2006.</p> <p>O ano de 2015 será de formulação do PPAG 2016/2019 que instituirá o novo modelo de gestão de políticas Públicas do Estado. Diante disso, faz-se necessária a realização da Conferência Estadual e das 25 pré-conferências regionais para definir orientações para a formulação de propostas para a Política a ser implementada conforme arts. 5}, 6} 8} e 16} da Lei nº 15.982/2006.</p> <p>Proposta 26: O Sisan é o sistema de implemenatação da política estadual de Sans, que se organiza por meio do pacto federativo e para que se efetive é fundamental que a sociedade civil e gestores públicos se empoderem do funcionamento de seus instrumentos de realização. Diante disso, a capacitação desses atores sociais é condição necessária para a efetivação do Sisan, conforme arts. 11 a 25 da Lei nº 15.982/2006 e em consonância com o Decreto nº 44.355/2006.</p>			
2074	Junior José da Silva	2 - Rede de Atenção em Saúde	44 - Redes Integradas de Serviços de Saúde	Rede de Urgência e Emergência	<p>(Outros) Aumentar a meta financeira da região central, na Ação 4638 - ATENDIMENTO AS URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS NO ESTADO, com o intuito de construir uma UPA - Unidade de Pronto Atendimento - no distrito de Ravena, no município de Sabará.</p> <p>Justificativa: O proponente justifica a proposta alegando que o distrito de Ravena é distante do centro de Sabará, fator que dificulta o atendimento das urgências e emergências da população dessa região. Além disso, a região conta apenas com 1 UBS - Unidade Básica de Saúde que, segundo o proponente, não está sendo suficiente para atender a demanda local.</p>	REQUERIMENTO		
2040	Conselho Municipal de Assistência Social (Pedras de Maria da Cruz) - Agmar Pereira Lima	2 - Rede de Atenção em Saúde	49 - Saúde em Casa	Cofinanciamento das Equipes de Atenção Primária à Saúde	<p>(Outros) Que os profissionais de saúde das Equipes de Saúde da Família realizem visitas domiciliares nas comunidades quilombolas, desenvolvendo as ações de saúde pertinentes, incluindo a aferição da pressão arterial.</p> <p>Justificativa: Moradores de comunidades quilombolas, em virtude das distâncias entre os seus domicílios e as Unidades Básicas de Saúde, bem como da insuficiência de profissionais capacitados para aferir pressão arterial, não estão sendo</p>	REQUERIMENTO		

					adequadamente atendidos em suas necessidades de saúde.			
2117	Junior José da Silva	2 - Rede de Atenção em Saúde	53 - Saneamento para Todos	Saneamento Básico - Copasa	<p>(Outros) PROPOSTA 116: É preciso direcionar recursos para acelerar a implantação do processo de tratamento dos esgotos no Distrito de Ravena, bem como para a recuperação dos mananciais de Ravena.</p> <p>PROPOSTA 126: Ampliação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e drenagem pluvial no Distrito de Ravena em Sabará.</p> <p>Direcionar investimentos para um dos grandes problemas de Ravena, a falta dos serviços de abastecimento de água e de rede de esgoto, que só cresce com o passar dos anos.</p> <p>Justificativa: PROPOSTA 116: O Distrito de Ravena, em Sabará, tem uma população de aproximadamente 15 mil habitantes e possui a triste realidade de 0% de esgoto tratado pela Copasa, que informa que o projeto para tratamento dos esgotos só poderá ser implantado a partir de 2016. Os córregos de Ravena estão em situação alarmante de poluição devido às altas taxas de esgoto despejado nos mesmos. Os anos e décadas se passaram sem que nada fosse feito para melhorar a situação.</p> <p>PROPOSTA 126: Investir no saneamento básico em Ravena significa investir na saúde preventiva e, assim, poupar o uso de unidades de saúde.</p> <p>A falta de rede de esgoto desencadeia uma série de doenças para a população, que sofre com a falta de saneamento básico. Já foi comprovado que o solo de Ravena está contaminado em áreas do bairro, que não dispõe de tais serviços. Os moradores que não contam com as fossas despejam o esgoto na própria rua, sendo uma situação de emergência por parte do Estado. O investimento pode ser utilizado como uma das medidas de contrapartidas às obras do Rodoanel em Ravena.</p>	REQUERIMENTO		
2162	Junior José da Silva	3 - Rede de Defesa e Segurança	141 - Polícia Ostensiva		<p>(Outros) Ação nova: Segurança Pública para o Distrito de Ravena no Município de Sabará</p> <p>Finalidade: Direcionar investimentos para a compra de três viaturas e direcionar oito policiais militares e um escrivão; ampliar o posto policial, com compra de equipamentos necessários para realizar os atendimentos à população e os registros de boletins de ocorrência.</p> <p>Justificativa:</p>	REQUERIMENTO		

					Os recursos destinados a segurança pública não chegam ao Distrito de Ravena, que possui cerca de 14 mil habitantes e registra crescente aumento dos índices de violência. Atualmente, o Distrito não conta com policiamento fixo e o Posto Policial possui precária estrutura de funcionamento. Dessa forma, é importante garantir recursos para região.			
2146	Conselho Estadual Antidrogas MG (Belo Horizonte) - Dilma Abreu Rocha	3 - Rede de Defesa e Segurança	152 - Fomento à Gestão Local de Políticas Sobre Drogas	Municipalização e Descentralização de Políticas Sobre Drogas	<p>(Outros) Incluir na finalidade da Ação 4089 a expressão: "E INCENTIVAR OS MUNICÍPIOS A INSTITUÍREM CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS"</p> <p>Acréscimo de meta financeira: Acrescentar R\$1.800.000,00 para apoio à criação e manutenção dos Conselhos.</p> <p>Justificativa: A presente proposta vem de encontro à demanda apresentada no Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas - Conead/MG - no sentido de obter esclarecimentos sobre a criação de Conselhos Municipais sobre Drogas - Comads - visando tratar o problema do uso e abuso de drogas, e fortalecer as ações antidrogas nos municípios.</p> <p>Portanto, propõe-se a criação de Comads nas regiões Central, Rio Doce, Mata, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro Oeste, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha/Mucuri, de pelo menos, 100 conselhos, orientando e incentivando a participação do poder público local e da sociedade civil organizada para proporem a Política Antidrogas Municipal e criarem o Programa Municipal Antidrogas.</p>	REQUERIMENTO		
2080		3 - Rede de Defesa e Segurança	189 - Exercício da Polícia Judiciária e Investigação Criminal		<p>(Outros) Proposta 69: CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: convocação de mais Peritos Criminais AUTOR: Denis</p> <p>Proposta 75: CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Nós, candidatos excedentes do Concurso Público de Perito Criminal Edital 2013/1, viemos, por meio desta solicitar a previsão de dotação orçamentária para o ingresso de 180 novos peritos criminais na PCMG. AUTOR: Fábio Henrique de Azevedo</p>	REQUERIMENTO		

Proposta 192: Convocação dos 180 excedentes do concurso de perito criminal do ano de 2013, uma vez que, no início de 2015, haverá 226 vagas no primeiro nível da carreira.

Justificativa:

Proposta 69:

O estado de Minas Gerais necessita de uma rede de segurança mais arrojada. A sensação de impunidade da sociedade é muito alta. Mas para que haja a condenação dos criminosos é preciso que as provas do crime sejam devidamente periciadas e incluídas nos laudos para envio à Justiça. O Juiz formará sua convicção baseado nestas provas. Portanto a convocação de mais Peritos Criminais é fundamental para aumentar a confiança da população na segurança pública e na justiça.

E o estado mineiro é muito grande e precisa se fazer presente em todas as regiões. O atual efetivo não consegue proporcionar isto para todas as comunidades atendidas.

E é preciso fazer cumprir o que está nos códigos penais e processuais penais que dizem que em todo crime que deixa vestígios deverá haver perícia dos materiais ali encontrados. Se tornando provas para a elucidação do crime e culminando a culpabilidade do criminoso.

Proposta 75:

Pelos motivos que passamos a expor: Em suma, destacamos que o Perito Criminal é responsável pela criação da prova material que norteia as investigações e cria subsídios técnicos para condenar ou absolver os acusados. Mas em que pese a importância e imprescindibilidade deste profissional para nortear as investigações policiais e pautar as decisões judiciais, atualmente, MG sofre com uma grande defasagem no número de Peritos Criminais, o que interfere diretamente nas investigações e resulta no atraso na conclusão dos inquéritos. Segundo a ONU cada estado deve ter um Perito Criminal para cada 5 mil habitantes; porém em MG o número é de um profissional para cada 34 mil habitantes, dado alarmante em se tratando de segurança pública. Menciona-se que no último concurso público ocorrido no ano de 2013, foram aprovados 290 candidatos em todas as etapas, sendo que 95 já concluíram o Curso de Formação Policial, restando apenas 180 excedentes para a realização do Curso de Formação. A Lei Orgânica da PCMG (135/2013) aumentou o número de vagas da carreira de Perito Criminal, passando a prever um total de 903 peritos criminais, porém existem apenas 608 em situação ativa, sendo que destes mais de 40

					<p>estão aguardando aposentadoria. Dados esses que revelam o quadro deficitário de servidores dessa carreira e o motivo das demoras nos atendimentos periciais. Enfatizamos que para um combate eficiente à crescente violência que se instala no em MG é necessário aumentar o efetivo de Peritos Criminais, sem os quais as investigações ficam prejudicadas ou paralisadas, o que resulta na impunidade dos criminosos. Diante disso e certos do papel da Assembléia Legislativa/MG, solicitamos a dotação orçamentária para convocação e ingresso dos 180 excedentes do concurso de Perito Criminal.</p> <p>Proposta 192: Há no Estado de Minas Gerais atualmente 608 peritos cirminais e a nova Lei Orgânica da Polícia Civil de Minas Gerais prevê o quadro de 903 peritos.</p>			
2110	23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível (Belo Horizonte) - Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema	3 - Rede de Defesa e Segurança	189 - Exercício da Polícia Judiciária e Investigaçã o Criminal	Realização de Perícias Médico-legais	<p>(Outros) Alteração de finalidade da Ação 4489 - EXECUTAR PERÍCIAS MÉDICO LEGAIS, ODONTO LEGAIS, RECONHECIMENTO DE CADÁVERES, EXAMES TOXICOLÓGICOS E ANÁTOMO PATOLÓGICOS EM BH, RMBH E INTERIOR DO ESTADO, BEM COMO ORIENTAR OS TRABALHOS QUE LHE SÃO AFETOS, e desenvolver o trabalho de sexologia forense junto ao Instituto Médico Legal, por meio da aquisição de equipamentos e materiais específicos para esta finalidade.</p> <p>Meta financeira: R\$ 200.000,00</p> <p>Justificativa: O IML vem, desde 2006, desenvolvendo ações humanizadas de atendimento às vítimas de violência sexual, por meio da integração de suas ações com ações dos Hospitais de Referência no Atendimento às Vítimas de Violência Sexual em Belo Horizonte. Encontra-se em andamento no âmbito do IML, o Programa de Humanização do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual, que tem como objetivo primordial a coleta precoce de evidências, com a preservação e rastreabilidade, quando o exame médico da vítima é realizado em ambiente hospitalar, evitando o seu comparecimento para novo exame nos postos médico-legais, permitindo a confecção do laudo de maneira indireta. Para a efetiva aplicação desse Programa no âmbito do IML são necessários equipamentos e materiais específicos para a Seção de Sexologia Forense, o que justifica a apresentação da proposta em questão.</p>	<p>EMENDA À LOA (impacto financeiro - R\$200.000,00)</p> <p>- acrescentar R\$200.000,00 na ação 4489, com especificação do objeto do gasto para aquisição de equipamentos e materiais específicos, com vistas a propiciar a o trabalho de sexologia forense junto ao Instituto Médico Legal. (natureza da despesa: capital)</p> <p>(impacto financeiro - R\$200.000,00)</p>	137-0 (emenda apresentada pela FFO para receber as alterações promovidas pela emenda à LOA, apresentada pela CPP)	449-0

2151	Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth	3 - Rede de Defesa e Segurança	20 - Infraestrutura de Defesa Social	Atendimento Ao Adolescente em Conflito Com a Lei - Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Semiliberdade	<p>(Outros) Ampliação das metas físicas e financeiras para atendimento de adolescentes em cumprimento de semiliberdade, na seguinte proporção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - mais 32 vagas na região Central; - 16 vagas no Centro Oeste; - 16 vagas no Jequitinhonha/Mucuri; - 16 vagas no Vale do Rio Doce; - 32 vagas no Triângulo Mineiro; - 16 vagas no Alto Paranaíba; - 16 vagas no Norte de Minas; - 16 vagas no Noroeste. <p>Justificativa: O Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, sob consulta pública, prevê, se aprovado nos termos previstos atualmente, a inauguração de 11 novas unidades de atendimento socioeducativo em regime de semiliberdade, nos próximos anos, sendo nos municípios de Sete Lagoas, Ribeirão das Neves, Divinópolis, Pirapora, Montes Claros, Teófilo Otoni, Patrocínio, Uberlândia, Uberaba, Unaí e Ipatinga.</p> <p>Cada unidade de semiliberdade pode atender até 16 adolescentes. O Estado de Minas Gerais ofertava, em 2013, 10 casas de semiliberdade. Para a ampliação do sistema, necessário a ampliação das metas físicas e financeiras para o ano de 2015.</p>	<p>EMENDA AO PPAG, À LOA REQUERIMENTO (impacto orçamentário: R\$2.000.000,00)</p> <p>AO PPAG, na ação 4055 - acrescentar meta física e financeira para o Centro-Oeste em 2015: 16, física e R\$2.000.000,00, financeira (Trata-se de antecipar as metas física e financeira previstas para o Centro-Oeste, em 2016, para 2015 :16, física; R\$1.269.725,00, para manutenção + R\$730.275,00 para implantação, totalizando R\$2.000.000,00) (Custeio, tanto para implantação como para manutenção, por se tratar de implantação em convênio)</p> <p>À LOA, acrescentar R\$2.000.000,00, na ação 4055, para implantação e manutenção de 16 vagas de semiliberdade, no Centro-Oeste. (custeio)</p> <p>(impacto orçamentário: R\$2.000.000,00)</p>	74 (CPP)	463-0
2157	Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth	3 - Rede de Defesa e Segurança	20 - Infraestrutura de Defesa Social	Atendimento ao Adolescente em Conflito Com a Lei - Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto	<p>(Outros) Ampliação das metas físicas e financeiras, referentes ao número de vagas fomentadas junto aos municípios para cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto, para, pelo menos, duplicar a meta atualmente prevista.</p> <p>Justificativa: As medidas socioeducativas em meio aberto são de competência dos municípios, cabendo ao Estado prestar assessoria técnica e financeira aos municípios para a oferta regular desse serviço (art. 4º, VI da Lei 12.594/12).</p> <p>Segundo levantamento realizado pelo CAO-IJ, retratado no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, que se encontra sob consulta pública, no ano de 2013, apenas 49,25% dos municípios de Minas Gerais ofereciam o serviço</p>	REQUERIMENTO		

					<p>de liberdade assistida e 88% disponibilizavam serviço de prestação de serviços à comunidade.</p> <p>O Plano Estadual Socioeducativo prevê, como meta, caso aprovado, a universalização do atendimento em meio aberto. Em 2014, houve apoio e fomento a 2.735 vagas em meio aberto pelo Estado, segundo minuta do Plano Estadual sob consulta pública.</p> <p>Para garantir uma ampliação efetiva desse serviço, seria necessário duplicar, pelo menos, o número de vagas fomentadas para o ano de 2015.</p>			
2158	Paola Domingues Botelho Reis de Nazareth	3 - Rede de Defesa e Segurança	20 - Infraestrutura de Defesa Social	Modernização do Sistema Socioeducativo	<p>(Outros) Proposta 188: Desmembramento da Ação 1206, a fim de que se trate separadamente das unidades de internação a serem implantadas (novos centros socioeducativos) e daqueles que serão modernizados.</p> <p>Para tanto, sugere-se que, na Ação 1206, sejam mantidos os centros a serem reformados e uma NOVA AÇÃO seja criada, com o nome "Ampliação do atendimento socioeducativo em meio fechado".</p> <p>Sugere-se que, em ambas as ações, a meta física seja "centros socioeducativos/unidades de internação" e não "município atendido".</p> <p>A nova ação (ampliação dos centros de internação) deve prever a construção de, pelo menos, 9 centros de internação no ano de 2015, para atendimento ao Plano Estadual Socioeducativo: Vespasiano, Passos, Tupaciguara, Janaúba, Contagem, Betim, Muriaé, Bom Despacho e Araxá.</p> <p>Proposta 177: Ampliação das metas físicas, com o aumento de: 160 adolescentes na região Central; 40 adolescentes no Sul de Minas; 40 adolescentes no Alto Paranaíba; 40 adolescentes na Mata; 40 adolescentes no Triângulo.</p> <p>Proposta 212: Necessidade de um Centro Socioeducativo em Ubá.</p> <p>Proposta 214: Necessidade de um Centro Socioeducativo em Caratinga.</p> <p>Proposta 220: Reforma na estrutura física do Centro Socioeducativo Justinópolis em Ribeirão das Neves.</p> <p>Proposta 221: reforma na estrutura física do Centro Socioeducativo Uberaba no município de Uberaba.</p>	EMENDA AO PPAG, à LOA E REQUERIMENTO (impacto financeiro: R\$2.200.000,00)	79 (CPP)	465-0
					<p>AO PPAG (uma emenda, atendendo a duas questões: uma (1), apenas remaneja valores; outra (2), acrescenta):</p> <p>(1) para compatibilizar o ppag e o vol IV da LOA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - alterar meta física da região Sul de Minas para 1; - alterar meta física da região estadual, regionalizando para Betim (Central), Araxá (Alto Paranaíba) e Bom Despacho (Centro-Oeste), com 1 meta física para cada, e R\$1.125.000,00 para cada.(totalizando 19 municípios e mantendo a meta financeira total). <p>(2) para viabilizar a construção de um centro em Caratinga e a reforma nos centros solicitados, acrescentar metas como se segue:</p> <ul style="list-style-type: none"> Central 1 - R\$300.000, Triângulo - 1 - R\$400.000, Rio Doce - 2 - R\$360.000, Mata - 1 - R\$290.000, Norte - 1 - r\$350.000, Alto Paranaíba - 1 - R\$ 500.000, <p>À LOA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - acrescentar R\$2.200.000,00 na ação 1206, com especificação do objeto do gasto para realização de reformas nos centros socioeducativos como se segue (capital): R\$300.000, para Ribeirão das Neves (Justinópolis) (Central); R\$400.000, para Uberlândia (TRIângulo); R\$350.000, para Governador Valadares (Rio Doce); R\$290.000, para Juiz de Fora (Mata); R\$350.000, para Montes Claros (Norte de Minas); R\$500.000, para Patos de Minas (Alto Paranaíba); e R\$10.000,00, para a construção de um Centro Socioeducativo em Caratinga (Rio Doce). 			

				<p>Proposta 222: Reforma na estrutura física do Centro Socioeducativo Governador Valadares</p> <p>Proposta 223: Necessidade de um centro socioeducativo em Divinópolis.</p> <p>Proposta 224: Reforma na estrutura física do Centro Socioeducativo Juiz de Fora.</p> <p>Proposta 225: Reforma na estrutura física do Centro Socioeducativo Montes Claros.</p> <p>Proposta 226: Reforma na estrutura física do Centro Socioeducativo Patos de Minas.</p> <p>Proposta 227: Realização de Cursos Profissionalizantes para adolescentes em regime de internação, por meio de empresa especializada, contratada mediante licitação.</p> <p>Justificativa: Proposta 188 - Justificativa: A sugestão de desmembramento das ações tem o escopo de garantir maior transparência e clareza ao PPAG. A sugestão de inclusão de, ao menos, 9 centros de internação para o ano de 2015 visa garantir efetivar as metas traçadas no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, que se encontra em vias de ser aprovado. Esses 9 centros, que supõem a criação de 360 vagas de internação, não serão suficientes para o atendimento da demanda existente, mas são muito importantes para reduzir o número de adolescentes que se encontram em liberdade aguardando a liberação de vagas de internação, ou apreendidos em cadeias públicas.</p> <p>Proposta 177: Atendimento eficiente às metas traçadas no Plano Estadual Socioeducativo, que se encontra em vias de ser aprovado, em atendimento à Lei 12.594/12. O Plano Socioeducativo, que deve traçar metas decenais, prevê para o ano de 2015, a criação de 360 vagas para a internação, em 9 unidades nas cidades de Vespasiano, Passos, Tupaciguara, Janaúba, Contagem, Betim, Muriaé, Bom Despacho e Araxá.</p> <p>Justificativa síntese das propostas 212 a 226: déficit de vagas</p>	(impacto financeiro – R\$2.200.000,00)		
--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>no Sistema Centro Socioeducativo nesses diversos municípios. Limitações e más condições de funcionamento dos CSE já existentes.</p> <p>Proposta 227 - Justificativa: Objetivo é q adolescentes aprendam um ou mais profissoes e possam ser inseridos no mercado de trabalho após o cumprimento da pena. A profissionalização é o mais importante instrumento para reeducação dos adolescentes. Sem isso, dificilmente o trabalho de socioeducacao terá resultado. Serao mais de quatro mil adolescentes atendidos com este recurso.</p>			
2172		3 - Rede de Defesa e Segurança	21 - Gestão Integrada de Defesa Social	Gestão da Infraestrutura Logística de Unidades da Polícia Civil	<p>(Outros) SUGESTÃO VIRTUAL - PROGRAMA 021 - Gestão Integrada de Defesa Social - 1511 - Polícia Civil do Estado de MG - Revitalizar a Delegacia Especializada de Proteção a Pessoa Idosa e Deficiente, garantindo estrutura administrativa, orçamentária e de pessoal, para maior agilidade na instauração e investigação dos inquéritos de violência contra a pessoa idosa e deficientes. AUTOR: Ivone Luiza Moreira Silva</p> <p>Justificativa: Justificativa: Impactar na eficiência, controle e redução da violência contra esses públicos vulneráveis, aumentando a sensação de segurança.</p>	REQUERIMENTO		
2109	23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível (Belo Horizonte) - Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema	3 - Rede de Defesa e Segurança	21 - Gestão Integrada de Defesa Social	Investigação Modelo	<p>(Outros) Incluir na finalidade da Ação 4362: APROVISIONAR A IMPLEMENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL QUE CONTRIBUA PARA REDUÇÃO DE ÍNDICES CRIMINAIS POR ÁREA, AMPLIANDO O ATENDIMENTO AO CIDADÃO A PARTIR DOS NOVOS PROCESSOS DE TRABALHO, DIFUNDINDO JUNTO AOS SERVIDORES AS NOVAS METODOLOGIAS ADOTADAS e desenvolver o Protocolo de Humanização no atendimento às Vítimas de Violência Sexual, por meio de ações de capacitação dos agentes de segurança pública e dos atores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente.</p> <p>Meta financeira: R\$ 150.000,00</p> <p>Justificativa: A Ação 1111 - Delegacia Modelo - foi excluída da revisão do PPAG para o exercício de 2015 com a justificativa de que suas ações foram transferidas para a Ação 4362 - Investigação Modelo. No entanto, não há na finalidade dessa</p>	<p>EMENDA À LOA (impacto financeiro: R\$150.000,00)</p> <p>- acrescentar R\$150.000,00 na ação 4362, com especificação do objeto do gasto para capacitação dos agentes de segurança pública e dos atores do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente, no escopo do Protocolo de Humanização no atendimento às Vítimas de Violência Sexual. (custeio)</p> <p>(impacto financeiro: R\$150.000,00)</p>	131-0 (emenda apresentada pela FFO para receber as alterações promovidas pela emenda à LOA, apresentada pela CPP)	448-0

				<p>ação, nenhuma referência ao Protocolo de Humanização do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual.</p> <p>O Protocolo vem sendo desenvolvido desde 2006 e suas ações têm colaborado para diminuir o processo de revitimização que a grande maioria das vítimas de violência sexual sofre ao dar entrada no sistema de segurança pública para denunciar a agressão sofrida e melhorar a qualidade da prova material. No Estado, o Protocolo está implantado apenas nos Hospitais de Referência de Belo Horizonte. A próxima etapa é a implantação desse Protocolo nos demais municípios ou regiões que possuem Unidade ou Hospital de Referência.</p> <p>Portanto, é de fundamental importância a garantia de continuidade do Protocolo na Ação 4362, constando na finalidade dessa ação e com aumento da meta financeira para o exercício de 2015.</p>			
2154	Elenir de Fátima Braga, Fernanda Macedo Menezes da Silva, Luciana Pereira Lorenzi, Paula Hernandez Heredia, Assoc. dos Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil (Belo Horizonte) - Cleber Consolatrix Maia, Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual - Cellos (Belo Horizonte) - Anyky	3 - Rede de Defesa e Segurança	34 - Minas Mais Segura	<p>(Outros) Restaurar a ação 1125 - Combate ao Tráfico de Pessoas -, com alteração do nome da ação para Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e da sua finalidade para: Apoiar as ações do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e realizar ações de sensibilização e campanhas de enfrentamento ao tráfico de pessoas.</p> <p>A proposta sugere, ainda, aumento da meta financeira de R\$ 500.000,00 para R\$ 1.500.000,00.</p> <p>Justificativa: Minas Gerais é o terceiro Estado no ranking do Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça. Dados apresentados no Ciclo de Debates da ALMG mostraram a grave realidade desse fenômeno no Estado e a importância de um programa específico para o enfrentamento dessa questão. Dada a importância dessa política para a promoção, acesso, reconhecimento e proteção de direitos, justifica-se a permanência da ação 1125 para o exercício de 2015, com a continuidade de recursos a fim de assegurar e ampliar as ações do programa, por meio de campanhas, recursos humanos e estruturais de atenção às vítimas.</p>	EMENDA AO PPAG (impacto financeiro R\$450.000,00)	76 (CPP)	520-0
					<p>AÇÃO NOVA</p> <p>- restaurar a ação 1125 – Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas -, alterando seu nome e finalidade: Nome: Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas Finalidade: Apoiar as ações do Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e dar suporte ao O COMITÊ INTERINSTITUCIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOA, bem como realizar ações de sensibilização e campanhas de enfrentamento ao tráfico de pessoas. (melhorar) restaurar metas de 2014 (1 / R\$450.000,00)</p> <p>(impacto financeiro R\$450.000,00)</p>		

<p>Gonçalves de Limas, Comissão da Verdade em Minas Gerais (Belo Horizonte) - Alberto Carlos Dias Duarte - Betinho Duarte, Comissão da Verdade em Minas Gerais (Belo Horizonte) - Helena Maria Penna Amorim Pereira, Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania - IJUCI (Belo Horizonte) - Bruno Martins Soares, Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania - IJUCI (Belo Horizonte) - Daniel Dias e Sarmiento, Jovens com Uma Missão (Belo Horizonte) - Vanessa do Carmo, Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes</p>							
---	--	--	--	--	--	--	--

	Violentos - NAVCV (Belo Horizonte) - Thiago Pedro Monteiro, Pastoral da Mulher Marginalizada (Belo Horizonte) - Lucinete dos Santos, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte) - Adriana Ferreira Pinto Alberto, Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem) - Dalcira Pereira Ferrão Fiori, 23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível (Belo Horizonte) - Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema							
2150	Amauri Santos Barra, Edmar Martins Cabral, Silvio Duarte	3 - Rede de Defesa e Segurança	34 - Minas Mais Segura		(Outros) Proposta 173: Incluir NOVA AÇÃO: Nome da ação: "Projetos de Circulação do Programa Fica Vivo!" Finalidade: "promover a circulação de adolescentes e jovens atendidos pelo Fica Vivo! por diferentes espaços das cidades" Produto: "adolescentes e jovens atendidos"	EMENDA À LOA (impacto financeiro: R\$1.100.000,00) acrescentar R\$1.100.000,00 na ação 4169 - prevenção social da criminalidade, com especificação do objeto do gasto para o desenvolvimento das atividades abaixo, no âmbito do projeto Fica Vivo: - R\$600.000,00, para realizar Olimpíada Fica Vivo	121-0 (emenda apresentada pela FFO para receber as alterações	461-0

				<p>Regionalização: Central, Rio Doce, Norte, Triângulo Metas físicas: 5.000 adolescentes e jovens atendidos Metas financeiras: R\$400.000,00</p> <p>Proposta 174: Incluir NOVA AÇÃO:</p> <p>Nome da ação: "Olimpíadas Fica Vivo!" Finalidade: "promover o acesso de adolescentes e jovens ao esporte e ao lazer, contribuindo para a melhoria das relações sociais" Produto: "jovens atendidos" Regionalização: Central Metas físicas: 5.000 jovens atendidos Metas financeiras: R\$700.000,00 (mínimo)</p> <p>Proposta 176: Restauração da Emenda 801/inciso 108 na Ação 4169 - Prevenção à Criminalidade, do Programa Minas Mais Segura (034).</p> <p>Objeto: realização de fóruns comunitários de prevenção social à violência e à criminalidade.</p> <p>Justificativa: Proposta 173: Continuidade e manutenção qualificada do atendimento ao público do Programa Fica Vivo!. Proposta 174:(não apresentou justificativa) Proposta 176: Os fóruns de prevenção social à violência e à criminalidade propiciam a criação de espaços de diálogo entre os agentes da política de prevenção e as comunidades onde os centros de prevenção estão inseridos.</p> <p>Nesse sentido, os fóruns contribuem para sensibilizar e mobilizar as comunidades visando a discussão de temáticas específicas, ou o levantamento das mesmas, e a proposição de ações que qualifiquem a leitura dos centros de prevenção à criminalidade frente à realidade local, aproximam os programas desenvolvidos a essas comunidades, contribuem para o desenvolvimento da segurança cidadã e fomentam a participação/responsabilização dessas comunidades na prevenção à violência e à criminalidade, promovendo uma cultura de paz.</p>	<p>(estadual/custeio) - R\$400.000,00 para realizar o projeto Circulação, que prevê a realização de excursões dos jovens atendidos pelo Fica Vivo em diferentes espaços da cidade (estadual/custeio) - R\$100.000,00 para a realização dos fóruns comunitários de prevenção social à violência e à criminalidade (estadual/custeio)</p> <p>(impacto financeiro: R\$1.100.000,00)</p>	<p>promovida s pela emenda à LOA, apresentada pela CPP)</p>	
2091		3 - Rede de Defesa e Segurança	34 - Minas Mais Segura	<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Instalação de CONSEP's nos bairros, aravés de regionalização da cidade e a descentralização do atendimento da Polícia Militar na cidade de Ubá-MG</p>	REQUERIMENTO		

					<p>AUTOR: Samuel Gazolla Lima</p> <p>Justificativa: Justificativa: A cidade de Ubá tem apresentado um aumento crescente da estatísticas relacionadas à segurança pública, com aumento do número de homicídios, furtos, roubos, etc. Há necessidade urgente de estabelecer uma nova relação da Polícia Militar com a sociedade e, neste caso, colocar a polícia militar mais próxima do cidadão já demonstrou ser uma experiência importante e que trouxe bons resultados. Portanto, é necessário investir na descentralização do atendimento ao cidadão, principalmente na periferia, com a instalação de unidades do CONSEP (Conselho Segurança Pública) e equipamento da polícia militar nos bairros.</p>			
2084		3 - Rede de Defesa e Segurança	34 - Minas Mais Segura		<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Defesa e Segurança e Desenvolvimento Social e Proteção: Quando o Estado irá intervir de fato na questão mais gritante do comércio de entorpecentes? Nossos adolescentes e jovens estão se envolvendo no mundo das drogas com uso, mas principalmente no tráfico, porque são envolvidos. AUTOR: Claudilene Henrique de Souza</p> <p>Justificativa: Justificativa: A Polícia está inoperante, os Conselhos Tutelares (que pelo fato de serem eleitos) querem se garantir por mais tempo no emprego tem atitudes passivas. É necessário, e o mais urgente possível ação do governo em atividades que envolva os adolescentes e jovens e a melhor e mais positiva experiência é com o esporte e atividades de cultura. Use a estrutura do governo que está dentro do município (CRAS, CREAS, ESCOLAS ESTADUAIS) e através dos Educadores Sociais implemente ação significativa na vida destes cidadãos. E, de forma organizada e intensa para que tenha o efeito necessário. Não ações descordenadas como tem sido, que funciona por um tempo e depois acaba, desmotivando-os a novas tentativas. Se querem ação efetiva de segurança e defesa para todos, a Polícia Militar precisa ser melhor, uma vez que ela representa a Secretaria de Segurança do Estado, deveria ter ações de repreensão, mas também ações que envolvessem a COMUNIDADE para uma melhor comunicação entre ambos.</p>	REQUERIMENTO		
2160	Amauri Santos Barra	3 - Rede de Defesa e Segurança	34 - Minas Mais Segura	Prevenção Social à Criminalidade	<p>(Outros) Requerimento à Consultoria da Casa sobre a viabilidade de um projeto de lei sobre a política de prevenção à criminalidade (Ação 4169).</p>	REQUERIMENTO		

					Justificativa: -----			
2089	Associação dos Povos Indígenas (Belo Horizonte) - Marinalva Maria de Jesus	3 - Rede de Defesa e Segurança	52 - Aliança Pela Vida	Rede Complementar de Suporte Social e Atenção ao Dependente Químico: Prevenção e Tratamento do Consumo de Álcool e Outras Drogas	<p>(Outros) Proposta 86: CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL Apoio financeiro a Associação Juntos Venceremos que contribui com clínica de recuperação para Alcoólicos e Drogados. Manutenção e Custeio. Valor R\$ 90.000,00 Programa: 4030 AUTOR: Ronildo Vaqueiro</p> <p>Proposta 209: Destinar no PPAG recursos financeiros para apoiar a projeto de intervenção e prevenção de problemas relacionados ao uso de drogas e álcool por indígenas inseridos no contexto urbano. Destinar R\$ 100.000,00 para contratação de clínica de reabilitação para usuários de álcool e drogas.</p> <p>Justificativa: Proposta 86: Justificativa: A Associação Juntos Venceremos implantou em 2013 a clínica de recuperação Libertar em Aguas Formosas - MG, vem desde o início com caminhando com grandes dificuldades com contribuição da população da nossa cidade, daí a necessidade de apoio do estado para ampliarmos o atendimento visto que o índice de necessidade para atendimento é altíssimo, conta ainda com apoio do CAPS da nossa cidade porém o CAPS não faz internação ficando esta parte só por conta do Libertar, que tem que manter funcionários e alimentação aos internos. Proposta 209: Resgatar adolescentes, jovens e adultos em risco social devido ao uso de álcool e outras drogas</p>	REQUERIMENTO		
2173		4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - Assistência Social e Direitos Humanos		<p>(Outros) SUGESTÃO VIRTUAL - PROGRAMA 011 - ASSISTÊNCIA SOCIAL e DIREITOS HUMANOS - Implementar no Estado Programa de Promoção dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada à Pessoa Idosa Institucionalizada, propiciando segurança alimentar e nutricional sustentável, respeitando a diversidade cultural. AUTOR: Ivone Luiza Moreira Silva</p> <p>Justificativa: Justificativa: É dever do Estado garantir acesso de todas as pessoas aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade suficientes para uma longevidade saudável.</p>	REQUERIMENTO		
2064	Karina Vieira	4 - Rede de	11 -		(Outros) Ação nova: Cofinanciamento do Centro Nacional de	REQUERIMENTO		

	Alves	Desenvolvimento Social e Proteção	Assistência Social e Direitos Humanos		Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Reciclados - CNDDH/PSR/CMR. Justificativa: O acompanhamento de um Centro Estadual é necessário devido às inúmeras violações de direitos humanos sofridas pela população em situação de rua e pelos catadores de materiais reciclados, chegando a mais de 140 homicídios.			
2057	Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA (Governador Valadares) - Jaime Luiz Rodrigues Jr.	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - Assistência Social e Direitos Humanos		(Outros) Restaurar Ação 4318 - Cofinanciamento de Serviços e Benefícios para Municípios na Execução da Proteção Especial - excluída da proposta de revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício 2015, com os mesmos atributos de 2014. Justificativa: Ação excluída da proposta de revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício 2015. é necessário manter a previsão orçamentária para a implantação de serviços regionalizados da proteção social especial de alta complexidade.	EMENDA AO PPAG (impacto R\$700.000,00) AÇÃO NOVA - restaurar a ação 4640 - SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE -, com os mesmos atributos de 2014 meta física: 200 meta financeira: 700.000,00 (impacto financeiro: R\$900.000,00 + R\$700.000,00 = R\$1.600.000,00)	42 (CPP) 43 (CPP)	504-0 505-0
2056	Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA (Governador Valadares) - Jaime Luiz Rodrigues Jr.	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - Assistência Social e Direitos Humanos	Cofinanciamento do Piso Mineiro de Assistência Social	(Outros) Restaurar o valor da meta financeira da Ação 4301 - Piso Mineiro de Assistência Social, mantendo os valores de 2014 (R\$53.160.515,00) Justificativa: Pretende-se assegurar o cumprimento da Resolução nº 459/2010 da Sedese, que determina a base de cálculo para o repasse de recursos aos municípios.	EMENDA À LOA (impacto financeiro: R\$8.122.437,00) - acrescentar R\$8.122.437,00 na ação 4301, com vistas a restaurar os valores alocados em 2014. (impacto financeiro: R\$8.122.437,00) OBS.: RESTAURA META FINANCEIRA DE 2014	127-0 (emenda apresentada pela FFO para receber as alterações promovidas pela emenda à LOA, apresentada pela CPP)	435-0
2058	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (Belo Horizonte) - Eleonora Schettini Martins	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - Assistência Social e Direitos Humanos	Cofinanciamento para Municípios na Execução de Proteção Básica	(Outros) Retirar da finalidade da ação a expressão "da série histórica" Justificativa: O cofinanciamento deve ser realizado com base em critérios do SUAS. Desde as alterações da Loas e do SUAS não faz sentido tratar de "séries históricas". Qualquer cofinanciamento deve ser baseado em critérios pactuados.	EMENDA AO PPAG E À LOA (impacto orçamentário R\$1.000.000,00) AO PPAG: - alteração da finalidade da ação 4234, retirando a expressão "série histórica" e acrescentando a demanda por estruturação do SUAS, prevista na ex-ação 4319 COFINANCIAR OS SERVIÇOS DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PARA MUNICÍPIOS, e estruturar a rede de proteção social básica (INFRAESTRUTURA ADEQUADA PARA OS	44 (CPP)	436-0

	Cunha					<p>SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, BEM COMO POSSIBILITAR A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS), PROMOVENDO AÇÕES DE PREVENÇÃO AO AGRAVAMENTO DAS SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL E O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS.</p> <p>- acréscimo de R\$1.000.000,00, na região estadual</p> <p>À LOA</p> <p>- acréscimo de R\$1.000.000,00 na ação 4234 - natureza da despesa: Despesa de Capital (INVESTIMENTO) (região: estadual)</p> <p>(impacto orçamentário R\$1.000.000,00)</p>		
2115	23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível (Belo Horizonte) - Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - Assistência Social e Direitos Humanos	Cofinanciamento para Municípios na Execução de Proteção Especial	<p>(Outros) Alterar finalidade da ação para: "COFINANCIAR OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL AOS MUNICÍPIOS. COFINANCIAR E IMPLEMENTAR SERVIÇOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE REGIONALIZADOS (CREAS REGIONAIS). IMPLEMENTAR SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE, incluindo o serviço de acolhimento familiar, com bolsa-auxílio às famílias acolhedoras. SEU OBEJTIVO É PROMOVER AÇÕES DE PROTEÇÃO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL E VIOLAÇÕES DE DIREITOS, E O RESGATE DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS.</p> <p>Justificativa: Considerando que o Estatuto da Criança e do Adolescente no seu art. 34 dispõe que o poder público estimulará, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar e no seu parágrafo 1º, que a inclusão da criança e do adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional; justifica-se a necessidade do Estado dispor de recursos do orçamento para subsidiar a bolsa auxílio às famílias acolhedoras.</p>	REQUERIMENTO		
2061	Cons. Estad. Defesa dos Direitos da Pessoa com	4 - Rede de Desenvolvimento Social e	11 - Assistência Social e Direitos	Educação em Direitos Humanos	<p>(Outros) A proposta pretende acrescentar na finalidade da Ação 4203 a capacitação em direitos humanos também para os conselheiros de direitos, uma vez que a ação já prevê o valor de R\$500.000 para o atendimento de 5.000 pessoas. Em</p>	REQUERIMENTO		

	Deficiência (Belo Horizonte) - Kátia Ferraz Ferreira	Proteção	Humanos		<p>caso de vagas remanescentes, caso não sejam preenchidas pelos conselheiros, capacitar os funcionários dos Conselhos cedidos pela Sedese.</p> <p>Justificativa: A proposta visa à garantia de capacitação contínua em direitos humanos para os conselheiros de direitos.</p>			
2077	Elenir de Fátima Braga, Fernanda Macedo Menezes da Silva, Comissão da Verdade em Minas Gerais (Belo Horizonte) - Alberto Carlos Dias Duarte - Betinho Duarte, Instituto Elo (Belo Horizonte) - Viviane Coelho Moreira, Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania - IJUCI (Belo Horizonte) - Bruno Martins Soares, Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania - IJUCI (Belo Horizonte) - Daniel Dias e Sarmiento, Instituto	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - Assistência Social e Direitos Humanos	Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos - Navcv	<p>(Outros) ALTERAR a Ação 4200: FINALIDADE: Possibilitar a ressignificação da violência (por meio de atendimentos psicossociais, articulações de rede e acesso à justiça) a pessoas afetadas direta e/ou indiretamente por crimes violentos, sendo eles o homicídio (tentado ou consumado), latrocínio, estupro, estupro de vulnerável, tráfico de pessoas e violência estatal/institucional (tortura, execução extrajudicial e desaparecimento forçado, todos crimes cometidos por agentes estatais, ou que estejam agindo em nome do Estado), nas regiões Central, Norte, Vale do Jequitinhonha, Vale do Rio Doce, Zona da Mata e Triângulo Mineiro, sem prejuízo de se instituir atendimento a outras regiões do Estado. PRODUTO: pessoa atendida UNIDADE DE MEDIDA: pessoa REGIONALIZAÇÃO: METAS FÍSICAS: Central: 195 pessoas atendidas; Norte: 60 pessoas atendidas; Jequitinhonha: 40 pessoas atendidas; Rio Doce: 60 pessoas; Mata: 40 pessoas; Triângulo: 40 pessoas; Estadual (soma de todas as regiões): 435 pessoas atendidas; METAS FINANCEIRAS: Sugere-se alterar a meta financeira mantendo-se apenas seu total vinculado à região "Estadual", da seguinte forma: Estadual: 4.828.705,44. Esse total seria a soma do orçamento já previsto de 2.491.456,00, acrescido de: - 910.284,35 (para aumento de equipe das regionais já em execução de atividades de divulgação, capacitação, eventos, atividades com usuários, transporte e deslocamento, e que viabilizem articulações de rede, bem como logística de manutenção da execução do programa); - 1.426.965,09, para a implantação de mais três regionais do NAVCV-MG: Triângulo Mineiro, Vale do Jequitinhonha e Zona da Mata.</p>	REQUERIMENTO		

<p>Jurídico para Efetivação da Cidadania - IJUCI (Belo Horizonte) - Fábio Candido Borges, Jovens com Uma Missão (Belo Horizonte) - Vanessa do Carmo, Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos - NAVCV (Belo Horizonte) - Thiago Pedro Monteiro, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Belo Horizonte) - Adriana Ferreira Pinto Alberto, Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem) - Dalcira Pereira Ferrão Fiori, 23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível (Belo Horizonte) - Maria de Lurdes</p>				<p>OBS: Importante dizer que o custo médio de uma regional do NAVCV-MG no interior do Estado, considerando-se as despesas operacionais, de serviço de terceiros, de material de consumo e permanente e de folha de pessoal fica em torno de 475.655,03.</p> <p>PRIORIDADES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Caso a comissão de avaliação das propostas entenda que a implementação de 2.337.249,44 ao valor previsto para 2015 é muito alta, sugere-se que seja acrescido o valor de 870.000,00 para ampliação da equipe e o valor de 475.655,03 para instalação de mais uma regional do NAVCV em região do Estado com alto índice de criminalidade violenta. Valor total a ser acrescido: 1.345.655,03. - Se, ainda assim, este valor for considerado excessivo, solicita-se que se garanta, ao menos, o acréscimo do valor de 870.000,00 para ampliação da equipe técnica dos núcleos já existentes, de forma a garantir a qualidade do serviço já prestado. Assim, as demais regionais propostas do NAVCV seriam instaladas nos anos seguintes, se realmente não for possível a instalação já no ano de 2015. <p>Justificativa:</p> <p>Justifica-se a alteração da finalidade para adequá-la à finalidade do Programa Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos, que não se restringe à prestação de atendimento psicossocial.</p> <p>Atualmente, o programa possui núcleos responsáveis por atender as regiões Central (em BH); RMBH (em Ribeirão das Neves); Vale do Rio Doce (em Governador Valadares) e Norte (em Montes Claros). A sugestão de destinar recursos para a instalação de novos núcleos de atendimento regional no Vale do Jequitinhonha, Zona da Mata e Triângulo Mineiro se dá pelo fato dessas regiões apresentarem alta incidência de crimes violentos.</p> <p>Sugere-se a alteração da unidade de medida e do produto para que se dê visibilidade à capacidade de atendimento do programa em cada uma das regiões do Estado.</p> <p>A regionalização na distribuição das metas físicas e financeiras possibilita a transparência no que se refere aos atendimentos realizados em cada uma das regiões.</p> <p>Além disso, há necessidade de urgente ampliação das equipes das atuais regionais dos NAVCV, que se encontram sobrecarregadas de atividades; ampliação das atividades de divulgação, capacitação, eventos, atividades com usuários, transporte e deslocamento de equipe e que viabilizem</p>			
---	--	--	--	---	--	--	--

	Rodrigues Santa Gema				articulações de rede; e ampliação da quantidade de regionais do NAVCV.			
2065	Fernanda Macedo Menezes da Silva, Comissão da Verdade em Minas Gerais (Belo Horizonte) - Alberto Carlos Dias Duarte - Betinho Duarte, Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania - IJUCI (Belo Horizonte) - Bruno Martins Soares, Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania - IJUCI (Belo Horizonte) - Daniel Dias e Sarmiento, Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania - IJUCI (Belo Horizonte) - Fábio Candido Borges	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - Assistência Social e Direitos Humanos	Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - Provita	<p>(Outros) PROPOSTA 42: Sugestão de alteração do nome da Ação 4253 para Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - Provita/MG, de forma a adequá-lo ao disposto no Decreto nº 41.140/2000, o qual instituiu o programa.</p> <p>PROPOSTA 43: Ação nova: 15 anos do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - Provita/MG Finalidade: recuperar registros históricos do Provita/MG visando à publicação de um livro comemorativo dos 15 anos do Programa, bem como a realização de um seminário para divulgação do livro e capacitação dos profissionais que atuam no Sistema de Justiça e na Proteção e Promoção dos Direitos Humanos. Produtos: Livro com relatos históricos do Provita/MG e Seminário. Metas físicas: 200 exemplares do livro e 500 pessoas mobilizadas para o seminário. Metas financeiras: R\$ 130.000,00 para o livro e R\$ 50.000,00 para o seminário, totalizando R\$ 180.000,00.</p> <p>Justificativa: PROPOSTA 42: Adequar o nome do Provita/MG conforme o Decreto nº 41.140/2000, que instituiu o referido programa.</p> <p>PROPOSTA 43: No dia 5 de abril de 2015 o Programa de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - Provita/MG completará 15 anos desde a publicação da Lei nº 13.495/2000, que o instituiu. Contudo, apesar do extenso caminho percorrido por instituições e pessoas envolvidas na execução deste programa ao longo de 15 anos, o sigilo necessário ao cumprimento do objeto da política implicou em um desconhecimento das ações do Provita/MG por parte de órgãos ligados ao Sistema de Justiça e principalmente da sociedade como um todo. Ademais, ao longo dos quase 15 anos a execução do programa não foi registrada de maneira adequada, o que dificulta que a história de sucesso do Provita/MG esteja</p>	REQUERIMENTO		

					<p>acessível. Desta maneira, a proposta visa à contratação de um profissional especializado para recuperar os registros históricos do programa mineiro e assim produzir, ao final, um livro contando os 15 anos de História do Provita/MG.</p> <p>Levando em conta a necessidade de divulgação das ações do Provita/MG, a proposta contempla ainda a realização de um seminário para lançamento do Livro, que possui o condão de dar visibilidade ao programa, que é de fundamental importância na busca pela garantia do direito de acesso à justiça da população mineira.</p>			
2067	Elenir de Fátima Braga, Karina Vieira Alves, Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania - IJUCI (Belo Horizonte) - Bruno Martins Soares	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - Assistência Social e Direitos Humanos	Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - Ppddh	<p>(Outros) Ampliação do recurso destinado à execução das atividades/metadados do Programa dos Defensores no Estado de Minas Gerais para as atividades: ampliação dos recursos destinados à formação e capacitação dos defensores de direitos humanos e rede de proteção; ampliação da equipe de atuação, recurso destinado à elaboração e implementação de um Plano de Comunicação, e, ainda, para a realização de um diagnóstico dos defensores do Estado de Minas Gerais.</p> <p>Meta financeira: 2015 - 1.000.000,00 2016 - 1.300.000,00 2017 - 1.300.000,00 2018 - 1.300.000,00</p> <p>Justificativa: O PPDDH, em atendimento das metas estabelecidas, alcançadas e ampliadas, ao longo da execução, percebe a necessidade de ampliação dos recursos, considerando a realidade encontrada no cotidiano do programa.</p> <p>Considerando a diversidade, complexidade e dimensão territorial, demanda maiores recursos no intuito de ampliar a equipe, para viabilizar melhor atendimento aos defensores atendidos, principalmente em locais que demandam maior assessoria.</p> <p>A realização do diagnóstico dos defensores irá viabilizar e apontar melhores condições para apontar as regiões (nas quais estão situados os defensores), assim como as principais demandas, considerando também as temáticas que deverão ser abordadas nos cursos, vislumbrando maior autonomia e empoderamento dos defensores para continuarem suas lutas na defesa da vida, das terras, culturas, meio ambiente, motivações de suas situações de ameaça.</p>	<p>EMENDA À LOA E REQUERIMENTO (impacto financeiro: R\$50.000,00)</p> <p>À LOA: - acrescentar R\$50.000,00 na ação 4203, com especificação do objeto do gasto para formação e capacitação dos defensores de direitos humanos, da equipe do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH e dos agentes da rede de proteção.</p> <p>(impacto financeiro: R\$50.000,00)</p>	46-1 (Subemenda apresentada pela FFO para receber as alterações promovidas pela emenda à LOA, apresentada pela CPP)	437-0

					Neste sentido, o plano de comunicação torna-se extremamente relevante para a produção de subsídios informativos e formativos, no intuito de fortalecer a rede de proteção dos defensores, sensibilização e mobilização da rede de articulação.			
2121	23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível (Belo Horizonte) - Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	11 - Assistência Social e Direitos Humanos	Qualificação de Recursos Humanos do Suas	<p>(Outros) Allterar finalidade da ação para: PROMOVER A QUALIFICAÇÃO E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES, TÉCNICOS, CONSELHEIROS MUNICIPAIS E ESTADUAIS trabalhadores das entidades de acolhimento institucional/familiar, conveniados ou não com o Estado de Minas Gerais, REPRESENTANTES DA REDE DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - SUAS</p> <p>Justificativa: Considerando que o art. 92 § 3º do ECA dispõe que os entes federados, por intermédio dos poderes executivo e judiciário, promoverão conjuntamente a permanente qualificação dos profissionais que atuam direta e indiretamente em programas de acolhimento institucional e destinados à colocação familiar de crianças e adolescentes, incluindo membros do poder judiciário, Ministério Público e conselho tutelar; considerando que o documentno "orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adoelsctnes", aprovado em resolução conjunta do Conanda e CNAS, tem como finalidade regulamentar a organização e oferta do referido serviço no âmbito da política de assistência social; que, no mesmo documento consta tópico referente a gestão do trabalho e educação permanente, no qual se destaca a importância da capacitação inicial de qualidade e formação continuada dos profissionais dos serviços de acolhimento - incluindo coordenador, equipe técnica e equipe de apoio. Justifica-se a necessidade de inclusão dos trabalhadores atuantes nas entidades de acolhimento institucional/familiar, conveniadas ou não com o Estado, na ação qualificação de recursos humanos.</p>	REQUERIMENTO		
2174		4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos		<p>(Outros) SUGESTÃO VIRTUAL - 4204 - PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS Campanha Proteja - Ampliar em todos os meios de comunicação - escrito, falado e televisado, campanhas de conscientização e combate a violência contra a pessoa idosa.</p> <p>AUTOR: Ivone Luiza Moreira Silva</p> <p>Justificativa:</p>	REQUERIMENTO		

					Justificativa: Implementar o art. 10, parágrafo 3º - Lei 10.741/2003, tendo em vista que os indicadores oficiais registram o aumento da violência contra a pessoa idosa.			
2072	Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual - Cellos (Belo Horizonte) - Thiago Alves da Silva Costa	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos		<p>(Outros) Alterar o texto original para acrescentar: Programa 162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos [...] Objetivos Estratégicos (PMDI) - Ampliar e efetivar o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente - GARANTIR E promover os direitos humanos dos grupos historicamente discriminados - Romper o ciclo da pobreza e reduzir a desigualdade social.</p> <p>Justificativa: Segundo a Constituição da República, em seu art. 3º, "constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". O que se reforça na Constituição do Estado de Minas Gerais que, em seu art. 2º, diz que "são objetivos prioritários do Estado: I - garantir a efetividade dos direitos públicos subjetivos".</p> <p>Diante do exposto, faz-se mister ressaltar no Plano Plurianual de Ações do Governo que o seu planejamento deve visar não apenas promover o direitos humanos do grupos historicamente discriminados, mas antes disso, garantir sua efetividade.</p> <p>Sabemos que se trata de alteração do PMDI, porém de fundamental importância para a real obrigação do Estado.</p>	REQUERIMENTO		
2070	23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Cível (Belo Horizonte) - Maria de	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos		<p>(Outros) Restaurar Ação 4079 - Implantação do Plano Estadual de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.</p> <p>Finalidade: Prosseguir o processo de revisão e implantação do Plano Estadual; expandir e acompanhar a implantação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual no Estado - Pair, por</p>	EMENDA AO PPAG (impacto orçamentário: R\$100.000,00) AÇÃO NOVA, restaurando a ação 4079 – Implantação do Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - , no programa 162, com os mesmos atributos de 2014 (meta financeira R\$100.000,00) (impacto orçamentário: R\$100.000,00)	50 (CPP)	509-0

	Lurdes Rodrigues Santa Gema			<p>meio de processos de monitoramento e avaliação de suas ações; e desenvolver ações de protagonismo juvenil no Estado.</p> <p>Produto/Unidade/Medida: 1 Plano implantado;</p> <p>Regionalização: Estadual;</p> <p>Meta financeira: R\$ 250.000,00</p> <p>Justificativa: A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui-se em um fenômeno complexo e de difícil enfrentamento e, por isso, requer o planejamento de políticas públicas intersetoriais que consigam abranger suas especificidades. O Pair tem como objetivos a articulação e o fortalecimento de redes locais para o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil, em consonância com os eixos do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil. O Pair foi expandido para 145 municípios mineiros, sendo 80 ativos, 12 desativados e 33, reestruturando-se. Isso demonstra a necessidade do investimento de recurso financeiro para o fortalecimento do programa e para sua expansão, tendo em vista os 853 municípios mineiros. Essa ação foi incluída no exercício de 2014 por emenda popular no valor de R\$ 100.000,00, mas foi excluída para o exercício de 2015, com a justificativa de falta de projetos e disponibilidade orçamentária. Além do Pair, a ação 4079 objetiva revisar o Plano Estadual e desenvolver o protagonismo juvenil. Dessa forma, é de fundamental importância a permanência desta ação e o aumento de recursos, o que justifica a sugestão do valor de R\$ 250.000,00, para o desenvolvimento do Pair, a divulgação do Plano Estadual e o desenvolvimento do protagonismo juvenil, três eixos imprescindíveis para o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.</p>	OBS.: o recurso executado em 2014 na ação 4079 é relativo à devolução de recursos de convênio ...		
2063	Antônio Ribeiro Romanelli, Maria Ceres Pimenta Spíndola Castro, Ronald de Oliveira	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos	<p>(Outros) PROPOSTA 34: Nova ação: Apoio à estruturação da Comissão da Verdade em Minas Gerais - Covemg. Finalidade: Adequação da infraestrutura física e da equipe técnica da Covemg, possibilitando a consecução de seus objetivos legais. Produto: Covemg com sede equipada, assessoria técnica e recursos materiais. Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Casa Civil e</p>	EMENDA AO PPAG e REQUERIMENTOS (impacto financeiro: R\$1.200.000,00) AÇÃO NOVA no programa 162, com UO na Sedese: nome: Promoção do Direito à Memória, à Verdade e à Justiça Finalidade: Apoiar a Comissão da Verdade de Minas Gerais, garantindo sua estruturação, e as atividades resultantes de sua atuação, e implementar o Centro de Memória relativa à Resistência Democrática e o Monumento aos mortos e	48 (CPP)	508-0

<p>Rocha, Assoc. dos Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil (Belo Horizonte) - Cleber Consolatrix Maia, Assoc. dos Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil (Belo Horizonte) - Maria Christina Rodrigues, Comissão da Verdade em Minas Gerais (Belo Horizonte) - Alberto Carlos Dias Duarte - Betinho Duarte, Comissão da Verdade em Minas Gerais (Belo Horizonte) - Emely Vieira Salazar, Comissão da Verdade em Minas Gerais (Belo Horizonte) - Helena Maria Penna Amorim Pereira, Comissão da Verdade em</p>				<p>Relações Institucionais - Seccri Previsão orçamentária: R\$915.000,00</p> <p>PROPOSTA 35: Ação nova: Elaboração de projeto conceitual, básico e executivo de recuperação e revitalização do prédio do Dops, transformando-o em Centro de Memória relativa à Resistência Democrática. Previsão orçamentária: R\$ 250.000,00</p> <p>PROPOSTA 36: Ação nova: Revitalização do Monumento aos mortos e desaparecidos mineiros no processo de redemocratização do País (1964 - 1988). Valor orçamentário: R\$ 60.000,00</p> <p>PROPOSTA 37: Ação nova: Identificar os locais simbólicos de resistência à ditadura, implantada pelo golpe militar de 1964, e transformá-los em locais de preservação da memória e acervo histórico da luta democrática. Custo: R\$ 300.000,00</p> <p>PROPOSTA 38: Ação nova: Conhecendo nossa História Finalidade: Levar às escolas a história dos oprimidos no golpe de 1964, por meio de filmes, teatros, debates. Unidade orçamentária: Secretaria de Estado de Educação. Custo: R\$ 30.000,00</p> <p>PROPOSTA 39: Ação nova: Rua Viva Objetivo: denominar ruas de Belo Horizonte com nomes de mineiros que dedicaram sua vida à luta pelas liberdades democráticas e justiça social, na defesa dos oprimidos, em busca de um País melhor. Custos: 1) Confecção e colocação de 250 placas especiais de metal alusivas aos nomes dos logradouros públicos contemplados no Rua Viva. Estas placas devem ter o nome e a fotografia do homenageado, uma frase de sua autoria, data e local de nascimento e circunstâncias da morte (assassinato, desaparecimento) - R\$ 70,00 cada placa - R\$ 17.500,00; 2) Produção, impressão e distribuição de folheto com informações sobre cada um dos logradouros que receberam nomes indicados pelo Rua Viva - R\$ 25.000,00; 3) Produção de um vídeo-documentário com duração aproximada de 20 minutos sobre o Rua Viva e seus personagens - R\$ 120.000,00; 4) Aquisição de passagens e hospedagem para parentes dos homenageados visando seu comparecimento à inauguração das placas - R\$ 50.000,00. Valor total: R\$ 212.500,00</p>	<p>desaparecidos mineiros. Regionalização: estadual Produto: projeto apoiado Meta física: 3 Meta financeira: R\$1.200.000,00</p>		
---	--	--	--	---	--	--	--

	<p>Minas Gerais (Belo Horizonte) - Thelma Yanagisawa Shimomura, Comissão da Verdade em Minas Gerais (Belo Horizonte) - Vanuza Nunes Pereira</p>			<p>PROPOSTA 40: Ação nova: Clínicas de Testemunhos Finalidade: atender pessoas afetadas pela violência de Estado durante a ditadura militar (1964 - 1985). Custo: Valor de R\$ 500.000,00 para contratação de equipe, infra-estrutura e outras ações.</p> <p>Justificativa: PROPOSTA 34: A Covemg, por iniciativa de deputados desta Assembleia Legislativa, foi instituída pela Lei nº 20.765/2013. Sua finalidade é apurar acontecimentos relativos a graves violações de direitos humanos ocorridas no Estado ou envolvendo seus cidadãos, praticados entre 1946 e 1988, por motivação política, subsidiando, no que couber, a Comissão Nacional da Verdade. Para tanto, a Covemg procura identificar locais, instituições, pessoas, circunstâncias e estruturas relacionadas às respectivas violações, promovendo averiguações e examinando documentação para esclarecer os fatos, reconstruir a história e recomendar a adoção de medidas. Este conjunto de atividades requer uma equipe de assessoria técnica experiente, apoio de estagiários, infraestrutura para filmagens, gravações, transcrição de vídeos e áudios, serviços de impressão, serviços de consultoria técnica, recursos para viagens dentro e fora do Estado, bem como uma sede devidamente equipada e recursos logísticos adequados.</p> <p>PROPOSTA 35: A história de um povo se faz ouvindo e contando o lado do opressor e do oprimido. A história dos oprimidos neste País nunca foi revelada, assim como a história da repressão nunca foi exposta. Para que a população conheça um dos centros de tortura do regime militar, o prédio do Dops deve ser reconstituído e transformado em sítio de memória, aberto à visitação, com atividades de integração, como exposições, debates, palestras, filmes. Conhecer para não repetir!</p> <p>PROPOSTA 36: O monumento localizado na Av. Afonso Pena é uma homenagem aos nossos heróis na luta contra o regime militar. Neste monumento estão inscritos todos aqueles que deram sua vida, por meio de diferentes ações, em nome de um País mais justo, democrático e inclusivo. O grande movimento à noite no local justifica um projeto de iluminação que proporcione maior visibilidade do monumento e segurança no local.</p> <p>PROPOSTA 37:</p>			
--	---	--	--	--	--	--	--

				<p>A resistência ao golpe militar estava nas ruas: faculdades, escolas, agremiações estudantis, sindicato, igrejas. Percorrer esta "trilha da democracia" será uma revisita a locais onde houve resistência democrática, tortura e prisões. Identificar esses locais e visitá-los é conhecer e viver a história da redemocratização.</p> <p>PROPOSTA 38: Despertar os jovens para o exercício da democracia e seus avanços, de forma a construir uma sociedade mais justa, com oportunidades iguais para todos. Desenvolver junto com a direção das escolas atividades vivas e de interação, contribuindo para uma cultura ética e de respeito.</p> <p>PROPOSTA 39: Em 1993, esse projeto foi implantado em Belo Horizonte e considerado um projeto pioneiro, inédito e exemplar. Mais de 200 mineiros foram homenageados. É indispensável agora que esta homenagem seja plenamente reconhecida e amplamente divulgada. A intenção é sinalizar as respectivas ruas com placas alusivas ao motivo da homenagem, além de dar conhecimento da história destes heróis aos moradores das comunidades que acolheram a nova denominação, por meio de informativo específico e registro em vídeo-documentário.</p> <p>PROPOSTA 40: Milhares de democratas foram atingidos física e psicologicamente pela ditadura militar, sendo vítimas de torturas, desaparecimentos forçados, perseguições, cassações, assassinatos, gerando traumas que permanecem até os dias de hoje, especialmente em crianças e adolescentes à época, além das vítimas diretas e seus familiares.</p> <p>O modelo das clínicas está em execução em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul, como parte de uma política de reparação das violações cometidas pelo Estado e de construção da memória coletiva. Em Minas Gerais as discussões encontram-se avançadas. A demanda é justamente trazer essa experiência de outros estados para Minas Gerais.</p>			
2059	Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual - Cellos (Belo Horizonte) - Thiago Alves da Silva	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos	<p>(Outros) PROPOSTA 30: Acrescentar ação ao Travessia Trans, com a finalidade de promover a inclusão social e econômica (produtiva) da população travesti e transgênero por meio da articulação de políticas públicas com vistas a minimizar privações sociais.</p> <p>PROPOSTA 54: Inclusão de nova ação:</p>	EMENDA AO PPAG E REQUERIMENTOS (impacto financeiro - R\$200.000,00)	45 (CPP)	506-0
					AÇÃO NOVA: Nome: Promoção dos Direitos da População LGBT Finalidade: Elaborar o Plano de Afirmação dos Direitos da População LGBT no Estado (plano de trabalho específico para a garantia e promoção dos direitos da população LGBT e plano de enfrentamento à violência e à discriminação contra		

<p>Costa, Prefeitura Municipal de Contagem (Contagem) - Dalcira Pereira Ferrão Fiori</p>				<p>Promover campanha publicitária (TV, rádio, material gráfico, outdoor) contra a violência praticada em face da população LGBT no Estado.</p> <p>PROPOSTA 56: Incluir nova ação: Nome: "Apoio Financeiro e Material a Eventos e Atividades de Afirmação LGBT" Finalidade: "Fomentar a política de assistência social, direitos humanos e trabalho e emprego, apoiando entidades governamentais e não governamentais, por meio de apoio financeiro e material na execução de eventos e atividades de afirmação da cultura LGBT". Produto: "evento apoiado" Unidade de medida: "evento" Região: estadual Metas físicas para 2015: 15 Metas financeiras para 2015: R\$500.000,00</p> <p>PROPOSTA 59: Incluir nova ação: Nome: "Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra LGBT - Minas sem Homofobia" Finalidade: "Elaborar plano de ação do Governo do Estado com o objetivo de garantir e promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbica, lesbofóbica e transfóbica, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais". Produto: "programa de governo" Unidade de medida: "programa" Região: estadual Metas físicas para 2015: 1 Metas financeiras para 2015: R\$300.000,00</p> <p>PROPOSTA 161: Incluir nova ação: Criar e implementar plano de segurança com ações específicas voltadas para a população LGBT, especialmente para travestis, homens e mulheres transexuais, com ou intuito de diminuir a criminalidade e violência perante esse grupo vulnerável.</p> <p>PROPOSTA 189: Incluir nova ação:</p>	<p>esse grupo - Minas sem Homofobia) Regionalização: Estadual Produto: Plano elaborado Unidade de Medida: Plano Meta Física: 1 Meta Financeira: R\$200.000,00 (impacto financeiro - R\$200.000,00)</p>		
--	--	--	--	--	---	--	--

Garantir o uso do nome social e respeito à identidade de gênero para adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado, que se reconhecem como travestis, homens e mulheres transexuais. Proposta 189: Incluir nova ação para garantir o uso do nome social e respeito à identidade de gênero para adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado, que se reconhecem como travestis, homens e mulheres transexuais.

Justificativa:

PROPOSTA 30:

A população LGBT é historicamente discriminada e privada de direitos fundamentais. Porém, entre o grupo LGBT as travestis e transgêneros sofrem, modo geral, maior dificuldade de acesso às políticas públicas e privações de seus direitos. Um travesti possui expectativa de vida significativamente menor do que a média da população brasileira e isso se dá devido às situações de violência a que são submetidos, além de privação de acesso à saúde, educação, trabalho, moradia entre outros direitos.

PROPOSTA 54:

- Minas Gerais ocupa o 3º lugar de crimes homofóbicos no Brasil.

- A população LGBT tem tido direitos violados pelo Estado.

- A expectativa de vida de travestis é de 36 anos.

PROPOSTA 56:

Para garantir o intuito do PMDI de "promover os direitos humanos dos grupos historicamente discriminados" é necessário que, entre tantos outros direitos, a dignidade da pessoa humana seja promovida, pois ela fundamenta a nossa República e os direitos fundamentais devem ser respeitados e garantidos pelos três Poderes. Para tanto, entre outras estratégias, são prática comum eventos de afirmação cultural, assim como debates culturais e educativos.

É fundamental que o Estado de Minas promova ou apoie as instituições que promovem os eventos de afirmação e visibilidade da cultura LGBT para que a esse grupo seja garantido o sentimento de dignidade e a afirmação individual.

PROPOSTA 59:

O PMDI elenca como um dos objetivos estratégicos "promover os direitos humanos dos grupos historicamente discriminados". Entre esses grupos, pode ser identificada a população LGBT. Para promover os direitos desse grupo, o Estado de Minas Gerais conta hoje com a Coordenadoria Especial de Políticas de Diversidade Sexual - Cods - em sua

					<p>estrutura, porém não possui plano de trabalho específico para a garantia e promoção dos direitos da população LGBT e nem mesmo plano de enfrentamento da violência contra esse grupo. Assim, é importante que o Estado se debruce sobre o tema e elabore seu plano de ação para enfrentar o tema e construa um programa de governo que trate de maneira específica do grupo LGBT, grupo historicamente discriminado e muitas das vezes carente de efetivação de direitos básicos.</p> <p>PROPOSTA 161:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Expectativa de vida de travestis: 35 anos; - a cada 28 horas morre uma pessoa LGBT no Brasil por homofobia como motivação; - alto grau de crueldade e violência cometidos contra a população LGBT; - índices e casos de assassinatos contra a população LGBT no Estado de Minas Gerais: 3º Estado mais homofóbico. <p>PROPOSTA 189:</p> <p>O Estado tem sido grande violador dos direitos da população transexual, pelo não respeito à sua identidade de gênero e ao uso do nome social (nome pelo qual a pessoa se reconhece).</p> <p>Proposta 189: O Estado tem sido grande violador dos direitos da população transexual, pelo não respeito à sua identidade de gênero e ao uso do nome social (nome pelo qual a pessoa se reconhece).</p>			
2073	<p>Forum Mineiro de Conselheiros Ex Conselheiros Tutelares (Belo Horizonte) - Elizabeth Rodrigues, Prefeitura Municipal de Poté (Poté) - Angela Fonseca Pego, 23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude</p>	<p>4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção</p>	<p>162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos</p>	<p>Estruturação da Rede de Proteção de Direitos Humanos</p>	<p>(Outros) Proposta 55: Alterar a Ação 4035 - APOIAR A ESTRUTURAÇÃO DOS CONSELHOS Tutelares, POSSIBILITANDO MELHOR DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES.</p> <p>Produto: Conselho Tutelar apoiado; Unidade de Medida: Conselho Tutelar; Regionalização: Alto Paranaíba; Central; Centro-Oeste de Minas; Jequitinhonha/Mucuri; Mata; Noroeste de Minas; Norte de Minas; Rio Doce; Sul de Minas; Triângulo. Meta física: 880; Meta financeira: R\$ 2.673.000,00</p> <p>Proposta 61: Restaurar a Ação 4035 - Apoio à Estruturação dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - com meta financeira de R\$ 700.000,00, para os anos de 2015, 2016, 2017 e 2018.</p> <p>Proposta 64: Garantir recursos para aquisição de veículo para o Conselho Tutelar do Município de Poté.</p>	<p>EMENDA AO PPAG e EMENDAS à LOA (impacto orçamentário: R\$699.000,00)</p> <p>Ao PPAG: Alterar a ação 4035, restaurando todos os atributos previstos para essa ação em 2014: Nome: APOIO À ESTRUTURAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES E MUNICIPAIS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Finalidade: APOIAR A ESTRUTURAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES E MUNICIPAIS, POSSIBILITANDO MELHOR DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES Produto: Conselho Apoiado Unidade: Conselho Regionalização: estadual Meta física: 214 Meta Financeira: R\$700.000,00</p> <p>À LOA (2)</p>	<p>52 (CPP)</p>	<p>441-0 442-0</p>

	Cível (Belo Horizonte) - Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema				<p>Proposta 65: Restaurar a Ação 4035 - Apoio à Estruturação dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente.</p> <p>Justificativa: Proposta 55: De acordo com o Cadastro Nacional dos Conselhos Tutelares, elaborado em 2013 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, há 880 Conselhos Tutelares no Estado e 4 municípios mineiros sem conselho. Considerando que o Conselho Tutelar é órgão permanente encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sugere-se alteração na ação para que ela seja especificamente de apoio e estruturação aos conselhos tutelares. Registre-se, ainda, que além da estruturação dos Conselhos Tutelares, é de suma importância também a capacitação de seus conselheiros, tendo em vista a necessidade de utilização do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - Sípia. Destaca-se que a sugestão de valor da meta financeira foi calculada proporcionalmente ao valor das metas físicas e financeiras previstas no exercício de 2014. Proposta 61: Restaurar a Ação 4035 da forma que ela está sendo executada em 2014, ou seja, voltada para o apoio e a estruturação especificamente dos Conselhos Tutelares, é de fundamental importância para o desempenho das suas atribuições, de forma a contribuir para a proteção e a garantia dos direitos da criança e do adolescente. Proposta 64: Existe apenas um veículo para atender as demandas do Conselho Tutelar e dos demais setores da Assistência Social do Município de Poté, inclusive para a zona rural, o que compromete o atendimento aos usuários dos serviços de assistência social. Proposta 65: A presidenta da República tem trabalhado no sentido da valorização dos Conselhos Tutelares, com a eleição unificada e apoio a sua estruturação. No Estado, é necessária a manutenção dessa ação, tendo em vista que a maioria dos conselhos tutelares atende de forma precária.</p>	<p>- acrescentar R\$699.000,00 na ação 4035, especificando R\$40.000,00 para a aquisição de um veículo para o Conselho Tutelar do Município de Poté. (2 emendas à LOA: 1) no valor de R\$659.000,00, despesas correntes; 2) R\$40.000,00, despesas de capital, aquisição de veículo para o Conselho Tutelar do Município de Poté)</p> <p>(impacto orçamentário: R\$699.000,00)</p>		
2068	Dhiancesar Pinto Lopes	4 - Rede de Desenvolvimento Social e	162 - Desenvolvimento das Políticas de	Indenizações a Vítimas de Violação de Direitos	<p>(Outros) Alterar a meta física de 54 para 200 e a meta financeira de R\$669.999,00 para R\$6.000.000,00. Assim será possível concluir os pagamentos que aguardam há anos.</p>	<p>EMENDA À LOA e REQUERIMENTOS (impacto: R\$950.001,00)</p> <p>- acrescentar R\$950.001,00 na ação 4314.(para atingir</p>	129-0 (emenda apresentada pela FFO)	439-0

		Proteção	Direitos Humanos	Humanos	<p>Justificativa: Esse pedido se justifica pelo fato de que o valor previsto na ação é insuficiente para cumprir, inclusive, a meta física proposta. Isso devido a fato de que cada indenização é prevista pela Lei 13.187/99 e o valor é de R\$30.000,00 por vítima.</p> <p>Atualmente o Conselho Estadual de Defesa de Direitos Humanos possui 200 processos votados e concluídos, há mais de 8 (oito) anos, sem que houvesse possibilidade de pagamento. Portanto, há uma revitimização dessas vítimas, que aguardam o pagamento até hoje, algumas, inclusive, já vindo a falecer.</p>	<p>R\$1.620.000,00)</p> <p>OBS.: garantir o pagamento de R\$30.000,00 por indenização = 54* 30.000,00 = R\$1.620.000,00</p>	para receber as alterações promovidas pela emenda à LOA, apresentada pela CPP)	
2060	Ana Carolina Gusmão da Costa	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos	Operacionalização da Casa de Direitos Humanos	<p>(Outros) Alteração de meta física para três unidades implantadas e de meta financeira para R\$ 1.900.000,00 para o ano de 2015, com a finalidade de implementar o Acolhimento Inicial da Casa de Direitos Humanos - CDH -, que seria realizado por equipe de profissionais técnicos qualificados, a fim de fazer orientações e encaminhamentos adequados aos serviços da Casa.</p> <p>A proposta pretende, ainda, promover a articulação dos setores da CDH, por meio de programa informatizado para mapear o fluxo de atendimento e mensurar o tempo de espera desse atendimento, além de possibilitar o encaminhamento seguro dos dados entre os setores da Casa.</p> <p>Justificativa: Atualmente, o usuário da Casa de Direitos Humanos - CDH - é recebido por recepcionistas sem conhecimento técnico para escuta e para os encaminhamentos necessários. Essa escuta é feita em local aberto, sem privacidade, o que pode levar à revitimização dos usuários.</p> <p>A proposta, portanto, objetiva que o acolhimento inicial de todos os casos de violações de direitos humanos seja feito por equipe de profissionais técnicos qualificados para realizar a escuta, tornando-o mais humanizado, e fazer as orientações e os encaminhamentos adequados aos serviços da Casa.</p>	REQUERIMENTO		
2071	Dhiancesar Pinto Lopes, Centro de Luta Pela Livre Orientação Sexual -	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos	Operacionalização dos Conselhos de Direitos Humanos	<p>(Outros) Proposta 49: Alterar a meta financeira visando de fato estruturar os conselhos, sendo que o valor de R\$208.000,00 previsto na ação não atinge na íntegra nem as necessidades de 1 conselho, mas deve atender a 6 conselhos. Alguns levantamentos apontam que seriam necessários R\$1.500.000,00 para atingir os objetivos da ação.</p>	<p>EMENDA AO PPAG e à LOA, REQUERIMENTOS (impacto financeiro: R\$792.000,00)</p> <p>AO PPAG - alteração da ação 4475, para: Nome: operacionalização dos conselhos de direitos finalidade: GARANTIR A MANUTENÇÃO E</p>	51 (CPP)	440-0

<p>Cellos (Belo Horizonte) - Thiago Alves da Silva Costa, Cons. Est. dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA (Belo Horizonte) - Marta Maria Castro Vieira da Silva, Forum Mineiro de Conselheiros e Ex Conselheiros Tutelares (Belo Horizonte) - Elizabeth Rodrigues</p>				<p>Proposta 50: Pede-se um aporte de R\$130.000,00 com destinação específica para aquisição de veículo (van) para o Conselho Estadual de Defesa de Direitos Humanos - Conedh.</p> <p>Proposta 51: Alterar metas físicas e financeiras na Ação 4475: Região: Estadual. Metas físicas: 7 Metas financeiras: R\$250.000,00. (Ampliação, para 2015, das metas físicas de 6 para 7 e das metas financeiras de R\$208.000,00 para R\$250.000,00)</p> <p>Proposta 52: Alterar metas físicas e financeiras na Ação 4035: Região: Estadual. Metas físicas: 2 Metas financeiras: R\$11.000,00. (Ampliação, para 2015, das metas físicas de 1 para 2 e das metas financeiras de R\$1.000,00 para R\$11.000,00).</p> <p>Proposta 66: Restaurar a Ação 4054 - Capacitação Continuada de Conselheiros - Escola de Conselhos.</p> <p>Proposta 68: Ação nova: Operacionalização do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Finalidade: garantir a manutenção e o financiamento das atividades do Cedca/MG, de forma a fortalecer a sua atuação e possibilitar a descentralização de iniciativas de participação e controle social.</p> <p>Justificativa: Proposta 49: Atualmente esta ação visa estruturar 6 conselhos estaduais de direitos. São R\$208.000,00 que, se divididos igualmente aos 6 conselhos, não restam mais de R\$34.000,00 anuais para cada conselho. Esse valor não é suficiente sequer para a manutenção da estrutura já existente, tampouco para melhorar essa estrutura. Como exemplo, na ação 4219, há previsão de R\$1.147.505,00 para operacionalizar apenas um conselho, o da Assistência Social. Proposta 50: Essa sugestão se justifica pelo fato de o Conselho Estadual de Defesa de Direitos Humanos ter competência legal para fiscalizar e apurar violações de direitos humanos no Estado de Minas Gerais. Atualmente, o conselho não conta com</p>	<p>FINANCIAMENTO DAS ATIVIDADES DOS CONSELHOS relacionados à política de direitos humanos, COM VISTAS A FORTALECER SUA ATUAÇÃO E POSSIBILITAR O APOIO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE DIREITOS. (melhorar a redação da finalidade)</p> <p>aumento de 1 meta física (passa para 7) ALTERAR meta financeira para 1.000.000,00 (hum milhão) (acréscimo de 792 mil)</p> <p>À LOA - acréscimo de R\$792.000,00 na ação 4475 (impacto financeiro: R\$792.000,00)</p>		
---	--	--	--	--	--	--	--

				<p>veículo ou outros meios para atender as diversas regiões do Estado. Em 2013, o Conedh foi contemplado com uma emenda parlamentar para a compra desse veículo, todavia a emenda não foi executada, prejudicando os trabalhos do conselho e, conseqüentemente, prejudicando a defesa dos direitos humanos em todo o Estado.</p> <p>Proposta 51: O Projeto de Lei 3.769/2013, de autoria do governador Antônio Augusto Junho Anastasia, está em tramitação na ALMG e "Cria o Conselho Estadual de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - Cec LGBT - e altera a Lei Delegada 180, de 20 de janeiro de 2011".</p> <p>Precisamos garantir que sejam previstos recursos para a implementação e posterior operacionalização do referido Conselho, que será uma grande conquista para a população LGBT em Minas Gerais.</p> <p>Proposta 52: O Projeto de Lei 3.769/2013, de autoria do governador Antônio Augusto Junho Anastasia, está em tramitação na ALMG e "Cria o Conselho Estadual de Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - Cec LGBT - e altera a Lei Delegada 180, de 20 de janeiro de 2011".</p> <p>Precisamos garantir que sejam previstos recursos para a implementação e posterior operacionalização do referido Conselho, que será uma grande conquista para a população LGBT em Minas Gerais.</p> <p>Proposta 66: A Escola de Conselhos é uma luta dos conselheiros tutelares desde 2000. Um dos objetivos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), junto com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), é implantar ao menos uma Escola de Conselhos em cada estado para promover a formação de Conselheiros de Direitos e Tutelares em todo Brasil. Por isso é de fundamental importância a manutenção dessa ação no Estado, em consonância com a Lei nº 12.969/2012, que dispõe sobre os conselhos tutelares.</p> <p>Proposta 68: O Cedca/MG não dispõe de autonomia para propor a realização de eventos regionais no Estado, de modo a assegurar ampla participação da sociedade na avaliação e formulação de políticas de proteção e promoção dos direitos</p>			
--	--	--	--	---	--	--	--

					<p>da criança e do adolescente, e nem para custear o deslocamento dos conselheiros para atividades que envolvem a representação do Conselho.</p> <p>Além disso, para o ano de 2015, estão previstas as conferências dos direitos da criança e do adolescente, com estimativa de gasto três vezes maior que o valor previsto na ação 4475.</p> <p>Por isso, é necessário a inclusão de uma ação específica desvinculada da Ação 4475.</p>			
2069	Elenir de Fátima Braga, Karina Vieira Alves, Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania - IJUCI (Belo Horizonte) - Bruno Martins Soares	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos	Promoção de Direitos Humanos	<p>(Outros) Realização de um mapeamento georreferenciado das entidades da sociedade civil de defesa dos direitos humanos nas diversas áreas como: criança e adolescente, idoso, pessoa com deficiência, mulheres, meio ambiente, direitos humanos, sistema prisional, diversidade sexual e questões étnicas sociais.</p> <p>Solicitação de recursos/despesas correntes: 2015 - R\$500.000,00 2016 - R\$500.000,00</p> <p>Justificativa: Um dos eixos de atuação do Instituto DH (Instituto DH: Promoção, Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania), que possui a prioridade, é a articulação e fortalecimento da rede de proteção e defesa dos direitos humanos no Estado de Minas Gerais, no intuito de promover melhor articulação e potencialização das ações e recursos destinados às ações executadas pelas instituições.</p> <p>Considerando, assim, a complexidade e a diversidade territorial, que dificulta as ações articuladas entre as instituições/entidades, situação que reflete na fragilidade da eficácia dos objetivos desenvolvidos.</p> <p>O mapeamento será georreferenciado no intuito de viabilizar uma melhor visibilidade das entidades e possibilidades de acréscimo de entidades no próprio sistema, gerenciado pelo Instituto DH.</p> <p>Serão realizadas diversas fases até o georreferenciamento, como: contatos telefônicos, seminário de informação para articulação e sensibilização das entidades, regionais, no intuito de atender todas as macrorregiões, a partir das cidades polos. O mapeamento possui como objetivo fundamental promover a articulação entre as entidades no intuito de</p>	<p>EMENDA À LOA E REQUERIMENTO (impacto R\$200.000,00)</p> <p>à LOA</p> <p>- acrescentar R\$200.000,00 na ação 4120, especificando o objeto do gasto para realizar o mapeamento georreferenciado das entidades da sociedade civil de defesa dos direitos humanos no Estado.</p> <p>(impacto R\$200.000,00)</p>	117-0 (emenda apresentada pela FFO para receber as alterações promovidas pela emenda à LOA, apresentada pela CPP)	438-0

					<p>potencializar as ações e os recursos disponibilizados para a execução das atividades desenvolvidas.</p> <p>As metas serão ampliadas, a partir dos recursos disponibilizados.</p>			
2066	Elisa M. Campos Cordeiro	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	162 - Desenvolvimento das Políticas de Direitos Humanos	Promoção de Direitos Humanos	<p>(Outros) Aumento das metas físicas e financeiras da Ação 4120, com acréscimo de uma ação realizada, na meta física, e de R\$ 1.000.000,00, na meta financeira, para a interiorização do programa Escritório de Direitos Humanos, que atua em três frentes: educação em direitos humanos, por meio de oficinas, cursos, capacitações; pesquisa em direitos humanos, por meio de grupos de estudos, elaboração de pareceres, "amicus curiae"; e assistência jurídica especializada nos casos de violações de direitos humanos de quaisquer segmentos da sociedade civil.</p> <p>Justificativa: A interiorização do Escritório de Direitos Humanos é necessária, uma vez que as demandas feitas ao programa não se restringem à região metropolitana de Belo Horizonte, como apoio jurídico e associativismo a comunidades tradicionais que são de difícil acesso, acompanhamento dos casos de remoção e reintegração de posse em todo o Estado, bem como o serviço de assistência jurídica especializada.</p>	REQUERIMENTO		
2078	Depto. Intersind. Estatística Estudos Sócio-Econ. - DIEESE (Belo Horizonte) - Diego Severino Rossi de Oliveira	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	25 - Cultivar, Nutrir e Educar		<p>(Outros) Nome: Nutricionista nas escolas. Programa 25. Finalidade: contratar nutricionistas para atuarem em cada superintendência regional de ensino da Secretaria Estadual de Educação, como responsáveis técnicos pela alimentação escolar de cada SRE. Produto: profissional contratado. meta física 2015: 47.</p> <p>Justificativa: A Lei nº 11.947/2009 determina que a responsabilidade técnica pela alimentação escolar cabe ao nutricionista. Hoje no Estado há 6 nutricionistas (5 delas contratadas via MGS) que é insuficiente para o atendimento e elaboração do cardápio regionalizado para as mais de 3.600 escolas.</p>	REQUERIMENTO		
2105		4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	25 - Cultivar, Nutrir e Educar	Alimentação Escolar	<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: AÇÃO: 2121 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Alteração finalidade: suprir parcialmente as necessidades nutricionais dos alunos e dos trabalhadores em educação das escolas públicas estaduais de educação básica, de acordo com o tempo de permanência na escola, a fim de garantir o acesso à alimentação saudável e adequada e contribuir para a</p>	REQUERIMENTO		

					<p>formação de bons hábitos alimentares AUTOR: Diego Rossi</p> <p>Justificativa: Justificativa: Hoje a alimentação escolar no estado é financiada apenas com recursos do PNAE, não há contrapartida do estado. Para permitir que os trabalhadores em educação sejam atendidos pela alimentação escolar seria necessário que o Governo aportasse recursos para tal</p>			
2081	<p>Ricardo Rodrigues de Oliveira, Cáritas Brasileira - Regional de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Marcio Adulano Lima Camargo, Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - José dos Reis Pereira, INCRA - Superintendência Regional em MG (Belo Horizonte) - Ana Paola Costa de Oliveira, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST (Campo do Meio) - Bruno Rodrigo Silva</p>	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	25 - Cultivar, Nutrir e Educar	Fortalecimento da Agricultura Familiar Para o Abastecimento Alimentar	<p>(Outros) Proposta 71: CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Garantia de recurso para implantação de agroindústrias de processamento artesanal de alimentos as Associações que desenvolvem Projeto PAA e ou PNAE nos municípios, no sentido de dar a condição para que, principalmente mulheres e jovens, desenvolvam atividades no meio rural (gerando ocupação e renda) e ajudando as Entidades a legalizarem o processamento de produtos. AUTOR: Claudilene Henrique de Souza</p> <p>Proposta 133: Acréscimo orçamentário dde R\$ 2.000.000 destinados para a construção de estruturas e compra de equipamentos para os assentamentos de reforma agrária nos municípios de Montes Claros, Capitão Enéas , Engenheiro Navarro, São Francisco, Visconde do Rio Rio Branco, Goiana, Campo do Meio e Guapé. Meta Física: 5 projetos.</p> <p>Proposta 134: Ampliar a agroindústria no Estado para um total de 10 mil unidades ao custo de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e avançar na regionalização da ação para o Vale do Jequitinhonha e para o Norte de Minas, com a destinação de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para cada uma dessas regiões.</p> <p>Proposta 143: Acréscimo do orçamento (mínimo R\$ 20 milhões) para a implantação e reforma de agroindústrias que projetos de assentamento da reforma agrária e do MAB.</p> <p>Proposta 147: Acréscimo do orçamento (mínimo R\$ 20 milhões) para a implantação e reforma de agroindústrias que projetos de assentamento da reforma agrária e do MAB.</p> <p>Proposta 150: Nova ação: finalidade: garantir o beneficiamento das frutas produzidas pela agricultura familiar de santo antônio do jacinto, garantindo a segurança</p>	<p>EMENDA AO PPAG, à LOA e REQUERIMENTO (impacto financeiro: R\$730.000,00)</p> <p>AO PPAG: Ampliar meta financeira da ação 1218 em mais R\$730.000,00, para recompor 2014. Ampliar meta física da ação 1218, em mais 500 agricultores familiares atendidos.</p> <p>À LOA: - acréscimo de R\$730.000,00 na ação 1218</p>	57 (CPP)	445-0

	<p>Diogo, Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos d (Montes Claros) - Sarah Alves Melo Teixeira</p>			<p>alimentar e nutricional sustentável das famílias em situação de vulnerabilidade social e o fornecimento da produção na alimentação escolar e nos compras públicas. Produto: associações apoiadas meta física: 1(um) meta financeira: 150 mil reais</p> <p>Proposta 154: Alteração de Ação: Dar continuidade às ações do projeto estratégico de fortalecimento da agricultura familiar para o abastecimento alimentar. Meta física: 1.000 agricultores familiares, 50 novos municípios Meta financeira: R\$1.000.000,00</p> <p>Justificativa: Proposta 71: Garantir a inserção deste público no mercado Institucional (PAA e PNAE) e no comércio local que hoje tem várias restrições em comercializar estes produtos. outro sim, estas são na maioria das vezes atividades secundárias na propriedade, e desenvolvida na maioria das vezes por mulheres e jovens. A agroindústria teria vários benefícios para este público em especial.</p> <p>Proposta 133: Necessidade da criação de novas agroindustrias familiares, além de completar instalações de outras já existentes com equipamentos e reformas para agregação de valor à produção da agricultura familiar.</p> <p>Proposta 134: A agregação de valor à produção agrícola é um dos principais desafios da agricultura familiar. Ter estruturas de processamento dos produtos agrícolas é fundamental para a geração de trabalho e renda e também para permanência do jovem no meio rural.</p> <p>Proposta 143: O objetivo maior é promover a produção e adequação das instalações a nível sanitário, de modo a promover a certificação necessária para a comercialização fluir. Outro objetivo é aumentar a possibilidade de agregação de valor para a produção familiar mineira.</p> <p>Proposta 147: O objetivo maior é promover a produção e adequação das instalações a nível sanitário, de modo a promover a certificação necessária para a comercialização fluir. Outro objetivo é aumentar a possibilidade de agregação de</p>			
--	--	--	--	---	--	--	--

					<p>valor para a produção familiar mineira.</p> <p>Proposta 150: Esta proposta consiste na garantia do direito humano à alimentação adequada às famílias beneficiadas, no sentido de garantir, também, renda às mesmas. Desta maneira, visa criar estratégias de sobrevivência para que as famílias permaneçam na zona rural e garantam alimentos seguros e saudáveis para seu próprio sustento. Além disso, busca elevar o potencial de sustentabilidade do setor agrícola e sua integração na economia de mercado, conforme garante a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar, Lei nº 21.156/2014.</p> <p>Proposta 154: Importância de contribuir com o cumprimento da lei federal da alimentação escolar. Aumento da renda da agricultor familiar; aumento da oferta de alimentos saudáveis para as escolas públicas; estender aos demais municípios os bons resultados alcançados; contribuir para ampliar a cidadania no campo.</p>			
2079	Elenir de Fátima Braga	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	266 - Gestão da Política da Criança e do Adolescente		<p>(Outros) Assegurar recursos financeiros da ordem de R\$500.000,00, para suporte ao projeto "Plano Descenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de Minas Gerais".</p> <p>Justificativa: Trata-se de um projeto aprovado pelo Conanda referente ao chamamento público via edital nº 12/2014 Conanda/SNDH/PR. A execução do projeto está sob a responsabilidade do Instituto de Direitos Humanos, em articulação com o CEDCA. Considerando a complexidade e a importância das ações propostas, e a conformidade com o CEDCA, percebe-se que a importância de ampliação dos recursos destinados à execução das ações de articulação e fortalecimento da rede de proteção da criança e do adolescente no Estado, e ainda a realização do diagnóstico das instituições que compõem esta rede. Os recursos lá aprovados não são suficientes para a realização de diagnóstico, instrumento importante para a execução do projeto como um todo, e ainda atender efetivamente todos os conselhos tutelares e de direitos, bem como toda a rede de proteção do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente do Estado.</p>	EMENDA À LOA (impacto financeiro: R\$250.000,00) - acréscimo de R\$ 250.000,00 na ação 4696 - apoio aos municípios e entidades no serviço de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.	142-0 (emenda apresentada pela FFO para receber as alterações promovidas pela emenda à LOA, apresentada pela CPP)	444-0
2161	Associação dos Povos Indígenas	4 - Rede de Desenvolvimento	298 - Apoio às Políticas de	Apoio Financeiro e Material a	(Outros) Proposta 194: CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Apoio financeiro de R\$80.000,00 ao Lar de Apoio aos Idosos (Lar Espírita Maria de Nazaré), localizado no município de	REQUERIMENTO		

	(Belo Horizonte) - Marinalva Maria de Jesus	Social e Proteção	Desenvolvimento Social	Entidades Voltadas à Área de Assistência Social	<p>Uaporanga, para melhoria de sua infraestrutura (como construção de áreas de lazer, calçamento da entrada e colocação de tela na área). AUTORr: Luciano Alves Rezende</p> <p>Proposta 195: Destinar recursos financeiro para o projeto de desenvolvimento sustentável para as comunidades indígenas urbanas da região metropolitana de Belo Horizonte, com a aquisição de um veículo (sprinter) no valor de R\$56.900,00; da contratação de um motorista por um período de 24 meses, com salário de R\$1.500,00/ mês; e de repasse de uma bolsa a 15 jovens indígenas, no valor de um salário mínimo, por um período de 12 meses.</p> <p>Justificativa: Proposta 194: Pretende-se com a proposta melhorar as condições de atendimento da entidade, que atua na proteção social especial ao idoso vulnerável, vítima de abandono e a suas famílias. Desde 1988 o Lar presta atendimento aos idosos vulneráveis com a ajuda do município, e entende ser fundamental a participação do Estado no apoio ao serviço de acolhimento. Proposta 195: O veículo solicitado se destina ao transporte dos participantes do projeto de produção de artesanato na busca por materiais recicláveis. Estes benefícios representam o fortalecimento e o empoderamento dos indígenas no contexto urbano, valorização da cultura, promovendo o resgate dos valores morais, além da retirada de vários jovens e adolescentes e adultos do risco social, promovendo a sustentabilidade e geração de renda por meio da confecção de artesanato.</p>			
2120	Território da Cidadania do Médio Jequitinhonha (Belo Horizonte) - Marlon Moreira Barbosa	4 - Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	50 - Melhoria da Infraestrutura Hídrica No Norte e Nordeste de Minas Gerais	Água Para Todos - Universalização do Acesso e Uso Da Água	<p>(Outros) Construção de uma barragem no Distrito de São João do Vacaria, em Virgem da Lapa, no valor de R\$ 300.000,00.</p> <p>Justificativa: Devido à escassez de água em nosso município, a construção da barragem será importante para manter os moradores no Distrito.</p>	REQUERIMENTO		
2143	Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg (Belo Horizonte)	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	109 - Proteção da Biodiversidade e Unidades de Conservação		<p>(Outros) Restabelecimento no PPAG da Ação 4038 - Regularização Fundiária de Unidades de Conservação.</p> <p>Justificativa: A Faemg, em nome de seus associados, solicita o</p>	EMENDA AO PPAG (impacto financeiro: R\$100.000,00) AÇÃO NOVA Restaurar a Ação 4038 - Regularização Fundiária de Unidades de Conservação, com os mesmos atributos de 2014	70 (CPP)	517-0

	Horizonte) - Ennia Guedes Bueno		Conservaçã o		restabelecimento da ação de Regularização Fundiária das Unidades de Conservação.	meta física: 75.000 ha. de área regularizada meta financeira: R\$100.000,00 (impacto financeiro: R\$100.000,00)		
2094	Junior José da Silva	5 - Rede de Desenvolvi mento Econômico Sustentável	109 - Proteção da Biodiversid ade e Unidades de Conservaçã o		(Outros) PROPOSTA 92: CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Implementação de um Sistema Municipal de Unidades de Conservação na cidade de Ubatuba - valor R\$2.000.000,00 (dois milhões) AUTOR: Samuel Gazolla Lima PROPOSTA 132: Criação de Parques Estaduais no Distrito de Ravena na Cidade de Sabará. Justificativa: PROPOSTA 92: A preservação ambiental é uma premissa importante para alcançarmos o desenvolvimento sustentável. Uma das formas de construirmos um futuro mais ambientalmente sustentável é através da criação de novas Unidade de Conservação nos municípios. De forma específica, a cidade de Ubatuba carece de áreas de proteção ambiental, com as Unidades de Conservação de Usos Sustentável e de Proteção Integral. Para implementar as unidades de conservação, é preciso apoio financeiro do governo estadual, para viabilizar os estudos necessários, dotar de mínimo de infra estrutura, promover a educação ambiental, entre outras ações importantes para esse fim. PROPOSTA 132: Direcionar investimentos para a criação de Reserva de Desenvolvimento Sustentável na Mata do Ravenópolis e Mata da Estação de Tratamento de Água de Ravena, com incentivo à visitação pública e de escolas para trabalhar a educação ambiental e recuperação de áreas desmatadas no território de Ravena. A área territorial de Ravena sofre com o processo de crescimento desordenado. Com a criação dos parques será possível preservar a mata densa, animais silvestres e 4 cursos d'água que abastecem a região. A inclusão da Mata do Ravenópolis e Mata da Ete-Ravena nos programas de criação de parques estaduais objetiva preservar áreas importantes do bairro. Este investimento pode ser utilizado como medidas de contrapartidas ambientais do Rodoanel Norte em Ravena, assim como a recuperação de áreas de reflorestamento.	REQUERIMENTO		

2153	Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg (Belo Horizonte) - Ennia Guedes Bueno	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	109 - Proteção da Biodiversidade e Unidades de Conservação	Bolsa Verde - Ampliação e Conservação da Cobertura Vegetal Nativa.	<p>(Outros) Proposta 181: Aumento do valor para o programa Bolsa Verde (Ação 4560).</p> <p>Proposta 213: SUGESTÃO VIRTUAL - Criação de um programa de "Pagamento de Serviços Ambientais" para os produtores rurais, principalmente as pequenas propriedades que atendam à legislação de proteção ambiental e que incentive investimentos na recuperação ambiental da sua propriedade. Valor do recurso = R\$1.000.000,00 AUTOR: Samuel Gazolla Lima</p> <p>Justificativa: Proposta 181: Restabelecer o programa que está abandonado. O valor de R\$37.944.604,00 da meta financeira prevista para 2015 é insuficiente para pagamento do passivo criado pelo Estado junto do produtor rural. E ainda, o valor não permite a abertura de novos editais para implantação da recuperação dos recursos hídricos. Durante 4 anos o Estado foi omissivo, inclusive nas informações referentes ao pagamento. Inexiste credibilidade do Programa. Deverá haver transparência na gestão e justificativa ao produtor pela demora. Proposta 213: Justificativa: Um novo paradigma na área ambiental estabelece que o "provedor-recebedor" será uma importante etapa na melhoria da qualidade ambiental de nossas bacias hidrográficas. Neste sentido, estabelecer um programa de "Pagamento por Serviços Ambientais" em parceria com os municípios, a favor dos pequenos proprietários rurais trará resultados positivos para todos.</p>	REQUERIMENTO		
2136	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (Belo Horizonte) - Gilberto Warley Chagas	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	110 - Melhoria da Qualidade Ambiental	Bolsa Reciclagem	<p>(Outros) Aumento para o Bolsa Reciclagem de R\$ 3.000.000,00 em 2014, R\$ 5.000.000,00 para 2015, R\$ 6.000.000,00 para 2016, R\$ 7.000.000,00 para 2017 e R\$ 8.000.000,00 para 2018.</p> <p>Justificativa: Incentivar cada vez mais a coleta seletiva para, assim, criar e ampliar trabalhos para os catadores, ajudando na proteção ao meio ambiente e na geração de, no mínimo, o triplo de economia para os municípios, o que poderá beneficiar até 140 empreendimentos de catadores no Estado. "Hoje, são atendidos mais de 60 empreendimentos, mas</p>	<p>EMENDA AO PPAG E À LOA (impacto financeiro: R\$900.000,00)</p> <p>AO PPAG, alterar a ação 4031 para: - Meta física: 80 - Meta financeira: Acréscimo de R\$2.400.000,00</p> <p>À LOA: - acrescentar R\$900.000,00 na ação 4031 (custeio, regionalização estadual).</p> <p>(impacto financeiro: R\$900.000,00)</p> <p>Obs.: RESTAURAÇÃO DA META FÍSICA DE 2014</p>	66 (CPP)	455-0

					queremos que todos possam ter acesso, inclusive outros que estão sendo formados com o fechamento dos lixões no Estado."			
2114	Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - Marcos Vinicius Dias Nunes	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	130 - Infraestrutura Rural	Conservação e Revitalizações de Bacias Hidrográficas	(Outros) Incluir as regiões Alto Jequitinhonha, Médio Jequitinhonha e Baixo Jequitinhonha. Valor = 3 milhões para as 3 regiões Justificativa: Hoje, o Rio Jequitinhonha, assim como o Rio Araçuaí que é seu afluente, está diminuindo tragicamente e são milhares de famílias que dependem desta água e o rio precisa urgente passar por um processo de revitalização. A situação da água hoje é uma questão de segurança nacional, estamos vendo outras regiões sofrer também, por isso precisa-se urgente estruturar e proteger esse rio.	EMENDA AO PPAG E À LOA, REQUERIMENTO (impacto financeiro: R\$210.000,00) AO PPAG, na ação 4184 - Acréscimo da região Jequitinhonha/Mucuri, com de meta física: 3 (ou zero, a decidir) e meta financeira de 210.000,0 À LOA - Acréscimo de meta financeira: 210.000,0, com destinação para mobilização e estudos iniciais para a revitalização de três bacias no Jequitinhonha/Mucuri. - Regionalização: Jequitinhonha/Mucuri (impacto financeiro: R\$210.000,00)	60 (CPP) (aprovada na forma da Subemenda 60-1, para compatibilizar o PPAG às demais emendas orçamentárias de Parlamentares)	451-0
2155	Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg (Belo Horizonte) - Ennia Guedes Bueno	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	182 - Monitoramento e Fiscalização Ambiental		(Outros) Restauração da Ação 4360 - Revisão do Zoneamento Ecológico e Econômico - ZEE. Justificativa: Requer o restabelecimento da Ação 4360, visto que o valor é mínimo em comparação aos demais.	EMENDA AO PPAG (impacto financeiro: R\$785.000,00) AÇÃO NOVA - restaurar a Ação 4360 - Revisão do Zoneamento Ecológico e Econômico - ZEE com meta financeira de R\$785.000,00 e os demais atributos iguais a 2014 (impacto financeiro: R\$785.000,00)	77 (CPP)	521-0
2076		5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	267 - Programa de Geração de Renda	Apoio à Comercialização da Economia Popular Solidária e Outros Empreendimentos	(Outros) Proposta 60: Alterar nome da ação para "Apoio a comercialização dos empreendimentos de economia popular solidária", excluindo outros empreendimentos" Alterar objetivo da ação excluindo a expressão "e outros individuais e coletivos". Alterar meta física para 12, e produto para "feira realizada" Alterar meta financeira da ação para R\$1.500.000,00 Proposta 77: CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Programa 267 - Ação 4173: (1) Mudança no nome da ação 4173 de "Apoio a comercialização da economia popular solidária e outros empreendimentos", para "Apoio a comercialização dos	EMENDA AO PPAG E À LOA (impacto financeiro: R\$ 980.000,00) AO PPAG - alterar o nome da ação 4173 para: APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA - alterar a finalidade para: APOIAR EMPREENDIMENTOS DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NA ÁREA DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS, POR MEIO DA REALIZAÇÃO DE FEIRAS REGIONAIS E DA IMPLANTAÇÃO DE PONTOS FIXOS DE VENDA. - regionalizar por região de planejamento, com uma meta	55 (CPP) (aprovada na forma da Subemenda 55-1, para compatibilizar o PPAG às demais emendas orçamentárias de	443-0

				<p>empreendimentos da economia popular solidária". (2) Propomos como Metas Físicas a realização de 11 feiras regionais e 1 feira Estadual. (3) Com relação à Meta Financeira proponho o valor de R\$ 1.500.000,00.</p> <p>AUTOR: Ramon da Silva Teixeira</p> <p>Justificativa: Proposta 60: A exclusão do termo "outros empreendimentos individuais e coletivos" se justifica para que a ação não beneficie grupos que não carreguem os princípios da economia popular e solidária. Sugere-se que o foco desta ação se mantenha nas feiras regionais e estadual, pois estas tem se consolidado como importante espaço de comercialização e articulação dos empreendimentos envolvidos. A meta física se refere à realização de 11 feiras regionais e 01 feira estadual.</p> <p>Proposta 77: Justificativa: (1) Os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) possuem peculiaridades muito importantes que os diferenciam de "outros tipos de empreendimentos", como expresso no Decreto Presidencial nº 7.358, de 17 de novembro de 2010, e na Portaria 374 do CADSOL: Art. 6º da PORTARIA MINISTERIAL Nº 374, DE 21 DE MARÇO DE 2014 - MTE; (2) a realização de feiras têm se consolidado como um importante espaço de comercialização e articulação dos empreendimentos de Economia Popular Solidária; (3) Devido aos custos com hospedagem, alimentação, deslocamento, materiais de divulgação, atrações culturais, alugueis de barracas, mesas, cadeiras, palcos, equipamentos de som, entre outras coisas.</p>	<p>física por região, 2 metas na região Alto Paranaíba, e uma meta na região estadual - meta financeira: R\$1.000.000,00 - (média de R\$83.333,00, por feira/empreendimento)</p> <p>À LOA - acréscimo de R\$980.000,00 na ação 4173, conforme regionalização alterada na emenda do PPAG.</p> <p>(impacto financeiro: R\$ 980.000,00)</p>	Parlamentares)	
2075	Maria Geralda de Souza Lopes	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	267 - Programa de Geração de Renda	<p>Fomento e Apoio aos Empreendimentos da Economia Popular Solidária e Outros Empreendimentos Individuais e</p> <p>(Outros) Proposta 58: Alterar o nome da ação para: "Fomento, formação, capacitação continuada e apoio aos empreendimentos, gestores públicos e técnicos da economia solidária". Excluindo, assim, a expressão "outros empreendimentos individuais e coletivos". alterar meta financeira da ação para R\$6.200.000,00 (acréscimo de 2 milhões).</p> <p>Proposta 78: CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Programa 267 - Ação 4584:</p>	<p>EMENDA AO PPAG (impacto financeiro: R\$50.000,00)</p> <p>AO PPAG (2 emendas) (1) alterar o nome e a finalidade da ação 4584, excluindo a expressão "outros empreendimentos individuais e coletivos". (2) AÇÃO NOVA: restaurar a ação 4201 - Apoio à inclusão produtiva -, com a mesma finalidade de 2014, mas com metas para a região estadual, apenas com janela de R\$50.000,00 e meta física = 50.</p>	54 (CPP)	510-0

				<p>Coletivos</p> <p>(1) Mudança no nome da ação de "Fomento e apoio aos empreendimentos da economia solidária e outros empreendimentos individuais e coletivos", para "Fomento, formação, capacitação continuada e apoio aos empreendimentos, gestores públicos e técnicos da economia solidária"; (2) Com relação à Meta Financeira, dos R\$ 4.019.632,00 já direcionados a esta ação, R\$ 2.200.000,00 se referem ao recurso do projeto SINCOV 759450/2011 da SENAES/MTE. Neste sentido, propomos a ampliação do recurso direcionado a esta ação para que se tenha R\$ 4.000.000,00 independentes do recurso da SENAES, ou seja, um valor total de R\$ 6.200.000,00.</p> <p>AUTOR: Ramon da Silva Teixeira</p> <p>Justificativa: Proposta 58: A inserção de termos como formação e capacitação continuada fortalece a intenção de que esta ação não seja pontual e isolada. É fundamental a continuidade dessa ação. As alterações propostas se justificam pela necessidade da construção do Sistema Mineiro de Economia Solidária, em conjunto com o Conselho Estadual de Economia Solidária visando ao fomento para formação de conselhos municipais. Para tanto, faz-se necessário a capacitação continuada de gestores públicos municipais, técnicos e empreendimentos solidários para atuarem na área da economia solidária. A ampliação da meta financeira se justifica pq metade do recurso previsto se refer ao projeto SINCOV 759450/2011 da SENAES/MTE. Proposta 78: Os Empreendimentos de Economia Solidária (EES) possuem peculiaridades muito importantes que os diferencia de outros empreendimentos individuais e coletivos como expresso no Decreto Presidencial nº 7.358, de 17 de novembro de 2010 e na Portaria 374 do CADSOL: Art. 6º da PORTARIA MINISTERIAL Nº 374, DE 21 DE MARÇO DE 2014 MTE e a inserção de termos como formação e capacitação continuada, fortalece a intenção de que esta ação não seja pontual ou isolada. É importantíssimo que elas ocorram de maneira sequencial e com um aprofundamento qualitativo, como seminários modulares regionais e estaduais. (2) o recurso deve ser aumentado para 6 milhões porque a proposta é que se mantenha 4 milhões pra Ecosol mais o recurso do projeto SINCOV 759450/2011 da SENAES/MTE (2 milhões).</p>	(impacto financeiro: R\$50.000,00)		
--	--	--	--	--	------------------------------------	--	--

2152	Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - Eduardo Antônio Arantes do Nascimento	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	46 - Qualidade Ambiental		<p>(Outros) Inclusão de Ação: Operacionalização do Cadastro Ambiental Rural para a Agricultura Familiar. Órgão Executor: Instituto Estadual de Florestas. Valor: R1.000.000,00. Regionalização: Estadual Produto: cadastro realizado.</p> <p>Justificativa: O Cadastro Ambiental é obrigatório e deve ser feito até 06/05/2015. Em Minas Gerais são 467.000 propriedades rurais de Agricultura Familiar e a responsabilidade INSTITUCIONAL é do IEF.</p>	<p>EMENDA AO PPAG (impacto financeiro: R\$ 720.800,00)</p> <p>AÇÃO NOVA Nome: Apoio à inscrição de estabelecimentos rurais da Agricultura Familiar no do Cadastro Ambiental Rural - CAR. Finalidade: estruturar escritórios regionais do SISEMA, para realização do cadastra ambiental rural - CAR, de estabelecimentos até quatro módulos fiscais. Órgão Executor: SEMAD; meta financeira: R\$ 720.800,00; Regionalização: Estadual; Produto: unidade regional apoiada. meta física: 104</p> <p>(impacto financeiro: R\$ 720.800,00)</p>	75 (CPP)	519-0
2140	Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - Eduardo Antônio Arantes do Nascimento	5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	46 - Qualidade Ambiental		<p>(Outros) Nova ação: Criação do Plano Estadual de Segurança Hídrica Regionalização: Estadual Produto: Diagnóstico realizado Determinar por bacia hidrográfica e região os pontos de maior vulnerabilidade ambiental e hídrica. Valor. Orgão executor: Igam Valor: R\$400.000,00 para elaboração do diagnóstico.</p> <p>Justificativa: Determinar por bacia hidrográfica e região os pontos de maior vulnerabilidade ambiental e hídrica, estabelecendo medidas de revitalização e recuperação ambiental. Orgão executor será o Instituto de Gestão Ambiental, dispondo do valor de R\$400.000,00 para elaboração do diagnóstico.</p>	<p>EMENDA AO PPAG (impacto financeiro: R\$400.000,00)</p> <p>AÇÃO NOVA no Programa: 46: Nome: Elaboração do Plano Estadual de Segurança Hídrica meta física: 1 meta financeira: R\$400.000,00 (custeio) Unidade ORÇAMENTÁRIA: IGAM Orgão executor: IGAM finalidade: REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO PARA A Elaboração do Plano Estadual de Segurança Hídrica produto: DIAGNÓSTICO REALIZADO Regionalização: estadual</p> <p>(impacto financeiro: R\$400.000,00)</p>	68 (CPP)	516-0
2093		5 - Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	46 - Qualidade Ambiental	Redução e Valorização de Resíduos	<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Co financiamento na construção de um Aterro Sanitário no município de Ubá-MG, no valor de R\$5.000.000,00 (cinco milhões). AUTOR: Samuel Gazolla Lima</p> <p>Justificativa: Justificativa: As ações de saneamento básico são um importante instrumento de desenvolvimento com sustentabilidade ambiental e, nesse sentido, é preciso realizar uma correta disposição final dos resíduos sólidos urbanos. Como o custo de implementação de um aterro sanitário é</p>	REQUERIMENTO		

					elevado, é preciso que parte das despesas de capital para construção do aterro sanitário ter o apoio do governo estadual. Além disso, a construção do aterro sanitário pode atender toda a microrregião e, de forma consorciado, apresentar resultados muito positivos para toda a região.			
2090		6 - Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação	140 - Desenvolvimento do Ensino Superior na Uemg	Construção, Ampliação e Reforma das Unidades e dos Campi da Uemg	<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Dentro do programa 140 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR NA UEMG1328 - Construção, Ampliação e Reforma da Unidades e dos Campi da UEMG Destinar verba para construção do Campus da UEMG - Unidade em Ubá. Solicito apresentar emenda ao PPAG, no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões) para construção da Unidade da UEMG de Ubá. AUTOR: Samuel Gazolla Lima</p> <p>Justificativa: Justificativa: O Campus da UEMG, unidade de Ubá, funciona em prédio cedido pela Prefeitura Municipal, co-habitado com outras instituições como o polo da UAB e unidade do IFET. Portanto, para melhor desenvolvimento das atividades acadêmicas, de pesquisa e extensão, é necessário a construção do Campus próprio da UEMG Ubá, que muito irá contribuir para o desenvolvimento da cidade e da região.</p>	REQUERIMENTO		
2165	Junior José da Silva, Escola Estadual Professor Guerino Casassanta (Ribeirão das Neves) - Joubert Bustamante Junior	6 - Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação	43 - Tecnologia e Inovação Rumo à Economia do Conhecimento	Expansão do Ensino Superior	<p>(Outros) Proposta 199: Ampliação de recursos para as redes UAITEC - maior parceria com a SEE/MG para capacitação de professores da rede pública estadual e formação de alunos em cursos variados.</p> <p>Proposta 201: Construção de UAITEC no distrito de Ravena, em Sabará.</p> <p>Justificativa: Proposta 199: Necessidade de ampliar as redes de capacitação dos professores da rede pública e oportunidade de formação de jovens alunos da rede pública. Portanto aumentar os recursos da rede UAITEC. Proposta 201: Ravena vai se transformar em um futuro próximo em um distrito industrial, fruto do progresso do rodovial norte. Isso vai provocar na região a geração de empregos que demandam mão-de-obra qualificada. A UAITEC vai dar oportunidade aos jovens e retirá-los do mundo das drogas. Lembrando que Ravena possui cerca de 14 mil habitantes.</p>	REQUERIMENTO		
2128	Prefeitura Municipal de	7 - Rede de Desenvolvimento	112 - Viabilização	Infraestruturas do Setor	(Outros) Meta física: Aquisição de 1 patrulha mecanizada Meta financeira: R\$ 130.000,00 (Centro e trinta mil reais)	REQUERIMENTO		

	Poté (Poté) - Angela Fonseca Pego	mento Rural	da Infraestrutura e Logística Rural	Agropecuário	Regionalização: Jequitinhonha/ Mucuri Justificativa: Essas ferramentas ajudaram a Secretaria Municipal de Agricultura de Poté a auxiliar a produção dos alimentos nas pequenas propriedades rurais gerando mais renda para essas famílias.			
2133	Federação Comunidades Quilombolas de Minas Gerais - N'Golo (Bom Despacho) - Sandra Maria da Silva Andrade	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	144 - Promoção, Defesa da Cidadania no Campo e Acesso ao Crédito Fundiário	Apoio à Regularização Fundiária de Áreas Ocupadas Por Comunidades Quilombolas e Indígenas e Tradicionais	(Outros) Dotar de recursos humanos (equipe técnica), órgão específico (Instituto de Terras) e recursos financeiros de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por ano para demarcação territorial. Justificativa: Necessidade urgente de demarcação de território quilombolas em Minas Gerais, em especial os que se encontram em terras devolutas estaduais.	EMENDA À LOA (impacto financeiro: R\$300.000,00) - acrescentar R\$300.000,00 na ação 4085 OBS.: (mantém-se a meta física - 4 comunidades) (impacto financeiro: R\$300.000,00)	114-0 (emenda apresentada pela FFO para receber as alterações promovidas pela emenda à LOA, apresentada pela CPP)	454-0
2144	Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - Afonso Corrêa Diana	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	144 - Promoção, Defesa da Cidadania no Campo e Acesso Ao Crédito Fundiário	Apoio às Parcerias Fundiárias e Ações de Cidadania	(Outros) Alteração de Ação: Ampliar metas física e financeira para 2015 e demais anos do PPAG. Meta física: 200 famílias Meta financeira: R\$80.000,00 Justificativa: A demanda existente no Estado é muito maior que a apresentada no plano. Da mesma forma, o recurso financeiro deve ser aumentado para atendimento das famílias que querem acessar o programa.	EMENDA AO PPAG e à LOA (impacto financeiro: R\$60.000,00) AO PPAG: - Ação 4008: acréscimo de 60 mil reais na meta financeira e de mais 100 famílias na meta física - atingir R\$80.000 de meta financeira e 200 famílias, como meta física. À LOA: - acréscimo de R\$60.000,00 na ação 4008. (impacto financeiro: R\$60.000,00)	71 (CPP)	460-0
2135	INCRA - Superintendência Regional em MG (Belo Horizonte) - Ana Paola Costa de Oliveira	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	144 - Promoção, Defesa da Cidadania no Campo e Acesso ao Crédito Fundiário	Apoio às Parcerias Fundiárias e Ações de Cidadania	(Outros) Acréscimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) de meta financeira para criação de linha de estágio curricular nas faculdades e universidades localizadas em Minas Gerais, para atendimento de 1.000 estudantes. Justificativa: Incentivar ações orientadas para os assentamentos existentes - reforma agrária e MAB - seguindo a lógica já aplicada no	REQUERIMENTO		

					EIV (estágio interdisciplinar de vivência), preferencialmente com a duração mínima de 6 meses e uma remuneração tipo bolsa de estudos (para cobrir despesas do indivíduo estudante). Nesse raciocínio, o estudante bolsista faria um trabalho direcionado de pesquisa, com professor orientador e suporte técnico de sua própria faculdade. Necessidade de vivências práticas para os estudantes de graduação em Agronomia, Engenharias Agrícola e Florestal, Medicina Veterinária, Zootecnia, Medicina Humana, Psicologia, Engenheiro Agrimensor e outros. Necessidade de ATER nos assentamentos rurais.			
2108	Conselho Municipal de Assistência Social (Pedras de Maria da Cruz) - Agmar Pereira Lima	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	144 - Promoção, Defesa da Cidadania no Campo e Acesso ao Crédito Fundiário	Apoio às Parcerias Fundiárias e Ações de Cidadania	(Outros) PROPOSTA 107: CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Retomada da Ação Orçamentaria 4109 - Apoio às atividades produtivas em territórios tradicionais do programa 161. Requer apoio para Aquisição de equipamentos e insumos para a nossa Associação para poder colocar em funcionamento a fábrica de beneficiamento de cana de açúcar que adquirimos por meio do PCPR. AUTOR: Vandeli Paulo dos Santos PROPOSTA 138: Aumentar a meta financeira do programa para R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) para atender as comunidades quilombolas, entre outros. Justificativa: PROPOSTA 107: A nossa Fábrica tem como finalidade fortalecer a nossa Associação e promover o desenvolvimento sustentável agregando valor a matéria prima local e diminuir o êxodo rural. Irmandade dos Quilombolas Afrosdescendentes do Quilombo Santa Cruz - Aquiloafros, localizada no Quilombo Santa Cruz, município de Ouro Verde de Minas - MG PROPOSTA 138: As comunidades estão esperando há muito tempo com seus projetos já prontos, esperando apenas as ações.	REQUERIMENTO		
2159	Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - Eduardo	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	161 - Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar		(Outros) Proposta 190: Restauração da Ação 4087 - CADASTRO DE AGROINDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE Proposta 211: SUGESTÃO VIRTUAL - DESDOBRAMENTO DA PROP. 71 3) Problema identificado que precisa ser atacado de imediato	REQUERIMENTO		

	Antônio Arantes do Nascimento			<p>(para sucesso da agroindústria familiar): Regularização sanitária, tributária e fiscal. AUTOR: Claudilene Henrique de Souza Nova Módica/MG</p> <p>Justificativa: Proposta 190: O processo de inclusão das agroindústrias familiares dá-se por meio do cadastramento autorizado pela Lei 19.476. A habilitação sanitária desses estabelecimentos é fundamental para viabilizar o fornecimento de seus produtos para os programas de compra direta institucional e para venda no mercado formal. A exclusão dessa ação deixa um vazio no planejamento do Estado. Proposta 211: 3) Trabalho conjunto entre Vigilância Sanitária, IMA, Secretaria de Arrecadação Fazendária, EMATER com suporte para legalizar e fiscalização nos ambientes que tem sido usados sem condição nenhuma para transformação, como é o caso de processamento de leite (fabricação de queijo) em locais inadequados, processamento de carne (embutidos e defumados), processamento de frutas (doces), processamento de farináceos (biscoito de polvilho) e outras situações</p>			
2156	Associação Mineira das Escolas Família Agrícola - Amefa (Belo Horizonte) - Idalino Firmino dos Santos	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	161 - Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar	<p>(Outros) Proposta 184: Alteração de Ação 4115: observação = o proponente pretende alterar substancialmente a ação em sua finalidade, produto e unidade de medida.</p> <p>"Produto: capacitação e organização de jovens egressos da Escola família agrícola Unidade: Jovem capacitado e organizado" (interpretado a partir da PLE)</p> <p>Meta física regionalizada: Mata = 8 Jequitinhonha = 140 Norte: 40 Sul: 20 Noroeste: 20 Vale do Mucuri: 40 Total: 260 jovens</p> <p>Meta financeira: R\$800.000,00</p> <p>Proposta 186: Alteração de Ação 4114: "Observação = o proponente pretende alterar substancialmente a ação em sua finalidade, produto e unidade de medida. O produto e unidade de medida não consegui identificar quais seriam."</p>	EMENDA AO PPAG (impacto financeiro: R\$200.000,00)	78 (CPP)	522-0

				<p>Meta física regionalizada: Zona da Mata: 8 Jequinhonha: 7 Norte: 2 Sul: 1 Noroeste: 1 Mucuri: 2</p> <p>Meta financeira: R\$2.000.000,00</p> <p>Justificativa: Proposta 184: Incentivar a organização e capacitação dos jovens egressos ou estudantes das escolas famílias agrícolas de MG. O objetivo é uma organização em forma jurídica em cooperativa ou associações para acessar os mercados institucionais, PMAE e PAA, e prestar assistência técnica e extensão rural. Os jovens ao final do 3º ano do ensino médio dessas escolas apresentam o "projeto profissional dos jovens". São projetos produtivos que visam gerar renda familiar para que essas famílias permaneçam no meio rural.</p> <p>Proposta 186: Apoio na aquisição de materiais, equipamentos e insumos agropecuários para implementação das unidades didáticas de agricultura geral, fruticultura, holericultura, apicultura, bovinocultura, suinocultura, caprinocultura, avicultura, cunicultura e agroindústria nas propriedades das escolas famílias agrícolas. As escolas famílias agrícolas atendem a 150 municípios de MG. 20 escolas atenderam a 1.844 jovens em 2014, nos cursos técnicos em agropecuária, sendo que esses cursos necessitam de material didático para as aulas práticas, ou seja, exige-se que estas unidades das escolas equipadas.</p>			
2132	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST (Campo do Meio) - Bruno Rodrigo Silva Diogo	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	161 - Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar	<p>(Outros) Inclusão de Ação com título de "Programa Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.</p> <p>Justificativa: Como no distrito federal, a criação de um programa que remunere as famílias produtoras. Inspirado no PAA-DF, cada família poderia comercializar para escolas e órgãos estaduais até 120 mil reais/ano.</p>	EMENDA AO PPAG (impacto financeiro: R\$20.000,00)	65 (CPP)	514-0

						(impacto financeiro: R\$20.000,00)		
2082		7 - Rede de Desenvolvimento Rural	161 - Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar		<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Desenvolvimento Rural: Gostaria de sugerir que se elaborasse e aprovasse uma Lei de percentual mínimo de aplicação na atividade do meio rural, agricultura e pecuária, assim como já existem percentuais hoje garantidos para a Saúde e a Educação.</p> <p>Proponente: Claudilene Henrique de Souza</p> <p>Justificativa: Justificativa: 1) Como a saúde tem o percentual de 15% a ser aplicado; a Educação 25% - Penso que está na hora de se discutir uma Lei específica para as atividades do meio rural. Se observarmos a grande maioria dos municípios de Minas Gerais tem sua principal fonte de economia as atividades rurais, e em Minas Gerais mais especificadamente a Pecuária de Leite, Cafeicultura e a Agricultura Familiar com sua diversidade (criação de pequenos animais, fruticultura, lavouras, etc...). Mas em contra partida, o investimento no setor são muito pequenos, e no âmbito municipal é praticamente inexistente. Ou seja o setor que praticamente sustenta a economia dos municípios não tem, em termos de orçamento valor nenhum sendo usado para melhorá-lo, alavancar a economia isto tem sido observado por diversos Governos Municipais que se sucedem. E, se esta lógica não se inverter, em poucos anos tudo isto vai se transformar em um caos. Eu não estou falando de investimento do Proprietário, do agricultor... Estou falando de investimento público no setor, que precisa para garantir a produção, a produtividade e o crescimento do setor. Pois se este se esvaziar e parar de produzir, o País vai sentir, o Estado vai sentir... mas a base (os municípios) será os espaço onde os reflexos serão mais enfáticos e desastrosos.</p>	REQUERIMENTO		
2116	Junior José da Silva, Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	161 - Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar	Apoio a Comercialização da Agricultura Familiar	<p>(Outros) Proposta 115: Alteração de meta física para 12, sendo uma por mesorregião do estado e a meta financeira passaria para R\$ 400.00,00.</p> <p>Proposta 155: Dentro da Ação 4115, sugere-se aumento para mais 1 milhão de reais e, ainda, que se inclua como finalidade acompanhamento/capacitação em Gestão para</p>	<p>EMENDA AO PPAG, à LOA e REQUERIMENTOS (impacto financeiro: R\$500.000,00)</p> <p>Ao PPAG: - Ação 4115 - ampliar meta física para 19 projetos implantados e a meta financeira para R\$700.000,00 (impacto de R\$500.000,00).</p>	61 (CPP)	452-0

<p>Horizonte) - Guilherme Gonçalves Rabelo, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST (Campo do Meio) - Bruno Rodrigo Silva Diogo, União das Cooperativas da Agri (Belo Horizonte) - Pedro Henrique de Souza Otoni</p>				<p>associações e cooperativas da agricultura familiar.</p> <p>Proposta 159: Criação de feira livre no distrito de Ravena, no Município de Sabará, para atendimento aos agricultores familiares locais.</p> <p>Proposta 175: A UNICAFES-MG propõe a adição de mais um projeto na Ação 4115, no sentido de fortalecer de maneira geral o conjunto das demais ações do programa 161. Nome do Projeto: Campanha pelo estímulo ao consumo de alimentos da agricultura familiar de base agroecológica na promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional sustentável Regionalização: ESTADUAL Meta Física: 1 (um) projeto implantado. (Adicionar mais um projeto na meta física do programa). Meta Financeira: Adição de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais para o novo projeto). Descrição Sintética da contribuição: O projeto trata-se de uma campanha constituída de atividades educativas, de articulação institucional e de comunicação social com o objetivo de estimular o consumo de produtos de base agroecológica produzidos pela agricultura familiar, dando visibilidade para este setor, conforme prevê a AÇÃO 4115, para o ano de 2015. Para as atividades educativas serão produzidos materiais e efetuada iniciativas nas escolas públicas estaduais com o intuito de fomentar o conhecimento e a curiosidade dos jovens sobre o tema. Na dimensão da Articulação Institucional prevê a atividades de coordenação entre o Estado e os Municípios com o objetivo de fortalecer o mercado institucional, feiras livres e outros espaços de comercialização dos produtos da agricultura familiar. A dimensão da Comunicação Social, prevê a produção de peças publicitárias em diversos meios de comunicação apresentando ao grande público a importância da agricultura familiar para a vida de todos e de cada uma dos brasileiros, em termos de saúde, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, econômica e social do campo.</p> <p>Proposta 210: SUGESTÃO VIRTUAL - DESDOBRAMENTO DA PROP. 71 2) Ponto estrangulador do setor agropecuário: Escoamento e comercialização. AUTOR: Claudilene Henrique de Souza Nova Módica/MG</p>	<p>À LOA: - acréscimo de R\$500.000,00 na ação 4115 (impacto financeiro: R\$500.000,00)</p>		
---	--	--	--	---	--	--	--

				<p>Justificativa:</p> <p>Proposta 115: A agricultura familiar vem evoluindo gradativamente nos seus processos produtivos, melhorando a qualidade de seus produtos e sua padronização quanto a comercialização, atendimento a legislações sanitárias e tributárias para colocarem seus produtos no comércio local, estadual e institucional, são necessárias a realização de ações de maior impacto e específicas para as diversas regiões do estado, respeitando suas particularidades.</p> <p>Proposta 155: Hoje, as entidades da agricultura familiar têm muita dificuldade de atender às normativos e burocracias dos programas governamentais devido a uma grande dificuldade de gestão de suas diretorias e gerências.</p> <p>Proposta 159: O Distrito de Ravena tem um potencial de produção de hortaliças e produção de banana que abastece a região e o CEASA Minas. A inclusão desses produtores vai proporcionar um cenário de abertura de estímulo aos negócios e à geração de renda. O fomento das feiras livres é uma ação muito importante de valorização da agricultura familiar, de forma a proporcionar aos produtores a possibilidade de gerar renda que será utilizada na sua sobrevivência e em investimento na produção. Os agricultores de Ravena não foram contemplados neste programa, que pode beneficiá-los e estimular a produção e o investimento na agricultura familiar. Defender e definir os programas que tratam do apoio à agricultura familiar é fundamental para o desenvolvimento das famílias, assim como a geração de renda. O apoio pode ocorrer na forma de inclusão dos produtores da agricultura familiar de Ravena nas feiras livres que podem ser criadas em Ravena, pois os produtores tem dificuldade de levar seus produtos aos consumidores.</p> <p>Proposta 175: Apesar do reconhecimento internacional da contribuição da agricultura familiar para a alimentação mundial, inclusive pela ONU, que declarou o ano de 2014 como Ano Internacional da Agricultura Familiar, reconhecendo o papel fundamental desse setor na manutenção de um sistema agropecuário sustentável e para o alcance da segurança alimentar do planeta. No Brasil, em que 70% dos alimentos consumidos pela população é ofertado pela agricultura familiar, grande parte da população desconhece o papel desse setor no fornecimento de produtos saudáveis e na promoção</p>		
--	--	--	--	---	--	--

					da segurança alimentar e nutricional. Portanto, a abertura de mercados para os produtos da agricultura familiar, que utilizam de forma sustentável a agrobiodiversidade sob bases agroecológicas, depende de um mercado consumidor consciente dos benefícios de uma alimentação diversa e saudável. (...) Proposta 210: Escoamento e Comercialização: Recurso para que os Municípios que seja em sistema de consócio tenham os Equipamentos (tipo caminhão com refrigeração) para o transporte de produção aos centros maiores onde tem CEASA.			
2122	Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos d (Montes Claros) - Sarah Alves Melo Teixeira	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	161 - Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar	Apoio ao Extrativismo em Minas	(Outros) Alteração de Ação: Suplementação da Ação 4080 no valor de R\$500.000,00. Justificativa: A Ação garantirá apoio a 20 orgnaizações Agroextrativistas do Cerrado mineiro que se articularam em rede para que seja agregado valor socioeconômico e ambiental aos produtos processados com consequente ampliação da produção e comercialização dos produtos. Esta Ação contribuirá também para a preservação e manutenção do Cerrado em pé.	EMENDA AO PPAG e à LOA (impacto financeiro: R\$139.000,00) AO PPAG: - ação 4080 - ampliar a meta física para 8 projetos aprovados, e meta financeira pra R\$200.000,00 (impacto de R\$139.000,00). À LOA: - acréscimo de R\$139.000,00 na ação 4080 (impacto financeiro: R\$139.000,00)	64 (CPP)	453-0
2142	Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (Viçosa) - Glauco Regis Florisbello	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	161 - Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar	Controle e Gestão Social das Políticas Públicas de Agricultura Familiar	(Outros) Emenda à ação 4116, no valor de R\$ 500.000,00 para atender a 30 eventos de apoio para formação e capacitação da agricultura familiar. Justificativa: Diante da demanda que existe por atividades de formação de agricultores e agricultoras, onde há necessidade de realizar formação, em termos específicos, e também fortalecer a participação social. É importante capacitar e contemplar as organizações da sociedade civil nesta ação.	EMENDA À LOA (impacto financeiro: R\$100.000,00) - acrescentar mais r\$100.000,00 na ação 4116 (impacto financeiro: R\$100.000,00)	116-0 (emenda apresentada pela FFO para receber as alterações promovidas pela emenda à LOA, apresentada pela CPP)	459-0
2141	Centro de Agricultura Alternativa do	7 - Rede de Desenvolvimento	161 - Desenvolvimento	Feira Estadual de Agricultura	(Outros) Proposta 156: Acréscimo de recurso de 400.000,00 reais para realização do nosso II Encontro da Agrobiodiversidade do Semiárido.	EMENDA AO PPAG E À LOA (impacto financeiro: R\$ 456.000,00)	69 (CPP)	458-0

	Norte de Minas (Montes Claros) -, Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - Marcos Vinicius Dias Nunes	Rural	Sustentável da Agricultura Familiar	Familiar - Agriminas	<p>Proposta 164: Alteração de Ação:</p> <p>Aumentar a previsão de meta financeira para a realização da Agriminas - Feira de agricultura familiar de MG. Meta financeira: R\$410.000,00</p> <p>Justificativa: Proposta 156: Estímulo ao uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro para o exercício de 2015. Proposta 164: A agricultura familiar tem papel crucial na produção de alimentos, geração de ocupação e renda no campo. A Agriminas é um evento já consolidado no Estado há 8 anos e é a única oportunidade que este público tem de mostrar seu potencial produtivo, aproximando-os dos consumidores belo horizontinos, permitindo a troca de saberes, o intercâmbio de informações e a abertura de novos mercados. A feira é amplamente divulgada pela mídia televisiva, rádio, internet e tem inclusive este papel, que é o da promoção desta categoria de agricultores no Estado e para o Brasil.</p>	<p>AO PPAG: AÇÃO 4086: - acrescentar região Norte de Minas, com meta física 1 e meta financeira R\$50.000,00 - ampliar a meta financeira da região central para R\$410.000,00 (meta física total = 2 e meta financeira total= R\$460.000,00)</p> <p>À LOA - acrescentar R\$ 456.000,00 na ação 4086 com especificação do objeto do gasto: 406.000,00 (Central) para agriminas e 50.000,00 para o II Encontro da Agrobiodiversidade do Semiárido (Norte) (impacto financeiro: R\$ 456.000,00)</p>		
2112	Priscila Velloso Cougo, Cáritas Brasileira - Regional de Minas Gerais (Belo Horizonte) - Marcio Adulano Lima Camargo, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (Montes Claros) - Marilene Alves de Souza, Federação dos	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	161 - Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar	Fomento À Atividade Produtiva e à Organização da Agricultura Familiar	<p>(Outros) PROPOSTA 111: Nova Ação: Programa de Apoio aos Apicultores que desejam se regularizar e se organizar. O apoio seria no sentido de compra de equipamentos e também na orientação para regularização dos estabelecimentos. 2015 = 300 mil Região = Estadual</p> <p>PROPOSTA 124: Ação Nova: Projeto Salviaterra-Plantando e Colhendo Saúde Finalidade: Formação de matrizarío e e viveiro para produção e distribuição de mudas na agricultura familiar, instituições e grupos. Capacitação no reconhecimento, utilização, plantio, manejo e comercialização das plantas medicinais, relacionadas dentro do Programa Nacional de Plantas Medicinais. Produto: Horta-viveiro e 4 cursos de capacitação Meta física: 2 projetos implantados Meta financeira: R\$ 100.000,00 por ano. Região: Estadual</p> <p>PROPOSTA 153: Fomento à implantação de PAIS (Programa Agroecológico Integrado e Sustentável).</p>	<p>EMENDA ao PPAG, à LOA e REQUERIMENTOS (impacto financeiro: R\$600.000,00)</p> <p>ANEXAR A PLE 2108 À PLE 2112</p> <p>AO PPAG: - Emenda na ação 4114, ampliando meta física para 7 projetos e meta financeira para R\$700.00,00 (para dobrar o crédito inicial de 2014 e restaurar metas físicas de 2014) (impacto financeiro: R\$600.000,00)</p> <p>À LOA: - acréscimo de R\$600.000,00 na ação 4114.</p> <p>(impacto financeiro: R\$600.000,00)</p>	59 (CPP) (aprovada na forma da Subemenda 59-1, para compatibilizar o PPAG às demais emendas orçamentárias de Parlamentares)	450-0

	Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - Marcos Vinicius Dias Nunes, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST (Campo do Meio) - Bruno Rodrigo Silva Diogo				<p>100 projetos em áreas de assentamento e acampamento do MST. Aumento orçamentário de 5 milhões de reais.</p> <p>PROPOSTA 169: Acréscimo no orçamento de 150 milhões de reais, referente a 10 mil PAIS (Projeto Agroecológico Integrado e Sustentável). Este projeto de produção agrícola é estruturador.</p> <p>PROPOSTA 202: Acréscimo de R\$ 400.000,00 reais para fomento das estratégias de multiplicação e distribuição de sementes crioulas com ênfase na produção local de sementes adaptadas às condições de secas do semiárido mineiro.</p> <p>Justificativa: PROPOSTA 111: Existem muitos grupos de apicultores, no entanto, por serem pequeno, enfrentam problemas em se estruturar e acessar os mercados. PROPOSTA 124: O Programa Nacional de Plantas Mediciniais visa a difusão da informação segura, a capacitação e a obrigatoriedade da inclusão da fitoterapia no SUS, o que torna urgente o estímulo à produção das plantas medicinais. Minas Gerais não produz o suficiente para o mercado alternativo, tornando uma excelente oportunidade para a agricultura familiar e grupos com alternativa econômica e desenvolvimento sustentável. PROPOSTA 153: Aumento da Segurança Alimentar nas áreas de assentamento do MST. PROPOSTA 169: Este projeto tem o objetivo de garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras e da reforma agrária. Sendo que também se estrutura nesta ação uma alternativa de geração de trabalho e renda. Todo o projeto desenvolve ação ligada à agroecologia. PROPOSTA 202: Incentivo à agricultura familiar para conservação, uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade no semiárido mineiro para o exercício de 2015.</p>			
2113	Federação dos Trab. na Agricultura de	7 - Rede de Desenvolvimento	161 - Desenvolvimento	Garantia de Renda Mínima aos	(Outros) A sugestão é para o aumento da meta física para 50.000 e a meta financeira para R\$4.462.392,00.	REQUERIMENTO		

	M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - Guilherme Gonçalves Rabelo	Rural	Sustentável da Agricultura Familiar	Agricultores Familiares	Justificativa: O Garantia Safra é um importante Programa de garantia de renda para os agricultores familiares do semi-árido atingidos principalmente pela seca. Esta ação conta com a participação financeira do governo federal, estadual, das prefeituras e do agricultor. Estamos enfrentando no ano de 2014 a pior estiagem dos últimos tempos, em todas as regiões do estado e entendo que a demanda por este recurso será maior para o próximo ano, sugerimos este acréscimo nas metas físicas e financeiras.			
2137	Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg (Belo Horizonte) - Aline de Freitas Veloso	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	169 - Desenvolvimento do Agronegócio Mineiro	Feira Agropecuária Superagro	(Outros) Elevação da Meta financeira para a execução da Superagro, no ano de 2015, para R\$ 3 milhões. Justificativa: A Superagro é a maior vitrine dos produtos agropecuários e das atividades do meio rural mineiro, sendo fundamental para a sua promoção. A feira é importante para fomentar a promoção e a competitividade dos produtos mineiros.	EMENDA À LOA e REQUERIMENTO (impacto financeiro: R\$408.000,00) - acrescentar R\$408.000,00 na ação 4132 (manter a meta financeira igual à da Agriminas). (impacto financeiro: R\$408.000,00)	119-0 (emenda apresentada pela FFO para receber as alterações promovidas pela emenda à LOA, apresentada pela CPP)	456-0
2138	Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - José dos Reis Pereira	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	169 - Desenvolvimento do Agronegócio Mineiro	Incentivo ao Desenvolvimento da Aquicultura	(Outros) Alteração de Ação: Alterar meta financeira de R\$60.000,00 para R\$200.000,00 Justificativa: Com a criação da Diretoria da Aquicultura e da Pesca e, também, a criação das duas Câmaras Técnicas - da aquicultura e da pesca - abre-se oportunidade de desenvolvimento de projetos para atendimento das demandas do setor pesqueiro.	EMENDA À LOA (impacto financeiro: R\$140.000,00) - acrescentar R\$140.000,00 na ação 1121 (impacto financeiro: R\$140.000,00)	98-0 (emenda apresentada pela FFO para receber as alterações promovidas pela emenda à LOA, apresentada pela CPP)	457-0
2148	Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	169 - Desenvolvimento do Agronegócio	Incentivo ao Desenvolvimento e a Transferência	(Outros) Alterar a meta física de R\$ 24.000,00 para R\$ 500.000,00. Justificativa:	EMENDA À LOA (impacto financeiro: R\$256.000,00) - acrescentar R\$256.000,00 na ação 4429, sendo R\$80.000,00 especificados para realização de diagnóstico da cadeia	135-0 (emenda apresentada pela FFO)	462-0

	- Faemg (Belo Horizonte) - Aline de Freitas Veloso		o Mineiro	a da Tecnologia das Cadeias Produtivas da Agropecuária e da Silvicultura	A proposta de governo altera e amplia a finalidade da ação para: incentivo ao desenvolvimento e a transferência de tecnologia das cadeias produtivas da agropecuária e da silvicultura. Esta mudança engloba as ações do Conselho Estadual de Política Agrícola (CEPA) que promoverão grandes apoios às diversas cadeias produtivas.	produtiva do mel e dos demais produtos das abelhas. (impacto financeiro: R\$256.000,00)	para receber as alterações promovidas pela emenda à LOA, apresentada pela CPP)	
2131	Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg (Belo Horizonte) - Aline de Freitas Veloso	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	169 - Desenvolvimento do Agronegócio Mineiro	Inteligência Competitiva do Agronegócio Mineiro	(Outros) Elevação da meta financeira para R\$ 900 mil. Justificativa: O conhecimento e a organização sobre a produção agropecuária mineira é fundamental para ampliação de sua competitividade em âmbito nacional e internacional. Assim, a ação "Inteligência Competitiva do Agronegócio Mineiro" auxilia a conhecer e promover Minas Gerais. Importante a estruturação do sistema de informação sobre o agronegócio, a fim de diminuir a assimetria de informação entre os elos da cadeia produtiva	REQUERIMENTO		
2134	Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg (Belo Horizonte) - Aline de Freitas Veloso	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	169 - Desenvolvimento do Agronegócio Mineiro	Subvenção do Seguro Rural	(Outros) Alteração da meta física e da meta financeira para R\$ 5 milhões. Justificativa: O seguro rural é fundamental para manutenção da produção de alimentos e de garantia de renda ao produtor. O Programa "Minas + Seguto" está, ano após ano, sendo deixado de lado tendo seus valores diminuídos. O aumento do volume financeiro e a desburocratização do processo de habilitação das seguradoras e pagamento das indenizações, em caso de sinistros, é importante para manutenção da produção agropecuária e do produtor no campo.	REQUERIMENTO		
2171		7 - Rede de Desenvolvimento Rural	177 - Minas Sem Fome		(Outros) SUGESTÃO VIRTUAL - Proposta de aumentar o valor orçamentário previsto para o programa 177- Minas Sem Fome, de R\$400.000,00(quatrocentos mil reais) para R\$2.000.000,00(dois milhões de reais). AUTOR: Nauto Martins Justificativa:	REQUERIMENTO		

					<p>Justificativa: - Este o programa tem sido executado a 10 anos , portanto, um programa de ação continuada voltado para o benefício público com excelentes resultados, mas que nos últimos anos teve significativa diminuição dos valores orçamentários aportados. - Nos últimos 10 anos o MSF, beneficiou cerca de 2.300.000 mil famílias*, em 835 diferentes municípios.- Dentre as ações, citamos que cerca de 7.800 famílias em 227 municípios foram beneficiadas com a instalação de tanques de resfriamento de leite, produto da ação 4153, que agrega qualidade e valor ao produto, conforme defesa feita hoje em plenário, pelo Sr. Agmar Pereira Lima, representante dos agricultores quilombolas. - Citamos a capacitação de 1.832 jovens rurais* (ação 4367) em 331 municípios, o que promove sobre tudo, a permanência do jovem no campo, conforme defesa feita hoje em plenário, pela jovem Marilene Faustino, coordenadora estadual de juventude pela FETAEMG.- Citamos ainda o benefício à 66.957 famílias* em 597 municípios em avicultura(ação 4064); 512.687 famílias* em 808 municípios com lavouras(ação 4074); 1.221.109 famílias* em 816 municípios com hortas domésticas(ação 4154); 123.178 famílias* em 779 municípios com pomares(ação 4228) e 6.907 famílias* em 297 municípios em apicultura(ação 4229).- Enquanto técnico da EMATER MG e atualmente gestor do programa na empresa, posso afirmar que todas as ações sob o escopo do Programa 177- Minas Sem Fome são por demais importantes para o fortalecimento da Agricultura familiar e para a inclusão da população de baixa renda no processo produtivo, pois contribuem para o incentivo da produção de alimentos, a agregação de valor, a geração de renda e a melhoria de suas condições de segurança alimentar e nutricional, impactando positivamente na diminuição do êxodo rural. *Dados com repetição</p>			
2147	Território da Cidadania do Médio Jequitinhonha (Belo Horizonte) - Marlon Moreira Barbosa	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	177 - Minas Sem Fome		<p>(Outros) Aquisição de 3 balanças para pesar bovinos - R\$30.000,00</p> <p>Justificativa: As comunidades do Barbosa, Funil e Tumtum são referências na produção bovina e, para pesar os animais, os produtores usam balanças de terceiros e oneram o custo.</p>	REQUERIMENTO		
2126	Josefa Alves de Lima, Junior José da	7 - Rede de Desenvolvimento	177 - Minas Sem Fome	Apoio à Produção de Hortas	<p>(Outros) Proposta 127: O Programa tem uma importância imensa, mas ainda não beneficiou nenhuma família em Ravena - Sabará.</p>	REQUERIMENTO		

<p>Silva, Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais - CONSEA (Belo Horizonte) -, Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Belo Horizonte) - Marcos Luiz da Cunha Jota</p>	<p>Rural</p>		<p>Domésticas</p>	<p>O Distrito Ravena tem um potencial produtor de banana e hortaliças. A execução deste Programa 4154 em Ravena vai beneficiar um grande contingente de moradores que através de recursos e capacitação terão condições de criar e produzir hortas domésticas com mais qualidade.</p> <p>Proposta 160: Emenda a ação 4114 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para atender à 4 (quatro) projetos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no ano de 2015, com o objetivo de incentivar e fomentar projetos produtivos na agricultura familiar e agricultura urbana, priorizando a adoção da agroecologia.</p> <p>Proposta 172: Nome: Implantação de unidades de quintais produtivos Finalidade: Apoiar os agricultores familiares na produção com pequenas unidades de quintais produtivos com alimentos seguros e saudáveis, atendendo aos municípios das 25 Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Produto: unidades implantadas Meta física: 750 unidades Meta financeira: R\$ 1.500.000,00</p> <p>Proposta 180: Nova Ação:</p> <p>Nome: Aquisição de um trator e tubos para irrigação. Produto: unidade adquirida Meta física: uma unidade Meta financeira: R\$60.000,00</p> <p>Justificativa: Proposta 127: As hortas comunitárias existiram em Ravena há mais de 10 anos atrás, somente na Escola Estadual José Luiz G. Ferreira, ou seja, a população nunca teve um programa como este em sua história. É preciso lembrar que em Ravena, a população gira entorno de 14 mil habitantes. Este programa em Ravena pode ser utilizado como uma das contrapartidas às obras do Rodoanel em Ravena. Proposta 160: A representação desta proposta de emenda visa dar continuidade às ações de fortalecimento das atividades produtivas e comerciais de empreendimentos organizados por agricultores familiares rurais e urbanos. A AMAU, através de suas entidades, tem prestado acompanhamento e assessoramento técnico a estes empreendimentos, porém as</p>			
---	--------------	--	-------------------	---	--	--	--

					<p>famílias necessitam de recursos para investimento em infraestrutura, equipamentos e formação.</p> <p>Proposta 172: A presente proposta situa-se na construção de estratégia de implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar, conforme princípios definidos no art. 2º, da Lei nº 21.156 de 17 de janeiro de 2014, seguindo as orientações e diretrizes da referida lei. Concomitantemente, interrelacionar os objetivos da proposta de produção às definições da Lei 21.146/2014, que cria a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica.</p> <p>Proposta 180: Aquisição de um trator 25 HPE diesel para preparar terras para produção na horta comunitária da fazendinha que atende várias famílias em vulnerabilidade social. Concomitantemente adquirir tubos de 75 mm para irrigação da produção da horta comunitária no município de Três Marias.</p> <p>Trata-se de garantir, às famílias atendidas, estratégias de sobrevivência e superação da vulnerabilidade social, dando-lhe condições de acesso a alimentos saudáveis e seguros, garantindo a geração de trabalho conforme a lei que instituiu a política estadual de agricultura urbana e periurbana</p>			
2145	Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - Marilene Faustino Pereira, Território da Cidadania do Médio Jequitinhonha (Belo Horizonte) - Marlon Moreira Barbosa	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	177 - Minas Sem Fome	Capacitação de Jovens Rurais	<p>(Outros) Proposta 163: Aquisição de equipamentos audiovisual. Valor: R\$ 30.000,00</p> <p>Proposta 167: Construção de uma sala de recursos na Escola Municipal Idalino Almeida na Comunidade Quilombola do Rosário (construção civil).</p> <p>Proposta 187: Ampliação de metas física e financeira: Meta Física: 200 jovens Meta Financeira: 80.000 reais</p> <p>Justificativa: Proposta 163: Os jovens de Virgem da Lapa estão num processo de fortalecimento do protagonismo. Eles já têm uma ação sendo desenvolvida e os equipamentos complementarão os trabalhos. Proposta 167: A escola recebeu os equipamentos do FNDE e não tem a sala adequada para colocá-los. Proposta 187: Considerando as diversas realidades do Estado e as dimensões territoriais, considerando a população jovem no campo chega a ser irrelevante as metas apresentadas nessa proposta. E sabendo desafio ainda com insatisfação,</p>	REQUERIMENTO		

					proponho uma meta que consigamos atender um pouco mais à demanda de capacitação da juventude rural hoje no Estado.			
2111	Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - Guilherme Gonçalves Rabelo	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	177 - Minas Sem Fome	Capacitação do Público Beneficiário	(Outros) Aumentar a meta física na região Central para 100 e a meta financeira para todas as regiões, sugere-se aumentar o valor total para R\$ 20.000,00. Justificativa: A região central talvez seja a que mais necessita de uma intervenção mais efetiva do estado quando falamos de PNAE. A realidade é que após 5 anos do Programa, ele permanece praticamente inexistente no município de Belo Horizonte. As escolas municipais e estaduais não conseguiram adquirir os produtos da agricultura familiar e grande parte desses recursos estão sendo devolvidos.	REQUERIMENTO		
2127	Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg (Belo Horizonte) - Aline de Freitas Veloso	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	185 - Defesa Sanitária	Fiscalização Móvel do Trânsito de Animais, Vegetais e Produtos de Origem Animal.	(Outros) Elevação da Meta financeira para um volume de recursos adequados. Justificativa: A preservação da sanidade animal e vegetal garante produtos de melhor qualidade para atender a demanda mineira, nacional e internacional, além de propiciar o melhor uso dos recursos naturais.	REQUERIMENTO		
2124	Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg (Belo Horizonte) - Aline de Freitas Veloso	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	185 - Defesa Sanitária	Vigilância Sanitária Animal	(Outros) Proposta 123: Elevação da meta física e financeira da ação "Vigilância Sanitária Animal" para R\$ 8 milhões. Inclusão de meta/ ampliação de ações de educação sanitária. Proposta 130: Elevação da meta financeira da ação 4448 para R\$ 500 mil. Justificativa: Proposta 123: A segurança, vigilância e educação sanitária são base para a produção no Estado de Minas Gerais e sua manutenção no mercado nacional e internacional. Assim sendo, a preservação da saúde dos animais, visando diminuir a morbidade e mortalidade e aumentar a produção e produtividade é fundamental. Proposta 130: A preservação da sanidade animal e vegetal garante produtos de melhor qualidade para atender a demanda mineira, nacional e internacional, além de propiciar o melhor uso dos recursos naturais.	REQUERIMENTO		
2125	Federação da Agricultura do Estado de	7 - Rede de Desenvolvimento	185 - Defesa Sanitária	Vigilância Sanitária Vegetal	(Outros) Proposta 125: Ação nova: Realizar o controle de qualidade do Pequi e outros frutos do Cerrado para a safra 2015 para a comercialização da	REQUERIMENTO		

	<p>Minas Gerais - Faemg (Belo Horizonte) - Aline de Freitas Veloso, Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e Outros Frutos d (Montes Claros) - Sarah Alves Melo Teixeira</p>	<p>Rural</p>		<p>produção nos diversos mercados nacionais, principalmente o regional. A ação permitirá a consolidação de agroindústrias, processos e tecnologias sociais pelas populações tradicionais da região Norte de Minas, gerando renda e melhorando a qualidade de vida de centenas de geraizeiros.</p> <p>Produto: Unidade: Meta física: 1.000 análises Meta financeira: R\$300.000,00</p> <p>Proposta 129: Elevação da meta financeira da ação 4534 para R\$ 4 milhões.</p> <p>Proposta 135: Ação Nova: Realizar o controle de qualidade do Pequi e outros frutos do Cerrado para a safra 2015 para a comercialização da produção nos diversos mercados nacionais e internacionais.</p> <p>Meta física: 1.000 análises Meta financeira: R\$300.000,00 Proposta 129: Elevação da meta financeira da ação 4534 para R\$ 4 milhões. Proposta 135: Ação Nova: Realizar o controle de qualidade do Pequi e outros frutos do Cerrado para a safra 2015 para a comercialização da produção nos diversos mercados nacionais e internacionais.</p> <p>Meta física: 1.000 análises Meta financeira: R\$300.000,00</p> <p>Justificativa: Proposta 125: A Ação visa dar suporte à safra 2015 e precisa ser implementada imediatamente devido a disponibilidade de contrapartida do IGTEC, Unimontes e Fapemig superior a 4 milhões de reais em pessoal, equipamentos e veículos para compor as ações de controle de qualidade, segurança alimentar e comércio solidário das comunidades rurais do Norte de Minas conforme prevê a Lei 13.965/2001 e o Decreto 46.186/2013. Serão realizadas análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos processados pelas associações e cooperativas com vista ao atendimento das demandas dos diversos mercados do PNAE. Focado exclusivamente em vendas para o PNAE como forma de garantir qualidade e inocuidade para as aquisições de cada Escola. Proposta 129: A preservação da sanidade animal e vegetal</p>			
--	--	--------------	--	---	--	--	--

					<p>garante produtos de melhor qualidade para atender a demanda mineira, nacional e internacional, além de propiciar o melhor uso dos recursos naturais.</p> <p>Proposta 135: A ação permitirá a consolidação de várias agroindústrias, processos e tecnologias sociais pelas populações tradicionais da região Norte de Minas, gerando renda e melhorando a qualidade de vida de centenas de geraizeiros.</p> <p>A ação visa dar suporte à safra 2015 de 2015 e precisa ser implementada imediatamente devido a disponibilidade de contrapartida do IGTEC, Unimontes e Fapemig, superior a 4 milhões de reais pessoal, equipamentos e veículos para amparar as ações de controle de qualidade, segurança alimentar e comércio solidário das comunidades rurais do Norte de Minas, conforme prevê a Lei 13.965/2001 e o Decreto 46.186/2013. Serão realizadas análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos gerados pelas associações e cooperativas do Norte de Minas com vistas ao atendimento das demandas dos diversos mercados e do programa de aquisição de alimentos - PAA.</p> <p>Proposta 129: A preservação da sanidade animal e vegetal garante produtos de melhor qualidade para atender a demanda mineira, nacional e internacional, além de propiciar o melhor uso dos recursos naturais.</p> <p>Proposta 135: A ação permitirá a consolidação de várias agroindústrias, processos e tecnologias sociais pelas populações tradicionais da região Norte de Minas, gerando renda e melhorando a qualidade de vida de centenas de geraizeiros.</p> <p>A ação visa dar suporte à safra 2015 de 2015 e precisa ser implementada imediatamente devido a disponibilidade de contrapartida do IGTEC, Unimontes e Fapemig, superior a 4 milhões de reais pessoal, equipamentos e veículos para amparar as ações de controle de qualidade, segurança alimentar e comércio solidário das comunidades rurais do Norte de Minas, conforme prevê a Lei 13.965/2001 e o Decreto 46.186/2013. Serão realizadas análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos gerados pelas associações e cooperativas do Norte de Minas com vistas ao atendimento das demandas dos diversos mercados e do programa de aquisição de alimentos - PAA.</p>			
2123	Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg (Belo	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	193 - Apoio À Cadeia Produtiva do Café	Apoio Financeiro a Projetos da Cadeia Produtiva	<p>(Outros) Elevação da meta física e da meta financeira para R\$ 30 milhões.</p> <p>Justificativa: A cadeia produtiva da cafeicultura em Minas Gerais é um dos</p>	REQUERIMENTO		

	Horizonte) - Aline de Freitas Veloso			Cafeeira	setores que mais gera divisas para o Estado e para o país, além de gerar empregos e ampliação do PIB. O ano de 2014 foi muito problemático para o setor produtivo e ações de promoção e fomento da cafeicultura são essenciais para Minas Gerais.			
2129	Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais - Faemg (Belo Horizonte) - Aline de Freitas Veloso	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	210 - Geração de Conhecimento e de Tecnologia Agropecuária	Difusão de Tecnologias Através de Ações de Transferência Tecnológica	(Outros) Elevação da meta física e financeira para R\$ 4 milhões. Justificativa: O crescimento e fortalecimento da produção agropecuária só é possível por meio da difusão de tecnologias, através da transferência assistida ao produtor rural. Dada a oportunidade de comercialização no mercado internacional e de ampliação da competitividade do setor agropecuário, a pesquisa e a difusão de tecnologia adequadas são fundamentais.	REQUERIMENTO		
2139	Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - Afonso Corrêa Diana	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	217 - Segurança de Alimentos		(Outros) Inclusão de Ação no Programa 217, com a finalidade de promover a mitigação de uso de agrotóxicos na produção de alimentos por meio da qualificação de agricultores e técnicos os municípios, de sindicatos e cooperativas, além da instalação de unidades demonstrativas. abrangência estadual Meta financeira: R\$ 1.000.000 Meta Física: 400 pessoas qualificadas Justificativa: A implantação das ações de mitigação do uso de agrotóxicos visa a melhoria nas condições de trabalho dos trabalhadores rurais, a defesa do meio ambiente e a qualidade das águas, além de garantir produtos agroecológicos para o consumo.	EMENDA AO PPAG (impacto financeiro: R\$300.000,00) AÇÃO NOVA, no programa 217: Finalidade: promover a mitigação de uso de agrotóxicos na produção de alimentos por meio da qualificação de agricultores e técnicos os municípios, de sindicatos e cooperativas, além da instalação de unidades demonstrativas. abrangência estadual Meta financeira: R\$ 300.000,00 Meta Física: 400 pessoas qualificadas (impacto financeiro: R\$300.000,00)	67 (CPP)	515-0
2119	Associação Mineira de Municípios - AMM (Belo Horizonte) - Leandro Rico Moyamo	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	217 - Segurança de Alimentos		(Outros) Inclusão de Ação nova no Programa 217 - Segurança de Alimentos Nome: Apoio à estruturação de sistema de inspeção sanitária em Consórcios intermunicipais Finalidade: apoiar a estruturação de serviços de inspeção sanitária de produtos de origem animal em consórcios intermunicipais multifinalitário, por meio de fornecimento de kit de equipamentos essenciais à atividade de inspeção sanitária. Unidade Orçamentária: Instituto Mineiro de Agropecuária Produto/Unidade de medida: Consórcio atendido Regionalização: (definida pela distribuição geográfica dos consórcios indicados)	EMENDA AO PPAG (impacto financeiro R\$600.000,00) AÇÃO NOVA no Programa 217 - Segurança de Alimentos Nome: Apoio à estruturação de sistema de inspeção sanitária em Consórcios intermunicipais Finalidade: apoiar a estruturação de serviços de inspeção sanitária de produtos de origem animal em consórcios intermunicipais multifinalitário, por meio de fornecimento de kit de equipamentos essenciais à atividade de inspeção sanitária. Unidade Orçamentária: Instituto Mineiro de Agropecuária Produto/Unidade de medida: Consórcio atendido Regionalização: (definida pela distribuição geográfica dos	63 (CPP)	513-0

				<p>Justificativa:</p> <p>Dos 853 municípios mineiros, acredita-se que apenas 15 possuem o SIM - Serviço de Inspeção Municipal com capacidade operacional e técnica para exercer o seu papel fiscalizador, o que coloca Minas Gerais um dos estados mais vulneráveis perante a segurança alimentar.</p> <p>Não obstante os riscos eminentes de produtos impróprios para consumo têm a exclusão das pequenas agroindústrias familiares que operam na clandestinidade e que poderiam gerar emprego e renda se legalizadas, tomando-as aptas para produzir e comercializar seus produtos tanto no mercado formal, quanto institucional se os órgãos governamentais cumprissem com a sua parceria, cuja ausência e a incapacidade do estado em atender as demandas, recaem novamente mais uma atribuição aos municípios, cujo custo de implantação e manutenção é impossível absorver, o que comprova o atual cenário aqui descrito.</p> <p>Isso posto, surge os consórcios intermunicipal multi?nalitário nos moldes da Lei 11.10712005, amplamente constituído em nosso estado durante 2014, os quais estão juridicamente preparados para viabilizar a implantação do SIM (Serviço de Inspeção Sanitária), possibilitando aos municípios consorciados ratear os custos de manutenção da equipe de inspeção, viabilizando de?nitivamente a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Estima-se que no início do próximo ano teremos aproximadamente 50 novos consórcios público constituídos em Minas Gerais. Desse total estamos propondo formar 20 novas equipes de inspeção sanitária, inicialmente em 20 consórcios, beneficiando 380 municípios e 600 agroindústrias familiares aproximadamente. Para viabilizar essas equipes, é necessário equipa-las, conforme acima denominado de KIT SISEI (Portaria nº 1319, de 18 de junho de 2013), o qual integra com: 01 veículo popular, 01 termômetro, 01 GPS via satélite, mobiliário para um escritório básico, 01 computador e a concessão do mesmo Software utilizado hoje pelo IMA. A AMM será a interveniente, juntamente com o IMA e SEAPA, de todo o processo de estruturação das equipes, cujos recursos serão entregues mediante a cumprimento das etapas, tanto jurídica, quanto técnica. Sem dúvida nenhuma é o caminho mais viável para iniciarmos uma nova trajetória de inclusão e segurança alimentar.</p> <p>Lista de consórcios a serem beneficiados:</p> <p>1) CIESP - Consórcio Intermunicipal de Especialidades -</p>	<p>consórcios indicados)</p> <p>Meta Física: 10 consórcios mais estruturados (ver listagem na justificativa)</p> <p>Meta Financeira: R\$600.000,00</p> <p>(impacto financeiro R\$600.000,00)</p>		
--	--	--	--	---	--	--	--

				<p>Bicas - MG;</p> <p>2) CIMVALES - Consorcio Intermunicipal Norte Mineiro de Desenvolvimento Regional dos Vales do Carinhanha, Cochá, Peruaçu, Japure e São Francisco - Januário - MG</p> <p>3) CIMVALP - Consórcio Intermunicipal Multisetorial do Vale do Piranga - Ponte Nova - MG;</p> <p>4) CIMDOCE - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Rio Doce - Governador Valadares - MG;</p> <p>5) IPER 10 - Iniciativa Pública, Estratégica Regional- Itambacuri - MG;</p> <p>6) CONVALE - Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional- Uberaba - MG</p> <p>7) CIDIMEJE - Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Região do Médio Jequitinhonha - Araçuaí - MG;</p> <p>8) CIMCOM - Consorcio Intermunicipal Multifinalitário Centro-Oeste Mineiro - Divinópolis - MG;</p> <p>9) CIMAN - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Area Mineira SUDENE - Montes Claros - MG;</p> <p>10) CIMCENTRAL ~ Consorcio Intermunicipal Multifinalitário da Região Central de Minas Gerais - Sete Lagoas - MG;</p> <p>11) CODAP - Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba -Conselheiro Lafaiete MG;</p> <p>12) Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Triângulo Mineiro e Iluminação Pública - Uberlândia</p> <p>13) C.P.Interm Alto do Paranaíba - Patos de Minas</p> <p>14) C.P. Interm Médio São Francisco - Pirapora</p> <p>15) C.P. Interm Baixo Do Sapucaí - Varginha</p> <p>16) C.P. Interm do Alto Rio São Francisco - Luz</p> <p>17) C.P. Interm Noroeste de Minas - Paracatu</p> <p>18) C.P. Interm da Mantiqueira - Barbacena</p> <p>19) C.P. Interm do Baixo Jequitinhonha - Almenara</p> <p>20) C.P. interm Vertente do Caparaó - Caratinga</p>			
2118	Associação Mineira de Municípios - AMM (Belo Horizonte) - Leandro Rico Moyama	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	217 - Segurança de Alimentos	<p>(Outros) Inclusão de ação nova no Programa 217 - Segurança Alimentar.</p> <p>Nome: Capacitação dos Agentes da Vigilância Sanitária Municipal em pró da Segurança Alimentar.</p> <p>Unidade: IMA / SES - Secretaria Estadual de Saúde.</p> <p>Produto: Microrregião - 40 Associações distribuídas no estado.</p> <p>Custo total R\$ 150.000,00.</p>	EMENDA AO PPAG (impacto financeiro - R\$150.000,00)	62 (CPP)	512-0
					<p>AÇÃO NOVA, no programa 217, com a finalidade de capacitar agentes de vigilância sanitária municipal, com vistas a habilitar os municípios para sua habilitação ao Suasa.</p> <p>Regionalização: estadual</p> <p>Meta física: 40 associações microrregionais atendidas</p> <p>Meta Financeira: R\$150.000,00</p>		

				<p>Justificativa: Em 2013, o Ministério Público deflagrou o fechamento de vários açougues abatedouros, bem como a apreensão de vários produtos não inspecionados. Em todos os casos os agentes das VISA municipais foram convocados para exercer o seu papel fiscalizador. Diante do imprevisto, constatou-se a incapacidade técnica desses agentes no momento de maior urgência, o que se necessário capacitá-los, inclusive, qual o seu papel frente o papel da inspeção. A AMM possui uma metodologia pronta com temas desde rotulagem a BPF.</p>	(impacto financeiro - R\$150.000,00)		
2092		7 - Rede de Desenvolvimento Rural	217 - Segurança de Alimentos	<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Restauração da Ação 4353 com manutenção e/ou ampliação dos recursos e metas financeiras e físicas dessa ação. Portanto, é fundamental que busque-se metas de inclusão de 1.400 produtores, com meta financeira de R\$300.000,00 para o ano de 2015. AUTOR: Paulo Henrique de Matos Almeida</p> <p>Justificativa: Justificativa: Por se tratar de cadeia produtiva que envolve milhares de famílias em todo o Estado, e a maioria das mesmas encontra-se em estado de insegurança produtiva, torna-se crucial o fomento e o incentivo à regularização INDIVIDUALIZADA desses produtores e suas propriedades. Pertencendo em sua maioria em classes de micro e pequenas propriedades, os mesmos não tem condições de arcar com os altos custos de manutenção da estruturas coletivas e/ou coletivizadas. Como representantes de uma das regiões reconhecidas de produção de Queijo Minas Artesanal, e vivendo a realidade que atinge a todos os produtores do Estado, acreditamos firmemente que é fundamental a inclusão dessa ação (e a sua real execução) para consolidar e fomentar a formalização e inclusão financeira de aproximadamente 800 famílias somente na Serra da Canastra, chegando ao número de milhares ao se analisar todas as regiões do Estado. Dada a importância da cadeia produtiva do queijo minas artesanal na economia do Estado, assim como a situação de insegurança produtiva que a maioria dos produtores se encontra, acreditamos ser vital que pelo menos se mantenha (ou preferencialmente amplie-se) os recursos disponibilizados (e que os mesmos seja efetivamente executados) para o apoio e formalização da cadeia produtiva do Queijo Minas Artesanal.</p>	<p>EMENDA AO PPAG (impacto financeiro: R\$200.000,00)</p> <p>AÇÃO NOVA - restauração da ação 4353 – Apoio à Cadeia Produtiva dos Queijos Artesanais - , com os mesmos atributos de 2014</p> <p>(impacto financeiro: R\$200.000,00)</p>	58 (CPP)	511-0

2149	Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - Maria Rita Fernandes da Figueiredo	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	258 - Regularização Fundiária		<p>(Outros) Nome: Discriminatória e Arrecadação de terras Devolutas Finalidade: Promover Ação discriminatória no âmbito estadual e arrecadar terras devolutas para efetivar a regularização fundiária rural. Unidade Responsável: Ruralminas Produto: Áreas discriminadas e arrecadadas Regionalização: todo Estado Meta Física: Mínimo 12 (doze) áreas/ano Meta Financeira: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)</p> <p>Justificativa: Com a extinção do Iter, a discriminação e arrecadação de terras ficou a cargo da Ruralminas. Entretanto, hoje não existe ação para efetivar tais competências.</p>	<p>EMENDA AO PPAG (impacto financeiro: R\$1.000.000,00)</p> <p>AÇÃO NOVA, no âmbito do programa 258 - Regularização Fundiária - Nome: Discriminatória e Arrecadação de terras Devolutas Finalidade: Promover Ação discriminatória no âmbito estadual e arrecadar terras devolutas para efetivar a regularização fundiária rural. Unidade Responsável: Ruralminas Produto: Áreas discriminadas e arrecadadas Regionalização: todo Estado Meta Física: Mínimo 12 (doze) áreas/ano Meta Financeira: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)</p> <p>(impacto financeiro: R\$1.000.000,00)</p>	73 (CPP)	518-0
2130	Junior José da Silva, Federação dos Trab. na Agricultura de M. Gerais - Fetaemg (Belo Horizonte) - Maria Rita Fernandes da Figueiredo, Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST (Campo do Meio) - Bruno Rodrigo Silva Diogo	7 - Rede de Desenvolvimento Rural	258 - Regularização Fundiária	Legitimação de Posse em Áreas Rurais	<p>(Outros) Proposta 137: Direcionar investimentos do programa que viabilizem a regularização fundiária no distrito de Ravena em Sabará que aguarda há 100 anos pela resolução das barreiras públicas para que a população possa fazer as escrituras e registros dos imóveis que é direito de todos.</p> <p>Proposta 151: Aumento do orçamento da ação para 1 milhão de reais para retomada de estudos das terras devolutas e regulação fundiária de posseiros. Serão beneficiados 5 projetos.</p> <p>Proposta 171: Aumentar o recurso para R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e a meta física para 600.</p> <p>Justificativa: Proposta 137: O registro dos imóveis em Ravena tem uma importância imensa para moradores, prefeituras, Estado, cartórios, imobiliárias, dentre outros. É preciso organizar, ordenar e registrar os imóveis, pois a situação irregular favorece as cidades mal planejadas onde a população é a que mais sofre com a precarização da falta de infraestrutura. Proposta 151: Necessidade de atualização das terras devolutas de MG e da regulação das terras de posseiros. Proposta 171: O recurso destinado é pouco para efetivar qualquer política séria de regularização fundiária rural. Necessário aumentar o recurso para que a quantidade de títulos seja maior e atenda a sociedade.</p>	REQUERIMENTO		
2175		7 - Rede de	28 -		(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: PROGRAMA	REQUERIMENTO		

		Desenvolvimento Rural	Sustentabilidade e Infraestrutura no Campo		<p>NOVO - PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO AOS TERRITÓRIOS RURAIS AUTOR: Luiz Antonio Borges</p> <p>Justificativa: 2 O grande número de municípios do estado de Minas Gerais praticamente inviabiliza o apoio do estado a cada um deles individualmente. O estímulo a agregação e a união pode ser feito através do aporte de recursos grupos de municípios, viabilizando a busca de soluções conjuntas, o planejamento e a gestão coletiva. A política do governo federal promovendo a formação de territórios rurais e a proposta da futura administração estadual de governar por regiões e com conselhos regionais pode ser reforçada pelo papel dos territórios rurais. A existência e experiência dos territórios rurais reconhecidos pelo M.D.A./S.D.T. pode ser referência para formação de novos territórios que devem ser também reconhecidos e efetivamente apoiados pelo governo estadual. Acrescenta-se o exercício da priorização de demandas e a prática do orçamento participativo</p>			
2107		7 - Rede de Desenvolvimento Rural	28 - Sustentabilidade e Infraestrutura no Campo		<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: INCLUSÃO DO PROGRAMA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO MINEIRO. AUTOR: Luiz Antonio Borges</p> <p>Justificativa: Justificativa: 1) Parte significativa do estado de Minas Gerais é integrante do chamado Polígono da Seca ou Semiárido Mineiro. Um grande contingente humano vive nas áreas urbanas e principalmente no meio rural, onde produzem alimentos para o consumo da própria família e um excedente para comércio na sede urbana. Além disso são grandes guardiões do meio ambiente e responsáveis pela produção e conservação da água. As mudanças climáticas e as intervenções antrópicas tem inviabilizado a produção de alimentos e a manutenção dos recursos hídricos. É necessário e urgente uma preocupação e uma intervenção mais efetiva do governo estadual neste setor enquanto ainda é possível ambientalmente e viável economicamente. É preciso construir uma Política Estadual de Convivência com o Semiárido e implantar um Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido.</p>	REQUERIMENTO		
2170	Roberta de	70 -	726 -		(Outros) SUGESTÃO VIRTUAL	EMENDA AO PPAG (impacto financeiro R\$500.000,00)	81 (CPP)	523-0

	Mesquita Ribeiro	Programas Especiais	Acesso à Justiça		<p>PROGRAMA 0726 - Acesso à Justiça</p> <p>Inclusão de ação no programa mencionado acima</p> <p>Ação- Nome: Capacitação de Defensores e Servidores</p> <p>Finalidade: capacitar defensores e servidores em métodos de soluções pacíficas de conflitos, como mediação, conciliação, justiça restaurativa e arbitragem, bem como em gestão pública e qualidade do atendimento, buscando prestar um serviço mais eficiente e qualificado.</p> <p>Produto: defensores e servidores capacitados</p> <p>Unidade de medida: defensores e servidores</p> <p>Meta física: 200</p> <p>Meta financeira: R\$500.000,00</p> <p>Regionalização: Estadual</p> <p>AUTOR: Roberta de Mesquita Ribeiro</p> <p>Justificativa: Justificativa: Promover a capacitação de Defensores e servidores nos métodos de solução extrajudicial de solução de conflitos, buscando desjudicializar os conflitos e prestar uma assistência jurídica mais qualificada e eficiente à população hipossuficiente do Estado de Minas Gerais. E, ainda, buscar, através da capacitação de Defensores e servidores uma gestão mais eficiente e de qualidade.</p>	<p>AÇÃO NOVA no âmbito do Programa 726.</p> <p>Nome: Capacitação de membros e servidores da Defensoria Pública</p> <p>Finalidade: Promover a capacitação de defensores e servidores, com foco nos métodos de solução extrajudicial de conflitos, visando à prestação de assistência jurídica mais eficiente e qualificada à população hipossuficiente, à diminuição da judicialização de conflitos e à melhoria da gestão das atividades da Defensoria Pública.</p> <p>Produto: defensor/servidor capacitado</p> <p>Unidade de medida: defensor/servidor</p> <p>Regionalização: Estadual</p> <p>Meta física: 150</p> <p>Meta Financeira: R\$500.000,00</p> <p>(impacto financeiro R\$500.000,00)</p>		
2164	INCRA - Superintendência Regional em MG (Belo Horizonte) - Ana Paola Costa de Oliveira	8 - Rede de Identidade Mineira	114 - Estruturação, Desenvolvimento e Promoção do Turismo Mineiro	Promoção de Destinos Turísticos	<p>(Outros) Criação do Programa Turismo Rural da Agricultura Familiar, talvez tendo como primeira parceira a "Rede TRAF", empresa mista, criada na UFV.</p> <p>Justificativa: Geração de renda familiar a partir de atividades pluriativas no meio rural.</p>	REQUERIMENTO		
2166	Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais-Fecitur (Três Marias) - Danielle Feyo	8 - Rede de Identidade Mineira	114 - Estruturação, Desenvolvimento e Promoção do Turismo Mineiro	Regionalização do Turismo e Fortalecimento das Instâncias de Governança	<p>(Outros) Propomos a suplementação/aumento do orçamento previsto para esta ação (4369) e sua abrangência, uma vez que a mesma está centralizada na região central.</p> <p>Justificativa: A Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais tem atuado no fortalecimento do turismo através da regionalização, pois nota-se que as ações estão sempre focadas/concentradas em Belo Horizonte. Para que possamos obter os resultados é imprescindível ações que contemplem o interior do Estado. O orçamento previsto nesta ação não garante sua execução. Por exemplo, considerando 2015 que prevê R\$ 21 mil, os municípios (475) inseridos no programa</p>	REQUERIMENTO		

					de regionalização terão R\$ 44,21. Este pleito se dá para que possamos realizar ações em cada região (46), como fomentar produtos e articular e valorizar a cadeia produtiva, de forma a promover o turismo em todo o Estado.			
2051	Vilmar Oliveira de Jesus, Associação Histórico Cultural (Teófilo Otôni) - Bruno Dias Bento, Instituto Sociocultural do Jequitinhonha - Valemias (Belo Horizonte) - Guilardo Veloso de Andrade Filho	8 - Rede de Identidade Mineira	123 - Democratização do Acesso à Cultura e aos seus Mecanismos de Produção		(Outros) Nova ação - proponente não especificou programa Criar programa de microprojetos culturais que beneficiem as regiões do Mucuri e Jequitinhonha com aporte financeiro de até R\$ 20.000,00 como forma de permitir a descentralização cultural. Valor: R\$ 1.600.000,00 / 80 projetos Justificativa: 1. Estimular as diversas cadeias produtivas da cultura 2. Descentralizar os recursos para a cultura 3. Descentralização cultural 4. Fortalecer culturalmente as regiões 5. Permitir que grupos de cultura popular tenham acesso a recursos	REQUERIMENTO		
2049	Central Única de Favelas - Cufa-BH (Belo Horizonte) - Francislei Henrique dos Santos, Prefeitura Municipal de Poté (Poté) - Angela Fonseca Pego	8 - Rede de Identidade Mineira	123 - Democratização do Acesso à Cultura e aos seus Mecanismos de Produção	Estímulo à Produção e Circulação Cultural	(Outros) Proposta 17: Comemoração do dia das favelas (4/11/2014), lei sancionada pelo Estado de MG. Através desta proposta, visamos garantir o recurso de R\$ 800.000,00 para a comemoração através de um evento na capital mineira. Proposta 21: Alteração da Ação 4409 - Estímulo à Produção e Circulação Cultural - do Programa 123: - Acrescentar região Jequitinhonha/Mucuri - Valor: R\$ 200.000,00 - Meta física: 1 Festivale Apoio ao festival é fundamental, visto que o mesmo acontece há mais de 30 anos e congrega todas as manifestações culturais da região, como teatro, artesanato, cultura popular, etc. Proposta 24: Alteração da Ação 4409 - Estímulo à Produção e Circulação Cultural - do Programa 123 Meta física: realização do Festival de Cultura Mucuriart Meta financeira: R\$ 150.000,00 Região: Jequitinhonha/Mucuri Proposta 70: CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: O estado de	EMENDA PPAG E À LOA E REQUERIMENTO (Impacto financeiro: R\$450.000,00) AO PPAG: - alteração de regionalização na Ação 4409, criando a região Jequitinhonha/Mucuri com meta física = 2 festivais, e meta financeira de R\$ 300 mil. - alteração de regionalização na Ação 4409: acréscimo de mais uma meta física na região central (chegando a 42) e acréscimo de mais 150 mil na meta financeira da região central. à LOA: - acréscimo de R\$450.000,00 na Ação 4409, com especificação do objeto do gasto para: R\$150 mil para a realização do Festival da Favela (região Central); R\$150 mil para a realização do Festivale (Jequitinhonha/Mucuri) e R\$150 mil para a realização do Mucuriarte (Jequitinhonha/Mucuri) (Impacto financeiro: R\$450.000,00)	39 (CPP) (aprovada na forma da Subemenda 39-1, para compatibilizar o PPAG às demais emendas orçamentárias de Parlamentares)	432-0

					<p>Minas Gerais possui um forte potencial turístico e cultural, sendo assim, acredito que seguindo o exemplo de algumas cidades do estado que já contam com festivais gastronômicos e de inverno, deveria ser implementado no estado um festival integrado, onde cada cidade contribuiria com o que tem de melhor, como por exemplo, dança, música, gastronomia, teatro, arte, etc. Acredito que através desse Festival Mineiro, a cultura e o turismo no estado cresceriam e receberiam ainda mais incentivos.</p> <p>AUTOR: Ana Flávia Araújo</p> <p>Justificativa: Proposta 17: Em 2008 a Central Única das Favelas apresentou ao Brasil e criação de um dia reflexivo e comemorativo como um reconhecimento dos governos e da sociedade civil para esse setor que representa mais de 12 milhões de pessoas em todo o país. Minas se tornou o primeiro estado da Federação a sancionar esta lei, reconhecendo a importância da proposta. Como segundo passo, propomos garantir recursos para que a ação concreta da comemoração do dia fique garantido pelo Estado e pela sociedade.</p> Proposta 21: O Festival acontece há mais de 30 anos na região, e nos últimos 4 anos contou com recursos direto do governo do Estado através de emenda ao PPAG. Desta forma, achamos fundamental o governo continuar apoiando o evento, visto que ele é fundamental para a divulgação da cultura regional. Proposta 24: O festival é resultado de um esforço coletivo de agentes, produtores, entidades culturais e artistas da região, materializado na fundação do Instituto Válido Mucuri. Ambos têm por missão atuar na valorização da cultura e construção da identidade do Vale do Mucuri. O Mucuriart pretende estimular a parceria e a articulação com os diversos segmentos e agentes culturais da região e do estado, bem como a parceria com a SEE/MG, dando visibilidade à música e a outras expressões da cultura popular, especialmente a produzida no Vale do Mucuri, possibilitando fruição cultural à população por meio de uma programação democrática e diversificada. Proposta 70: Justificativa: Contribuição para o desenvolvimento da cultura e do turismo no estado e promover a integração das cidades.			
2054	Aefaraçuai (Araçuai) -	8 - Rede de Identidade	131 - Preservação	Apoio à Cultura	(Outros) Alteração da Ação 4514 - Apoio à Cultura Popular e Imaterial - do Programa 131	EMENDA AO PPAG E À LOA (impacto financeiro: R\$195.000,00)	41 (CPP) (aprovada)	434-0

	Cleonice Maria da Silva Braz	Mineira	do Patrimônio Cultural	Popular e Imaterial	<p>Abranger as regiões com presença indígena: Jequitinhonha/Mucuri, Rio Doce, Vale do Aço, Sul de Minas e Norte de Minas.</p> <p>Justificativa: Apoio à cultura imaterial dos povos indígenas como: Festa das Águas, Festa do Imbu e Encontro dos Pajés, cada qual ao valor de R\$ 25.000,00.</p>	<p>Obs: novas orientações por email 2/12/14</p> <p>AO PPAG - acréscimo de região Estadual, com meta física 13 e meta financeira R\$195.000,00, na ação 4514</p> <p>à LOA - acrescentar R\$ 195.000,00 na ação4514 - região estadual, com especificação do objeto do gasto para apoio a projetos em 13 comunidades indígenas, conforme o discriminado - 3 aldeias Pataxó, 4 aldeias Maxacali, 1 aldeia Krenak, 1 aldeia Caxixó, 1 aldeia Pankararú, 1 aldeia Xucurú, 1 aldeia Mucurim e 1 Xacriabá, com R\$15.000,00 para cada comunidade.</p> <p>(impacto financeiro: R\$195.000,00)</p>	na forma da Subemenda 41-1, para compatibilizar o PPAG às demais emendas orçamentárias de Parlamentares)	
2050	Prefeitura Municipal de Carmésia (Carmésia) - Leila Borges da Silva	8 - Rede de Identidade Mineira	131 - Preservação do Patrimônio Cultural	Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural/ Bens Imóveis	<p>(Outros) Alteração da Ação 4617 do Programa 131, com meta financeira de R\$ 180.000,00 e física de 4 (Central - 3 e Rio Doce - 1)</p> <p>(A proposta requer recursos para elaboração de projeto de restauração do Casarão situado na aldeia sede Pataxó em Carmésia, antiga prisão indígena da ditadura militar).</p> <p>Justificativa: O Casarão, como é conhecido, está localizado na aldeia sede, município de Carmesia. Possui valor histórico e cultural pois à época da ditadura foi usado com cadeia para indígenas.</p> <p>Além do valor cultural com arquitetura rústica, possui importante significado para o povo Pataxó, residente da aldeia. O projeto de restauração é importante para preservar este bem cultural que conta a história local, a fim de manter a memória cultural local e assim preservar o bem cultural e usá-lo para manutenção e preservação da cultura Pataxó.</p>	REQUERIMENTO		
2088		8 - Rede de Identidade Mineira	149 - Incentivo ao Esporte		<p>(Outros) CONTRIBUIÇÃO VIRTUAL: Apoio pratica esporte ONG Vale Viver Aguas Formosas. Jiu Jitsu, Valor da proposta R\$ 40.000,00 Programa: 008. AUTOR: Ronildo Vaqueiro</p> <p>Justificativa: Justificativa: Aguas é uma cidade onde o índice de criminalidade é alto, e a pratica de esporte é uma oportunidade de envolver nossos jovens, contra as drogas o</p>	REQUERIMENTO		

					alto índice também de sedentarismo, além de contribuir para melhor qualidade de vida, com referência á saúde de quem pratica. Esta modalidade é aplicada na ONG Vale Viver sem fins lucrativos e com professores voluntários que conta hoje com mais de 30 participantes e com crescimento diário. Há a necessidade de aquisição de Tatame, quimono, bebedouro, faixa, etc...			
2053	Aefaaraçuai (Araçuai) - Cleonice Maria da Silva Braz	8 - Rede de Identidade Mineira	149 - Incentivo ao Esporte	Promoção do Esporte Indígena	<p>(Outros) Alteração da Ação 4357 - Promoção do Esporte Indígena - do Programa 149</p> <p>Aumento da meta financeira de R\$ 1.000,00 para R\$ 250.000,00</p> <p>Justificativa: A população indígena está dispersa por todo o estado de MG. Os jovens indígenas precisam valorizar o esporte tradicional, sendo uma fonte de lazer e fortalecimento da identidade indígena e construção da cidadania. São 11 etnias e 53 aldeias.</p> <p>Tendo em vista que o recurso nos últimos anos foi de R\$ 200.000,00, solicitamos o aumento de R\$ 1.000,00 para R\$ 250.000,00. O aumento de R\$ 50.000,00 se dá em função do custo dos impostos que reduzem muito o valor.</p>	EMENDA AO PPAG E À LOA (impacto financeiro: R\$199.000,00)	40 (CPP)	433-0
2043	Junior José da Silva	8 - Rede de Identidade Mineira	9 - Circuitos Culturais de Minas Gerais	Minas Patrimônio Vivo - Projeto de Proteção ao Patrimônio Cultural	<p>(Outros) Que sejam direcionados recursos para terminar a reforma da Matriz de Ravena, uma igreja de 1720 que possui um valor histórico, artístico e cultural inimaginável para a população de Ravena, assim como para o Estado de MG. Que o programa disponibilize os R\$ 10 milhões necessários para a reforma da Igreja antes que ela venha a cair, pois existe esse risco.</p> <p>- Tema: Recursos para a reforma da Matriz de N. Sra. da Assunção no distrito de Ravena em Sabará. A matriz de Ravena de 1720 está fechada há cerca de 10 anos, há 4 anos a mesma estava em reforma, mas em setembro foi anunciada a paralisação da obra por falta de recursos. A igreja possui uma série de problemas na estrutura, na fundação, no artístico, no telhado, na parte pluvial, dentre outros. Caso as obras não sejam retomadas, corre o risco de desabar, nas palavras do Iepha. São necessários segundo o Iepha, mais R\$ 10 milhões para reformar toda a igreja.</p>	REQUERIMENTO		

- Ações relacionadas à sugestão: 1259, 4221, 4230, 4212

Justificativa:

A Matriz de N. Sra. da Assunção é tombada pelo patrimônio histórico e artístico de MG, possui um valor cultural e religioso inimaginável. É a principal igreja da região que é frequentada por várias gerações de família. A disponibilização de recursos é fundamental, pois a obra tem que continuar. Em 2015, o recurso disponibilizado para a região central é muito pouco, é preciso pelo menos R\$ 5 milhões.

Valorizar e recuperar o patrimônio histórico do Estado é função deste programa, assim que a Matriz de N. Sra. da Assunção de 1720 tenha os recursos necessários para sua recuperação.